



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

**Processo nº:** 560/15

**Apensos nºs:** Processos TCDF nºs 29.493/11 e 9.810/11 (2 volumes) e Processos nºs 090.006.892/15, 070.001.421/15 e 150.001.054/15

**Jurisdicionada:** Vários Órgãos/Entidades

**Assunto:** Auditoria de Regularidade

**Órgão Técnico:** Secretaria de Fiscalização de Pessoal – SEFIPE

**MP:** Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

**Sessão:** Pauta nº 82, S.O. nº 5.170, de 15.10.2019

**Publicação:** DODF nº 195, de 11.10.2019, pág. 9

**Ementa:** Auditoria realizada na folha de pagamento de diversos órgãos e entidades da Administração distrital (PGA 2015), com objetivo de verificar a regularidade de determinadas rubricas, tais como indenização de transporte, auxílio-transporte, hora-extra, adicional noturno, auxílio-alimentação, auxílio-creche, adicional por tempo de serviço, auxílio-moradia (PMDF e CBMDF), pagamentos sem amparo legal, VPNIs e parcelas complementares; bem como cessões/requisições, teto remuneratório, 2ª aposentadoria/pensão em cargo não acumulável.

Elaboração de Relatório de Auditoria.

Encaminhamento dos trabalhos às jurisdicionadas para conhecimento e manifestação (Decisão nº 3.191/15-CPT). Remessa de esclarecimentos.

Determinações (Decisão nº 6.415/16-CPT).

Recursos interpostos pelo SINDFISCO/DF, pela SINAFITE/DF, pela Secretária de Estado da Fazenda do DF e pelo Sr. Napoleão Filho de Freitas Queiroz (ex-funcionário do SLU). Provimento dos primeiros apelos e provimento parcial do último (Decisão nº 2.382/18-CRR).

Oposição de Embargos de Declaração pelo ex-servidor do SLU. Provimento parcial (Decisão nº 3.534/18 – CRR).

**Nesta fase:**

**a)** análise da diligência contida na Decisão nº 6.415/16-CPT.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

**b)** exame de mérito da defesa apresentada por servidor desta Corte no Processo nº 9.810/11 (apenso) e de seu aditamento.

**c)** exame de denúncia anônima encaminhada pela Ouvidoria do TCDF.

**PARECERES CONVERGENTES**, com ajuste do douto **Parquet**.

A Instrução, em síntese, sugere:

**a)** o atendimento parcial da Decisão nº 6.415/16-CPT, com reiteração das determinações não cumpridas e emissão de novas para saneamento das pendências;

**b)** o conhecimento das alegações oferecidas pelo servidor desta Corte como razões de justificativa para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes, ressalvada a possibilidade de mudança de entendimento deste Tribunal acerca da necessidade de repetição de indébito, em estudo no Processo nº 31.929/18;

**c)** o conhecimento da denúncia, sem a necessidade da adoção de medidas adicionais.

O Ministério Público aquiesce à proposta do Corpo Técnico, com ajuste no sentido de excluir a condicionante que vincula o ressarcimento dos valores indevidamente recebidos por servidor do Tribunal ao deslinde do Processo nº 31.929/18.

**VOTO** de acordo com Unidade Técnica, com ajustes de redação.

**Impedimento/Suspeição:** Conselheiros PAULO TADEU e MANOEL DE ANDRADE.

### RELATÓRIO

Cuidam os autos de Auditoria realizada em vários órgãos e entidades da Administração distrital, tendo por objeto verificar a regularidade de pagamentos efetuados aos servidores e empregados ativos, inativos e pensionistas, bem como a avaliação dos procedimentos adotados pelas jurisdições a fim de evitar situações de desconformidade com a legislação de regência, de acordo com o Plano Geral de Ação para o exercício de 2015.

2. Finalizados os trabalhos, foram constatados os seguintes achados:



**QA 1:** Há irregularidades ou incongruências nos pagamentos de Indenização de Transporte e de Auxílio-Transporte?

**Achados de Auditoria:**

**A.1.1.** Pagamento de Indenização Transporte em seu valor integral sem, aparentemente, haver a comprovação da realização de atividades externas.

**A.1.2.** Pagamento indevido de Indenização Transporte cumulativamente com auxílio-transporte.

**A.1.3.** Pagamentos indevidos de auxílio-transporte.

**QA 2:** As jurisdicionadas estão incluindo as parcelas Hora Extra e Adicional Noturno para fins de aplicação do teto constitucional?

**Achado de Auditoria:**

**A.2.1.** Pagamento de Hora Extra acima do teto constitucional.

**QA 3:** Há pagamentos de Auxílio-Alimentação em duplicidade quando da acumulação de cargos?

**Achado de Auditoria:**

**A.3.1.** Há pagamentos em duplicidade da parcela auxílio-alimentação, o que contraria a legislação de regência.

**QA 4:** Há pagamentos de Auxílio-Creche em duplicidade quando da acumulação de cargos?

**Achado de Auditoria:**

**A.4.1.** Há pagamentos em duplicidade da parcela Auxílio-Creche, o que contraria a legislação de regência.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

**QA 5:** Há inconsistências ou incongruências no pagamento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS)?

**Achados de Auditoria:**

**A.5.1.** Possíveis contagens do mesmo tempo em mais de um vínculo para fins de ATS;

**A.5.2.** Majorações no percentual do ATS, sem que fosse possível verificar as causas da elevação.

**QA 6:** Há inconsistências ou incongruências no pagamento de quintos/décimos?

**Achados de Auditoria:**

**A.6.1.** Pagamentos de quintos/décimos a servidores que ingressaram no serviço público distrital a partir de fevereiro/1998;

**A.6.2.** Reajustes significativos na parcela quintos/décimos, em percentuais muito superiores aos estabelecidos pela Circular nº 4/2011-SEAP.

**QA 7:** Há inconsistências ou incongruências no pagamento do Auxílio-Moradia dos Militares da PMDF e do CBMDF?

**Achado de Auditoria:**

**A.7.1.** Atualização dos valores constantes da Tabela III do Anexo IV da Lei Federal nº 10.486/02 por meio de Decreto.

**QA 8:** São lícitos os incentivos criados pelas Portarias nos 94/2014 e 112/2014-SES?

**Achado de Auditoria:**

**A.8.1.** Possível criação de parcela remuneratória por portaria.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

**QA 9:** Há irregularidades na requisição/cessão de servidores?  
E qual o ônus decorrente de requisições e cessões para o GDF?

### **Achados de Auditoria:**

**A.9.1.** Professores e profissionais da área da saúde cedidos, embora haja carência de pessoal nessas áreas;

**A.9.2.** Possibilidade de exercício de jornadas excessivas, especialmente pelos profissionais que trabalham em regime de escala.

**A.9.3.** Pagamentos da ordem de R\$ 53.013.778,32 no Poder Executivo Distrital, R\$ 1.607.652,97 na CLDF e R\$ 2.229.344,87 no TCDF a título de ressarcimento de despesas de pessoal requisitado (códigos de natureza da despesa: 3.1.90.96.01 e 3.1.90.92.96) no exercício 2014.

**QA 10:** Está sendo aplicado o teto remuneratório unificado nas requisições/cessões de servidores?

### **Achados de Auditoria:**

**A.10.1.** Pagamento de remuneração do cargo de origem acrescida da remuneração pelo exercício de cargo/função comissionada superior ao teto remuneratório;

**A.10.2.** Servidor do GDF cedido ocupante de cargo efetivo no órgão cessionário. Acumulação de dois cargos efetivos com o exercício de função de confiança. Percepção tripla de remuneração, em desacordo com o art. 156 da LC nº 840/2011, Decisão nº 2.975/2008, atualizada pela 462/2014.

**QA 11:** É lícita a transposição de servidores do SLU para outros órgãos?

### **Achado de Auditoria:**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

**A.11.1.** A transposição foi declarada inconstitucional pelo TJDFT e os servidores beneficiados pela medida retornaram à carreira de origem.

**QA 12:** Há acumulações de cargos/pensões – 2ª aposentadoria/pensão em cargos não acumuláveis, antes consideradas possíveis nos termos da Decisão nº 4.906/2010, reformada pela Decisão nº 3.034/2014 (art. 11 da EC nº 20/1998)?

**Achado de Auditoria:**

**A.12.1.** Acumulação de proventos de aposentadorias de cargos não acumuláveis.

**QA 13:** Há distorções na aplicabilidade de VPNIs e gratificações? Está havendo absorção de VPNIs pagas em função de reduções salariais quando da ocorrência de reajustes futuros?

**Achados de Auditoria:**

**A.13.1.** VPNIs distorcidas, que sofrem alterações ao longo do tempo e perdem a sua característica principal (evitar decréscimo remuneratório, até ser absorvida por reajustes futuros).

**A.13.2.** Não está ocorrendo absorção por reajustes futuros de VPNIs criadas em face de reduções salariais, por omissão legislativa e pela praxe, em que pese o posicionamento contrário dos Tribunais Superiores.

**A.13.3.** Gratificações cujo custo de implementação e de controle podem ser superiores aos benefícios decorrentes de diferenciações.

**QA 14:** É lícito o estabelecimento pela Novacap de valor fixo a título de Programa de Metas e Resultados, independente do desempenho da Companhia ou de seus servidores?

**Achado de Auditoria:**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

**A.14.1. Valor global do Programa de Metas e Resultados da Novacap fixado no Acordo Coletivo de Trabalho, sem vinculação com os resultados da Empresa.**

3. A versão prévia do Relatório de Auditoria (fls. 117/208) foi encaminhada aos jurisdicionados, por meio do Ofício-Circular nº 9/2015-GP (fls. 238/288), de 6.8.2015, para conhecimento e manifestação, em atenção à Decisão nº 3.191/15-CPT (fls. 234/235).

4. Após o período de manifestação das auditadas, o Tribunal, acolhendo Voto do Conselheiro PAULO TADEU, exarou a Decisão nº 6.415/16 (fls. 1.649/1.652), **in verbis**:

**DECISÃO Nº 6.415/16 (CPT)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos documentos de fls. 289/1528, apresentados em atendimento à Decisão nº 3191/2015, bem como da Instrução de fls. 1529/1572; II – considerar ilegais: 1) o art. 3º da Instrução Normativa nº 72/2014-AGEFIS e o art. 5º, §§1º e 2º, da Portaria nº 111/2012-SEF, dando ciência à Agência de Fiscalização do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal que o pagamento da Indenização de Transporte deve guardar consonância com os termos do art. 106 da LC nº 840/11, não se admitindo o efeito indenizatório com base em deslocamentos efetuados, mas sim em relação ao total de dias em que efetivamente houve utilização de veículo próprio para execução de trabalhos externos, por força das atribuições inerentes ao cargo; 2) o art. 2º da Portaria nº 111/2012-SEF, informando à jurisdicionada que, como regra, a Indenização de Transporte deve ser paga somente aos servidores no desempenho das atribuições do cargo efetivo, os quais deixarão de percebê-la se forem nomeados para o exercício de cargo em comissão; III – determinar para cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que: 1) em relação ao Auxílio-Transporte, a PGDF, a DPDF, a SES, a SE (SIGRH 652 e 802), o DER e as Administrações Regionais de Sobradinho II, do Guará, de São Sebastião, do Sudoeste/Octogonal, do SIA e da Fercal verifiquem, providenciando as correções eventualmente necessárias, a regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados na Tabela I (fls. 103/108), comparando o domicílio informado com as linhas de transporte coletivo a serem utilizadas, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada; 2) quanto ao “Auxílio-Creche”, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal: a) cesse o pagamento a Helicinia Giordan Espindola Peixoto, mat. 145760-8,*





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

ou a Ademario Regis de Britto Neto, mat. nº 151544-6, por perceberem indevida e simultaneamente esse benefício com relação à dependente Giovanna Peixoto de Britto; b) em relação a todos os servidores listados no Quadro V do Relatório de Auditoria (fl. 155), inclusive os citados na alínea anterior, faça o levantamento, para fins de ressarcimento ao erário, dos valores pagos indevidamente a esse título, desde o início de sua concessão até a sua exclusão, observando, conforme o caso, a prescrição quinquenal, a idade limite para a percepção do benefício, e o que dispõe o inc. II do art. 7º do Decreto nº 16.409/95 - que veda o pagamento simultâneo ao servidor e ao cônjuge; 3) a SE, a SERIS e a SES justifiquem a possível averbação de tempo para fins de ATS em duplicidade nos períodos indicados pelos servidores indicados no Quadro VI do Relatório de Auditoria; 4) o DER, a SE/DF, a SEMA e a SES/DF justifiquem os percentuais de ATS pagos aos servidores listados no Quadro VII do Relatório de Auditoria, tendo em conta as possíveis divergências nele apontadas, atentando para que as situações dos servidores Vanderley Carlos Braz, mat. nº 52967-2, Marly Beltrame Faria, mat. nº 46650-6, e Eva de Barros Nogueira Carvalho, mat. nº 300763-4, todos da SE/DF, foram sanadas, na forma relatada pela Instrução de fls. 1529/1572; 5) o DER/DF, a SE/DF e a SES/DF esclareçam o pagamento da VPNJ da Lei nº 4.584/2011 aos servidores listados no Quadro VIII do Relatório de Auditoria, que teriam ingressado nos quadros do Distrito Federal após fevereiro/1998; 6) a Agefis, a Casa Civil, a SC, a SE, a SEDHS, a SES e a SINESP esclareçam os reajustes concedidos aos servidores listados no Quadro IX do Relatório de Auditoria, cujos percentuais foram superiores à maioria dos percentuais definidos pela então SEAP na Circular nº 4/2011; 7) a SEF justifique o reajuste concedido a Sueli Borges Pereira Domingues, mat. nº 18597-3, listada no Quadro IX do Relatório de Auditoria, cujo percentual foi bem superior à maioria dos percentuais definidos pela então SEAP na Circular nº 4/2011; 8) o SLU junte demonstrativo dos cargos/funções exercidos por Napoleão Filho de Freitas, mat. nº 60829-7, com as respectivas transformações/correlações e fundamentos legais, justificando os quintos/décimos incorporados, bem como o pagamento atual da vantagem a que deram origem; 9) a SES/DF esclareça a razão pela qual não foi editada lei em sentido estrito para instituir as vantagens de que tratam as Portarias nºs 94, de 21/05/2014, e 112, de 13/06/2014, apresentando documentação comprobatória dos valores repassados pelo Governo Federal com vistas a custear tais vantagens; 10) a CLDF, em conjunto com os órgãos cessionários (Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais; Ministério dos Transportes), abra procedimento específico para quantificar os valores pagos acima do teto constitucional aos servidores Joan Goes Martins Filho, José Willemann e Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro, tendo em conta a percepção simultânea de remuneração em seu cargo de origem e no exercício de cargo comissionado, procedendo à restituição ao erário dos valores





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*pagos indevidamente; 11) a Secretaria-Geral de Administração desta Corte informe o resultado do Processo nº 9810/2011, onde se apuraram os valores indevidamente pagos acima do teto constitucional ao servidor José Augusto de Andrade Pinto, em face da percepção simultânea de remuneração do seu cargo de origem e do cargo comissionado, para fins de restituição ao erário; 12) a SES proceda à abertura de procedimento específico para apurar a situação dos servidores Alexandre Rozenwald, Fidelia Vasconcelos de Lima e Zacarias Calil Hamu, cedidos da SES/DF, levando em consideração o disposto no art. 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014. Caso seja confirmada a ausência de prestação de serviços na SES, interrompa o pagamento e adote as medidas necessárias à restituição ao erário dos valores indevidamente pagos a partir da ciência da Decisão nº 2975/2008, sem prejuízo de observar os demais efeitos subsequentes; 13) o SLU adote as providências que entender cabíveis em virtude do desfecho da ADI nº 2014.00.2.004230-4; 14) a SES/DF justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 2, 3, 5, 7 e 15 da Tabela II (fls. 109/116); 15) a SE/DF justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 2 e 18 da Tabela II (fls. 109/116); 16) o CBMDF justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 5 e 18 da Tabela II (fls. 109/116); 17) a Novacap preste esclarecimentos sobre o motivo pelo qual o Programa de Metas e Resultados constante no Acordo Coletivo de Trabalho 2013-2015 não está vinculado ao desempenho da Companhia, bem como informar os critérios adotados para a distribuição de dividendos aos empregados da empresa; 18) em relação ao Auxílio-Transporte, a SES ajuste o pagamento aos servidores que trabalham em regime de escala e que percebem o benefício em dissonância com o normativo vigente, devendo efetuar o cálculo do auxílio com base no número de dias efetivamente trabalhados e não com base no número de dias úteis do mês, como nos casos de Adonília Maria Leite Magalhaes, Eliane Rodrigues dos Santos e Maria Alice Ferreira da Silva Gomes, matrículas SES nos 1432673-6, 1435398-9 e 143221-4, respectivamente; IV – recomendar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que revise a Portaria nº 199/2014, para que não seja mais possível o exercício de jornadas excessivas naquela Pasta; V – determinar que, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1) o IBRAM informe: a) a situação atualizada do Processo nº 391.001.393/2015, de interesse de Romulo Pitangui Abdalla, mat. nº 263899-1; b) se houve a regularização da comprovação do direito ao Auxílio-Transporte por parte de Francinete Almeida da Cruz Silva, mat. nº 1668182-7, Jhonei Batista de Souza, mat. nº 183993-4, Paulo Henrique de Oliveira Fernandes, mat. nº 198373-3, e Sebastião V. Augusto de Oliveira, mat. nº 1668179-7; 2) as jurisdicionadas a seguir destacadas esclareçam, junto aos respectivos servidores, as razões para o endereço fornecido para fins de recebimento de Auxílio-Transporte divergir do constante no cadastro da Receita Federal: a) Polícia Civil do Distrito Federal: Ariosvaldo Rocha Vieira, mat. nº 31861-2; b) DETRAN: Isaac Amaro da Silva, mat. nº*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

194172-0, e Karina Fernandes Oliveira, mat. nº 250926-1; c) SLU: Silvano Ferreira da Cunha, mat. nº 81124-1; d) SINESP: Renato de Jesus Afonso, mat. nº 261315-8; e) SEPLAG: Lazaro Cardoso de Oliveira, mat. nº 53070-0; 3) a Polícia Civil do Distrito Federal corrija no SIAPE o endereço de Isabel Cristina Neto de Oliveira, mat. 43843- X, de acordo com o comprovante apresentado; 4) o SLU dê ciência a Moacir Ferreira da Cruz, mat. nº 82706-1, que, de acordo com o art. 30 do Decreto nº 3.000/1999 (Regulamento do Imposto de Renda), a alteração do endereço residencial deve ser comunicada às repartições competentes no prazo de 30 (trinta) dias, ou quando da entrega da declaração de IR; 5) a CAESB noticie o resultado das providências adotadas quanto ao recebimento em duplicidade do Auxílio-Alimentação pela servidora Amanda R. de Camargo do Nascimento; 6) a SE/DF informe as providências adotadas visando ao ressarcimento da quantia indevidamente percebida a título de Auxílio-Alimentação (na CAESB e na própria SE/DF) pelos servidores Hugo Alberto Gonçalves Delmondes, mat. nº 226247-9, e Rogério Jovem de Araújo, mat. nº 224552-3; VI – determinar, ainda, a todas as jurisdicionadas que, em nível de rotina: 1) exijam comprovação da realização de despesa com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, em consonância com a natureza da Indenização de Transporte e com o disposto no art. 106 da LC nº 840/2011; 2) em relação ao Auxílio-Transporte, realizem periodicamente levantamento geral dos servidores que percebem o citado benefício, confrontando as informações do domicílio existentes no SIGRH: a) com aquelas existentes no banco de dados da Receita Federal do Brasil, inclusive nos casos em que o servidor declarar ter cônjuge/companheiro, cujos endereços também deverão ser confrontados, procedendo aos ajustes necessários, inclusive o ressarcimento dos valores pagos indevidamente; b) com as linhas de ônibus a serem utilizadas pelos servidores, que se encontram cadastradas no módulo BENVTL02 do SIGRH, a fim de evitar despesas indevidas; 3) haja vista o que consta das Decisões Administrativas desta Corte nºs. 4/2015 e 17/2015 e do item II, alínea “e”, da Decisão nº 5943/2015, providenciem, para os servidores com acumulação lícita de cargos públicos (ressalvados os servidores amparados por decisões judiciais, a exemplo dos médicos alcançados pelo RMS 33.100-STJ), a glosa do que exceder ao teto remuneratório, considerada a soma das remunerações; VII – recomendar: 1) à Secretaria de Educação do Distrito Federal que acompanhe o desfecho dos recursos tratados no Processo nº 958/2016-e, adotando, ato contínuo, as medidas cabíveis para o controle da despesa com Auxílio-Transporte, bem como, se for o caso, para o ressarcimento dos valores porventura pagos a mais a esse título; 2) a todas as empresas públicas e sociedades de economia mista do Distrito Federal que, ao firmarem acordos coletivos de trabalho, no caso de constar cláusula de distribuição de lucros e resultados, vinculem essa distribuição ao desempenho da entidade e/ou das unidades às quais os empregados estão vinculados, distribuindo aos



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*empregados os dividendos de acordo com o desempenho individual, de modo a valorizar a meritocracia; 3) ao Governador do Distrito Federal: a) como responsável pela autorização da cessão de servidores no âmbito do Poder Executivo (art. 152, § 2º, I, da LC nº 840/2011), que: i) reveja a legitimidade/regularidade das atuais cessões dos professores e dos profissionais da área de saúde; ii) atente, quando das autorizações para futuras cessões, para o que dispõe a parte inicial do caput art. 152 da LC nº 840/2011; b) que encaminhe à CLDF projeto de lei com vistas a estabelecer limite máximo das jornadas de trabalho para os servidores que acumulam lícitamente cargos públicos, de modo a resguardar a saúde dos servidores e a assegurar uma prestação de serviços de qualidade; c) que edite norma para regulamentar o disposto no art. 57, § 3º, da LC nº 840/2011, que cuida de jornada de trabalho em sistema de escala de revezamento, de modo a evitar jornadas excessivas em todos os órgãos distritais, a degradação do atendimento nas unidades de saúde e eventuais danos à saúde dos profissionais; d) no trato do assunto Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNIs: i) que permita a majoração dessas parcelas apenas quando forem concedidos reajustes gerais para os servidores públicos, assim entendidos aqueles que se aplicam a todos, indistintamente, como ocorreu, por exemplo, por força do art. 1º da Lei nº 3.172/2003; ii) que, sem perder de vista o contido no art. 37, inciso XV, da CRFB, bem como os precedentes do STF (MS 24580) e STJ (ROMS 200902192886), faça prever em lei a absorção completa dessas vantagens pelos reajustes vencimentais da categoria, quando forem criadas apenas para evitar eventual decréscimo remuneratório; e) que, quando da criação de gratificações/parcelas pecuniárias, atente para a relação entre o custo de implementação/controle e os benefícios advindos da diferenciação/segmentação dos servidores que farão jus a tais vantagens; VIII – dar ciência ao Governador do Distrito Federal do montante e do impacto dos reajustes concedidos aos militares a título de auxílio-moradia (Quadro XI do Relatório de Auditoria), para que em sua conveniência e oportunidade avalie os valores e prazos de implementação dos próximos reajustes; IX – determinar à SEGEDAM que adote as medidas necessárias para que, nos termos da Portaria/TCDF nº 249/98, sejam registrados os devidos elogios nos assentamentos funcionais dos Auditores de Controle Externo responsáveis pela elaboração do Relatório de Auditoria nº 2/2015 (fls. 117/208) e da Instrução de fls. 1529/1572, tendo em conta, respectivamente, a excelência do primeiro documento e o trabalho de fôlego de conferência e de sintetização, quando da elaboração do segundo; X – autorizar: 1) a remessa de cópia da Instrução de fls. 1529/1572 e do Relatório de Auditoria 2/2015 às jurisdicionadas, para ciência das determinações e para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas; 2) a remessa de cópia da Tabela I (fls. 103/108) aos jurisdiicionados mencionados no item III, subitem 1; 3) a remessa de cópia da Tabela II (fls. 109/116) aos jurisdiicionados mencionados no item III, subitens 14, 15 e 16; 4) a devolução dos*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*autos apensos aos respectivos órgãos de origem; 5) o retorno dos autos em exame à SEFIPE, para a adoção das providências de praxe.*

*Presidiu a sessão o Vice-Presidente, Conselheiro PAIVA MARTINS. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTCD/DF Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausente o Senhor Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA”*

5. Em face do teor da deliberação, interpuseram Pedidos de Reexame:

a) Sindicato dos Auditores da Receita do Distrito Federal – SINDIFISCO/DF (fls. 1.828/1.863), Sindicato dos Funcionários Integrantes da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal – SINAFITE/DF (fls. 1.864/1.949) e o Sr. Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal (fls. 1.950/2.020). Os apelos foram conhecidos por meio do Despacho Singular nº 140/17-GCRR (fls. 2.079/2.082);

b) Sr. Napoleão Filho de Freitas Queiroz, ex-servidor do Serviço de Limpeza Urbana do DF, cuja peça foi conhecida por meio da Decisão nº 3.532/17-CRR.

6. O mérito recursal foi apreciado na Sessão Ordinária de 22.5.2018, quando o Tribunal, acolhendo Voto do Conselheiro RENATO RAINHA, exarou a Decisão nº 2.382/18 (fl. 2.674), nos termos seguintes:

### **DECISÃO Nº 2.328/18 (CRR)**

*“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu:*  
*I – dar provimento aos pedidos de reexame interpostos pelo Sindicato dos Auditores da Receita do Distrito Federal – SINDIFISCO/DF (fls. 1.828/1.863), pelo Sindicato dos Funcionários Integrantes da Carreira Auditoria Tributária do Distrito Federal – SINAFITE/DF (fls. 1.864/1.949) e pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (fls. 1.950/2.020), e, por conseguinte, reformar o item II da Decisão nº 6.415/16, para considerar regulares os atos praticados com fundamento na Portaria nº 111/2012-SEF, editada por força do que estabeleceu o art. 11 da Lei nº 4.717/2011;*  
*II – dar parcial provimento ao pedido de reexame interposto pelo ex-servidor aposentado Sr. NAPOLEÃO FILHO DE FREITAS QUEIROZ em face do item III.8 da Decisão nº 6.415/2016, para efeito de dispensá-lo de ressarcir ao erário as quantias recebidas a*





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

título de “quinto/décimos – 6/10 de Assessor CNE 7”; III – dar ciência desta decisão à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal, aos Sindicatos dos Auditores da Receita do Distrito Federal – SINDIFISCO/DF – e dos Funcionários Integrantes da Carreira Auditoria Tributária do Distrito Federal – SINAFITE/DF, bem como ao recorrente, Sr. NAPOLEÃO FILHO DE FREITAS QUEIROZ; IV – dar ciência desta decisão ao Serviço de Limpeza Urbana – SLU, com o alerta e a determinação a seguir formulados: a) que esta Corte de Contas tem por regular a atualização da vantagem pessoal paga ao ex-servidor aposentado Sr. NAPOLEÃO FILHO DE FREITAS QUEIROZ (4/10 do CNE-6 e 6/10 do Distrito Federal-14), devendo o jurisdicionado observar o teor da Decisão 896/2017, bem como que a incorporação ocorreu em data anterior à Lei 1.141/1996, razão pela qual as parcelas devem ser calculadas sobre a retribuição (opção + representação mensal) dos cargos e não sobre a representação mensal somente; b) que examine a possibilidade jurídica de atender ao pedido constante dos documentos de fls. 2622/2631, que deverão ser encaminhados àquele órgão para fim de subsidiar seu exame; V – autorizar a devolução dos autos em exame à SEFIPE, para os devidos fins. Parcialmente vencido o Revisor, Conselheiro PAULO TADEU, que manteve o seu voto.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram os Conselheiros RENATO RAINHA, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTCDF, Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausentes a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, e o Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO.”

7. Na sequência, o Sr. Napoleão Filho de Freitas Queiroz opôs Embargos de Declaração, alegando possível obscuridade, omissão ou contradição no teor do **decisum**, os quais foram apreciados na Sessão de 22.5.2018, ocasião em que o Tribunal decidiu por conhecê-los e a eles dar parcial provimento (Decisão nº 3.534/18-CRR<sup>1</sup>).

8. No que toca ao **Processo nº 9.810/11<sup>2</sup>** - apenso, relativo à

<sup>1</sup> **DECISÃO Nº 3.534/18 (CRR):** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos Embargos de Declaração opostos pelo Senhor Napoleão Filho de Freitas Queiroz, em face dos itens II e IV.a da Decisão nº 2.382/2018; II – com fundamento no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, dar provimento aos Embargos de Declaração em análise somente para determinar ao SLU que examine o pleito que lhe será apresentado, em decorrência do item IV.b da Decisão nº 2.382/2018, no prazo de 60 (sessenta) dias, alertando-o que será objeto de verificação em futuro procedimento de fiscalização e controle; III – dar ciência desta decisão ao embargante, Senhor NAPOLEÃO FILHO DE FREITAS QUEIROZ; IV – autorizar a devolução dos autos em exame à SEFIPE, para os devidos fins.

<sup>2</sup> **Processo nº 9.810/11**, instaurado para tratar da cessão, a pedido do então Secretário de Estado de Governo, PAULO TADEU, do servidor desta Corte, José Augusto Pinto Júnior, para exercer Cargo de Natureza Especial, junto à Secretaria de Estado de Transportes do DF.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

cessão do servidor desta Corte, Sr. José Augusto de Andrade Pinto, importa registrar:

a) que Corpo Técnico (fls. 204/206) sugeriu o improvimento da defesa de fls. 120/122;

b) entretanto, houve nova notificação do servidor para se pronunciar sobre os cálculos de fls. 176/177 caso houvesse interesse, o que ocorreu por meio do documento<sup>3</sup> de fls. 218/234;

c) posteriormente, o responsável juntou o expediente de fls. 2.792/2.818, o que ensejou a reinstrução do processo (Despacho Singular nº 110/19-GCMA, fls. 2.819/2.820).

9. Por fim, foi protocolada denúncia anônima remetida pela Ouvidoria do TCDF, noticiando possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal quanto ao cumprimento de carga horária pela servidora Fidélia Vasconcelos de Lima (Matrícula 01259083), ocupante do cargo de enfermeira.

### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTÓRIO

10. O Corpo Técnico, por meio da Informação de fls. 2.704/2.752, de 23.10.2018, analisa a matéria nos termos seguintes:

**“II) Da ilegalidade do art. 3º da Instrução Normativa nº 72/2014-AGEFIS e dos arts. 2º e 5º, §§1º e 2º, da Portaria nº 111/2012-SEF**

*5. O Sindicato dos Auditores da Receita do Distrito Federal – SINDIFISCO/DF (fls. 1.828/1.863), o Sindicato dos Funcionários Integrantes da Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal (fls. 1.864/1.949) e a Secretaria de Estado de Fazenda do DF (fls. 1.950/2.020) interpuseram pedido de reexame para que o referido item II da Decisão nº 6.415/2016 fosse revisto e os dispositivos da*

<sup>3</sup> Em suas alegações, o servidor basicamente questiona se a situação dele (cessão para exercício de cargo em comissão) seria ou não acumulação de cargos, bem como indaga sobre o marco temporal da aplicação do que dispõe a Decisão Administrativa nº 04/2015. Ademais, argumentando que teria percebido os valores de boa-fé, requer que, em caso do indeferimento da aplicação do marco temporal da Decisão Administrativa nº 04/2015, sejam desconsiderados os efeitos da Portaria nº 323/2012 e excluídos do montante a ser ressarcido a indenização de férias não gozadas e o adicional de férias.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*Portaria nº 111/2012-SEF fossem considerados legais.*

6. Também houve manifestação pela SEF no documento de fls. 2.022/2.028 quanto ao caso, defendendo a legalidade do pagamento da indenização de transporte para os ocupantes de cargos comissionados, bem como pugnou pela prudência no aguardo de manifestação da Assessoria Jurídico-Legislativa da SEF quanto aos mecanismos relativos à comprovação de tais gastos.

7. Às fls. 2.066/2.072, consta a Informação da SEFIPE em que analisou os pedidos de reexame do Secretário da SEF, do SINDISCO/DF e do SINAFITE/DF, assim como o pedido de sustentação oral deste.

8. Às fls. 2.074/2.076, o Relator deferiu o pedido de sustentação oral, mas o SINAFITE/DF requereu, posteriormente, que a sustentação oral ocorresse apenas quando do julgamento do mérito e não apenas da admissibilidade (fl. 2.078).

9. Após isso, às fls. 2.079/2.082, o Relator conheceu dos pedidos de reexame, conferindo-lhes efeito suspensivo.

10. O SINAFITE/DF apresentou memorial, às fls. 2.104/2.108.

11. A Unidade Técnica opinou pela negativa de provimento aos pedidos de reexame (fls. 2.462/2.474), sendo seguida pelo MPJTCD (fls. 2.477/2.490). A SEF também apresentou pedido de sustentação oral (fl. 2.501) e o Relator deferiu esse pedido e outro análogo do SINAFITE/DF, informando quanto à possibilidade de apresentação de memorial (fls. 2.496/2.498 e 2.502/2.504). Posteriormente, foi aprovada solicitação do Relator para adiamento da discussão da matéria, em face dos argumentos apresentados pelos defendentes (Decisão nº 5.099/2017, à fl. 2.544). A SEF e o SINDISCO/DF apresentaram memoriais (fls. 2.552/2.556 e 2.557/2.569, respectivamente).

12. O Relator opinou pelo provimento do pedido de reexame (fls. 2.570/2.607) e, após pedido de vista (Decisão nº 5.837/2017, à fl. 2.608), o Revisor opinou em sentido contrário (fls. 2.609/2.619). O Relator manteve o posicionamento inicial, pelo provimento do pedido de reexame (fls. 2.632/2.673), que foi acolhido pelo Plenário (Decisão nº 2.382/2018, à fl. 2.674), tendo sido, portanto, reformado o item II da Decisão nº 6.415/2016, passando a serem considerados regulares os atos praticados com fundamento na Portaria nº 111/2012-SEF.

13. Por outro lado, com relação à ilegalidade do artigo 3º da Instrução Normativa nº 72/2014, a AGEFIS trouxe aos autos a Instrução Normativa nº 77/2015, publicada no DODF 3 dias após a elaboração do Relatório desta Auditoria, que alterou o referido dispositivo e limitou os deslocamentos a 1 por dia, ao invés dos 2





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

anteriormente previstos (fls. 2.308/2.309), alinhando-se, portanto, ao posicionamento adotado no citado Relatório. Isso posto, deve-se considerar lícito o artigo 3º da Instrução Normativa nº 72/2014-AGEFIS, em face das alterações contidas na Instrução Normativa nº 77/2015-AGEFIS.

**III-1) Da determinação para verificação da regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados na Tabela I (fls. 103/108), comparando o domicílio informado com as linhas de transporte coletivo a serem utilizadas, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada**

14. Quanto às servidoras da DPDF, aquele órgão demonstrou as providências adotadas (fls. 1.806/1.817), que resultaram na alteração das informações relativas ao auxílio-transporte das servidoras **Maria de Lourdes Alves**, matrícula nº 02170566, e **Ieda Alves de Castro Ornelas**, matrícula nº 02185539, resultando em redução superior a 50% nos 2 casos, conforme observado no SIGRH. Desse modo, pode-se considerar cumprido o item III-1 quanto às servidoras da DPDF.

15. A EMATER informou que o servidor **Jurandi Pinto de Sousa**, matrícula nº 00002798, por não ter comprovado a utilização mensal dos bilhetes, teve seu benefício suspenso desde outubro/2015 (fl. 2.151). Em consulta ao SIGRH, não se observou pagamentos após a suspensão nas fichas financeiras dos exercícios a partir de 2015, podendo também ser considerado cumprido o item III-1 quanto a este caso.

16. A SES encaminhou solicitação para que fossem providenciadas as devidas correções a determinados setores, mas não foi apresentada a apuração de nenhum dos casos (fls. 2.417/2.426), razão pela qual devem ser reiterados os itens desse jurisdicionado.

17. O DFTRANS informou que encaminharia documentação comprobatória referente ao pagamento do auxílio-transporte do ano de 2014 à servidora **Graciely Olimpia da Silva Cardoso**, matrícula nº 02639513, mas isso não ocorreu (fls. 580 e 2.456/2.459). O último mês em que ela percebeu o auxílio-transporte foi em abril/2018 e na tela BENVLT02 consta que o benefício foi encerrado em 05/2018. Por esse motivo, entendo que pode ser considerado cumprido o item III-1 quanto a essa servidora.

18. Considerando as situações esclarecidas e refazendo o levantamento, descartando as situações em que não houve pagamento de auxílio transporte (rubrica SIGRH 10912) ou houve pagamento em valores inferiores ao valor de referência definido no Relatório de Auditoria (R\$ 440) nos meses de junho e setembro de 2018, aqueles em que não há concessão de benefício ativo cadastrado no SIGRH (tela BENVLT02) e os servidores da SE cuja lotação seja em alguma escola localizada na zona rural, em



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

consonância com a Decisão nº 2.609/2017 (Processo nº 958/2016), chegou-se ao quadro a seguir, contendo todas as situações ainda pendentes de esclarecimentos, pela SES, pela SE e pelo DER:

### **QUADRO I – Servidores cujo auxílio-transporte deve ser verificado**

(...)

**III-2-a) Da determinação para que fosse cessado o pagamento de auxílio-creche a Helicinia Giordana Espindola Peixoto, mat. 145760-8, ou a Ademario Regis de Britto Neto, mat. nº 151544-6, por perceberem indevida e simultaneamente esse benefício com relação à dependente Giovanna Peixoto de Britto**

19. O SES trouxe aos autos documentos afirmando que a servidora **Helicinia Giordana Espindola Peixoto**, matrícula nº 01457608, teria deixado de perceber a parcela desde outubro/2016, mas a documentação juntada mostra exatamente o contrário (fls. 2.432/2.433). Em consulta ao SIGRH, observa-se que a suspensão ocorreu apenas em dezembro/2017. Na verdade, o último pagamento dessa parcela à **Ademario Regis de Britto Neto**, matrícula nº 01515446, é que ocorreu em outubro/2016, tendo ele sido exonerado, a pedido, em 06/05/2017. Posto isso, deve-se considerar cumprido este item, com a ressalva de que os valores percebidos indevidamente ainda devem ser ressarcidos ao erário, conforme consta no tópico a seguir.

**III-2-b) Da determinação para levantamento, para fins de ressarcimento ao erário, dos valores pagos indevidamente a título de auxílio-creche em relação a todos os servidores listados no Quadro V do Relatório de Auditoria (fl. 155)**

20. A SES encaminhou documentos solicitando aos setores responsáveis que autuassem os processos com vistas ao ressarcimento ao erário dos valores percebidos indevidamente, mas não apresentou nenhuma comprovação de que isso tenha ocorrido (fls. 2.427/2.431).

21. Em verificação no SIGRH, observou-se que nenhum dos servidores listados no referido Quadro V do Relatório de Auditoria continua percebendo o auxílio-creche, mas nenhum dos órgãos apresentou justificativa da licitude do recebimento das parcelas em questão ou a documentação comprobatória do ressarcimento ao erário dos valores que, em tese, foram percebidos indevidamente. Então, deve-se reiterar o item III-2-b da Decisão nº 6.415/2016. De modo a fazer constar todas as informações referidas nas propostas no corpo desta Instrução, o Quadro V do Relatório de Auditoria foi transcrito a seguir, como Quadro II desta Informação:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

Quadro II – Servidores percebendo auxílio-creche em duplicidade				
CPF	Nome do Titular	Matrícula / Órgão	Nome do Dependente	Data de Nascimento
802.491.326-72	MARDILENE BARBOSA DE SOUZA	01986570/552	ANA VITORIA LOPES DE SOUZA	11/06/2008
889.754.361-87	ELMA GRASIELE RODRIGUES SANTOS	01996185/552		
659.313.001-04	HELICINIA GIORDANA ESPINDOLA PEIXOTO	01457608/552	GIOVANNA PEIXOTO DE BRITTO	28/11/2011
008.193.644-36	ADEMARIO REGIS DE BRITTO NETO	14346834/552		
552.907.011-68	EMIDIO DE CASTRO MOREIRA	02197499/652	ISABEL FERREIRA DE CASTRO MOREIRA	28/08/2012
564.665.601-04	ALESSANDRA ARRUDA FERREIRA	16669495/552		
791.058.586-15	JOSE CARLOS DE MELO	01893580/552	LUCAS DE SOUSA MELO	05/02/2008
069.954.696-66	ALESSANDRA VIEIRA DE SOUSA	16610520/552		
565.000.331-91	ROSANA MARIA DOS SANTOS	00309281/652	MIGUEL RODRIGUES DOS SANTOS	19/03/2012
867.264.636-34	ELIEZER DAS GRACAS SANTOS	01800175/552		
001.776.971-05	DANIELLA MENEZES DA SILVA MORAES SIQUEIRA	01801562/552	RAFAEL MORAES SIQUEIRA FILHO	12/07/2013
008.086.331-04	RAFAEL MORAES SIQUEIRA	01959751/46		

**III-3) Da determinação para que fossem justificadas possíveis averbações de tempo para fins de ATS em duplicidade pelos servidores indicados no Quadro VI do Relatório de Auditoria**

22. Quanto ao item 1 do Quadro VI do Relatório de Auditoria (**Alice Bessa Fernandes**), a Casa Civil excluiu o período computado em duplicidade, que resultou na redução de 26% para 25% no percentual do ATS (fls. 2.050 e 2.059/2.061), embora não tenha afetado a integralidade dos proventos.

23. Embora a SE não tenha apresentado esclarecimentos, observou-se no SIGRH que, quanto ao item 6 do Quadro VI do Relatório de Auditoria (**Odinary Araújo Costa Reis Silva**), a averbação do tempo citado no vínculo da SE (matrícula nº 00548219) foi excluída e, em relação aos itens 10 (**Joaquim Gomes Pinheiro**) e 12 (**Roberto Alves Meireles**) do Quadro VI do Relatório de Auditoria, os servidores foram desligados dos vínculos da SE em 24/02/2011 e em 18/03/2018, respectivamente, além de terem sido excluídos os registros das averbações citadas no Quadro.

24. A SES também não apresentou esclarecimentos, mas constatou-se a exclusão do tempo elencado nos registros da matrícula 01436090 do item 7 do Quadro VI do Relatório de Auditoria (**Mário Ronaldo dos Santos**).

25. Como não foram apresentados novos esclarecimentos, deve-se reiterar a solicitação à SE e à SES para que tragam aos autos as justificativas para a averbação dos tempos a seguir listados, tendo em conta que, no caso da servidora **Eneida Maria Fontes**, a PCDF já prestou os devidos esclarecimentos (fl. 617) e que consta certidão emitida pela SES atestando que o período de 12/09/1977 a 22/12/1977 foi averbado na PCDF e não naquela Secretaria (fls. 1.505/1.506):



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

Quadro III – Contagem do mesmo tempo para fins de ATS em 2 vínculos						
Nº	CPF - NOME	ÓRGÃO	MATRÍCULA	INÍCIO	FIM	TEMPO
1	001.858.331-87 - JOSE CAETANO DA SILVA	SE	14054469	01/02/1961	20/04/1962	444
		SE	14062410	01/02/1961	20/04/1962	444
2	002.011.381-15 - MARIA DE LOURDES SEIXAS PRATA	SE	14054884	01/02/1961	31/05/1963	850
		SE	0084053X	01/02/1961	31/05/1963	850
3	002.088.091-04 - GEYSA DE FREITAS MENDONÇA	SE	00833924	15/01/1954	31/03/1954	76
		SE	14057476	15/01/1954	31/03/1954	76
4	004.050.511-15 - IVANILDE PEREIRA VASCONCELOS	SE	00938092	16/08/1961	31/05/1963	654
		SE	14058030	16/08/1961	31/05/1963	654
5	120.282.231-20 - LIBANIA RABELLO FERREIRA	SE	00854506	01/02/1956	08/04/1960	1529
		SE	14054582	01/02/1956	08/04/1960	1529
6	153.136.701-15 - MARIA LYDIA TEIXEIRA GAMA	SES	01222759	17/08/1981	02/12/1981	108
		SES	14008645	17/08/1981	02/12/1981	108
		SES	01222759	15/03/1982	03/07/1982	111
		SES	14008645	15/03/1982	03/07/1982	111
7	185.910.191-72 - ENEIDA MARIA FONTES	PCDF	00268178	12/09/1977	22/12/1977	102
		SES	01157620	12/09/1977	22/12/1977	102
8	240.602.167-04 - JOSE INACIO DO NASCIMENTO	SE	00600792	13/01/1964	30/11/1977	5071
		SE	14063042	13/01/1964	30/11/1977	5071
9	410.342.951-87 - JULIO CESAR R. CERQUEIRA	SE	00320803	01/02/1988	31/01/1989	366
		SE	00396362	01/02/1988	31/01/1989	366
		SE	00320803	29/10/1991	02/04/1997	1983
		SE	00396362	29/10/1991	02/04/1997	1983

#### III-4) Da determinação para que fossem justificados os percentuais de ATS pagos aos servidores listados no Quadro VII do Relatório de Auditoria

26. O ATS dos servidores **Soraya das Dores Vaz Formiga**, matrícula nº 01006665, e **Adauto José de Abreu**, matrícula nº 16556739, ambos da Fundação Hemocentro de Brasília, foram corrigidos de 30% para 29%, a partir de janeiro/2016, e de 29% para 27%, a partir de novembro/2015, respectivamente. Há pequenas falhas nos valores contidos nas planilhas de fl. 1.783 e 1.768-1.769 (não consta nos autos a relativa ao ano de 2015 referente aos pagamentos ao último servidor citado), pois, nas colunas dos valores recebidos, em vários meses não foram adotados os valores efetivamente pagos, mas aqueles decorrentes do cálculo do percentual aplicado à soma do vencimento com a opção 40 horas, resultando em diferenças de alguns centavos em cada mês, além do que os totais apontados para cada ano não correspondem à soma dos valores apresentados na coluna, provavelmente porque, embora a planilha apresente os números com 2 dígitos, internamente devem estar sendo armazenados mais dígitos, também resultando na diferença de poucos centavos em relação aos constantes na planilha. Além disso, não foram levados em conta nos cálculos das planilhas apresentadas os valores pagos a maior a título de décimo terceiro salário, decorrentes da diferença do ATS. Ademais, apesar de terem sido confeccionadas as planilhas de cálculo e ter sido informado no documento de fl. 1.753 sobre o ressarcimento a contar de fevereiro/2017, não se observou tal cumprimento no SIGRH. Isso posto, sugere-se: solicitar que o jurisdicionado inclua nos cálculos os valores pagos a maior a título de décimo terceiro salário, decorrente da diferença do ATS, bem como esclareça sobre a implementação do ressarcimento ao erário mencionada no Memorando nº 28-GEPES/CODAG/FHB, de 01/02/2017 (fl. 1.753).

27. Quanto ao percentual do ATS do servidor **Sebastião Vicente Augusto De Oliveira**, matrícula nº 01053116, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente confirmou que a mudança no percentual estaria incorreta, fez a devida correção, a partir de fevereiro/2017





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

(fls. 2.096/2.099). Os valores indevidamente pagos foram apurados e atualizados, foi dada ciência ao servidor (fls. 2.100/2.103) e o ressarcimento se deu em 6 parcelas de R\$ 521,66, de abril a setembro/2017. Assim, pode-se considerar atendido o item III-4 quanto ao servidor **Sebastião Vicente Augusto De Oliveira**, matrícula nº 01053116.

28. Em relação aos demais casos, embora não tenham sido verificadas respostas dos jurisdicionados, observou-se a correção dos seguintes casos:

Quadro VII do Relatório de Auditoria – Percentuais de ATS possivelmente incorretos			
Órgão	Matrícula	Nome	Observação
SERIS / Agefis	00252778	ALYSSON SAUDE OTTONI	Corrigido a partir de dezembro/2015.
DPDF	00273619	PAULO CESAR CHAGAS	Corrigido a partir de setembro/2015.
DPDF	00912514	EDINALDO DAS NEVES MIRANDA	Corrigido a partir de agosto/2015.
DER	00935352	ANTENOR PEREIRA DE SOUZA	Corrigido a partir de julho/2016.
SEDF	02011972	JOAO BATISTA DE SOUSA	Corrigido a partir de julho/2017.
SEDF	03007634	EVA DE BARROS NOGUEIRA CARVALHO	Servidora faleceu em 29/05/2016 e não gerou pensão (tela CADPV133).
SEDF	00529672	VANDERLEY CARLOS BRAZ	Corrigido a partir de junho/2016.
SEDF	00466506	MARLY BELTRAME FARIA	Corrigido a partir de março/2016.
SEDF	00453692	ISABEL BARBOSA LOPES	Corrigido a partir de outubro/2017.
SEDF	00421138	MARILDA DE SOUSA MACHADO	Corrigido a partir de junho/2017.
SESDF	01150030	LARA MARIN DE MELLO RAMIRES	Corrigido a partir de maio/2018.
SESDF	01210033	OSINETE CASTELO BRANCO ALVES	Corrigido a partir de maio/2018.
SESDF	01243195	FABIA CORREIA SAMPAIO	Corrigido a partir de maio/2018.
SESDF	0133235X	LUIZ ROBERTO DIAS MAGALHAES	Corrigido a partir de maio/2018.
SEGTH <sup>2</sup>	00989169	ANTONIO GERALDO PINTO DINIZ	Corrigido a partir de setembro/2015.
SEPLAG3	00800082	ENILSON VIEIRA DOMINGOS	"A majoração dos anuênios decorreu do cumprimento da Diligência nº 179/2014 da CGDF (fl. 1354), segundo a qual o tempo de serviço prestado por Enilson Domingos Vieira, mat. nº 80.008-2, à Fundação Universidade de Brasília, de 6/9/1972 a 10/4/1975, poderia ser computado para ATS, caso apresentada certidão própria emitida por aquela entidade. O mencionado documento foi juntado (fl. 1355) e retificada a apuração do tempo para o adicional (fl. 1356)." (§ 33 do e-DOC nº E3A1960B).

29. Por outro lado, continuam pendentes de esclarecimentos as seguintes situações, a serem reiteradas à SESDF:

Quadro IV – Percentuais de ATS possivelmente incorretos			
Órgão	Matrícula	Nome	Observação
SESDF	01316826	LEILA APARECIDA ALVES GUERRA	ATS majorado de 21% para 24% no mês em que passou a receber proventos (abril/2014). Período averbado da Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia/GO (1.168 dias), conforme consta no SIGRH, foram lançados no Sinc como sendo de contados para fins de ATS, em desconformidade com o Enunciado nº 80 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF, tendo em conta que o ingresso no DF se deu em 04/08/1992, sob a égide da Lei nº 8.112/1990, por força do disposto no art. 5º da Lei nº 197/1991. Faz jus a 21% e vem recebendo 24% de ATS.
SESDF	01406817	PEDRO PAULO DEL VALLE CURVELLO	Período averbado da SESRJ (930 dias) está sendo computado para fins de ATS, conforme consta no SIGRH e no SIRAC, em desconformidade com o Enunciado nº 80 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF, tendo em conta que o ingresso do servidor no DF se deu em 06/04/2001.
			sob a égide da Lei nº 8.112/1990, por força do disposto no art. 5º da Lei nº 197/1991. Faz jus a 15% e vem recebendo 17% de ATS desde o mês em que passou a receber proventos (maio/2014).
SESDF	01415069	GLENIRA CASTILHO DIAS	ATS majorado de 13% para 20% no mês em que passou a receber proventos (dezembro/2014), sem a correspondente averbação de tempo de serviço (possivelmente foram computados 2.508 dias prestados ao Ministério da Educação, de 01/04/1980 a 11/02/1987, mas isso estaria em desconformidade com o Enunciado nº 80 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF).

**III-5) Da determinação para que fossem esclarecidos os pagamentos da VPNI da Lei nº 4.584/2011 aos servidores listados no Quadro VIII do Relatório de Auditoria**

<sup>2</sup> Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação.

<sup>3</sup> Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

30. Quanto ao servidor **Donizete Gonçalves Candido**, matrícula nº 01474200, a SES informou que teria solicitado o desarquivamento do Processo nº 060-003834/2014, tendo solicitado prorrogação de prazo para resposta.

31. Considerando a ausência de manifestação da SES, da SE e do DER e a verificação de que os servidores desses jurisdicionados mencionados no Quadro VIII do Relatório de Auditoria permanecem recebendo a parcela em comento, deve-se determinar que sejam esclarecidos os pagamentos da VPNI da Lei nº 4.584/2011 dos seguintes servidores:

Quadro V – Quintos/décimos cuja origem não pode ser verificada			
CPF	Órgão	Matrícula	Nome
258.095.471-68	SESDF	01474200	Donizete Gonçalves Candido
659.156.901-49	DER/DF	02207753	Maria Luzia Ferreira Borges
379.509.321-04	SEDF	0202764X	Maurício Silva de Camargos

**III-6) Da determinação para que fossem esclarecidos os reajustes concedidos aos servidores listados no Quadro IX do Relatório de Auditoria**

32. A Agefis informou que os valores relativos aos servidores lotados naquela Agência (**Vivaldo Martins Alves Filho**, matrícula nº 00182729, **Maria do Carmo de Lima Bezerra**, matrícula nº 00322121, **Sonia Maria Almeida S. da Rocha**, matrícula nº 00289604, **Paulo de Paiva Fonseca**, matrícula nº 00407097) teriam sido reduzidos para aqueles que estavam sendo percebidos em junho/2011 (fls. 2.091/2.095), mas verificou-se no SIGRH que, em julho/2017, voltaram a pagar os valores constantes na coluna com os valores questionados (dezembro/2014). Como não foram informados quais décimos foram incorporados, cabe reiterar os questionamentos ao jurisdicionado.

33. Segundo a Casa Civil, o servidor **Humberto Denucci**, matrícula nº 00020702, faria jus a 10 décimos do CNP-4 (Administrador Regional), além de ter incorporado um CNE-5. Ele faleceu em 2017, deixando como beneficiário de pensão **Carlos Roberto de Oliveira**, matrícula nº 16810384. O valor da VPNI da Lei nº 4.584/2011 é o devido, considerando 10 décimos do CNP-4 (Lei nº 1.004/1996), mas os valores da representação e do vencimento do CNE-5 foram ajustados em julho/2017 para R\$ 5.530,19 e R\$ 536,76, respectivamente, os quais serviram de base de cálculo para a pensão (tela CADPVT09). Todavia, s.m.j., os valores corretos seriam R\$ 5.534,53 e R\$ 534,50, respectivamente. Embora não se possa dizer que a diferença seja irrisória, é de pequena monta, o que, considerando o custo de demandar a jurisdicionada e de procedimentos adicionais de controle, parece ser razoável que seja relevada. Além desse caso, também foi esclarecido que o servidor **Gedalias Neves da Costa**, matrícula nº 00186457, teria direito a 6 décimos do DF12, 2 décimos do DF-13 e 2 décimos do CNP-4, com base na Lei nº 1.004/1996, além de ter incorporado o DF-11. Quanto a esse servidor, embora os valores apresentados à fl. 2.065



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*estejam incorretos, observou-se que a rubrica 10122 (VPNI da Lei nº 4.584/2011) foi corrigida em julho/2017<sup>4</sup> e as rubricas 10013 e 10031 (representação e vencimento do cargo incorporado) foram ajustadas no mês subsequente<sup>5</sup>.*

*34. A Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, primeiramente solicitou dilação do prazo para resposta (fls. 2.298/2.301) e depois esclareceu que o servidor **Ruy Xavier de Almeida**, matrícula nº 0004475X, faria jus a 5 quintos do CNE-5, sendo, segundo o jurisdicionado, por meio da aplicação do percentual de 6,44%, o valor correto de R\$ 6.066,94, a ser corrigido, conforme demonstrado nos documentos de fls. 2.680/2.684. Essa porcentagem consta na Circular nº 4/2011-SEAP. Todavia, a SEPLAG, por meio do Ofício nº 6/2016-SUGEP/SEPLAG, informou sobre a declaração de inconstitucionalidade artigo 5º da Lei nº 4.584/2011 na ADI nº 2012.00.2.023636-5 e esta Corte proferiu a Decisão nº 896/2017, disciplinando a atualização da parcela quintos/décimos, em face da citada inconstitucionalidade. Assim, tem-se que o valor correto para a parcela VPNI da Lei nº 4.584/2011 seria R\$ 6.069,03. Como não houve correção na tela CADPVT09 ao menos até o dia 18/10/2018 (o valor base dessa parcela para fins de cálculo inicial da pensão permanece em R\$ 6.112,46), sugere-se a correção para o valor de R\$ 6.069,03.*

*35. Como não houve manifestação da SINESP, da SE, da SES e da SC, sugere-se reiterar as situações a seguir, para que os jurisdicionados prestem os devidos esclarecimentos quanto aos reajustes da parcela VPNI da Lei nº 4.584/2011:*

<sup>4</sup> 6 x R\$ 222,90 (décimo do DF-12) + 2 x R\$ 254,03 (décimo do DF-13) + 2 x R\$ 1.459,08 (décimo do CNP-4) = R\$ 4763,62. A diferença entre esse valor e o efetivamente pago no SIGRH a partir de julho/2017 (R\$ 4.763,68) é irrisória e decorrente dos arredondamentos.

<sup>5</sup> O valor da representação mensal do DF-11 seria 1.903,48 e o vencimento, 14,36 (Lei nº 1.004/1996). Os valores efetivamente pagos no SIGRH a partir de agosto/2017 (1.903,54 e 14,35, respectivamente) apresentam diferenças irrisórias decorrentes de arredondamentos.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

Quadro VI – Variações mais representativas da parcela Quintos/Décimos						
Órgão	Matrícula	Servidor	jun-2011	jan-2012	dez-2014	Var. %
SINESP	00079197	ROBERTO MAURICIO PIRES CAMPOS	1.089,86	17.393,15	17.393,15	1495,91%
SINESP	00312959	ANGELA MARIA TEIXEIRA AVERSA	591,02	11.816,64	11.972,73	1925,77%
SINESP	01816799	ELIANA DINIZ STARLING	4.708,72	10.943,12	11.647,85	147,37%
SINESP	00045047	JULIO XAVIER RANGEL	3.206,77	12.546,36	11.452,06	257,12%
SINESP	00496715	NELBY TOLEDO COSTA	4.786,10	6.255,57	7.871,56	64,47%
SINESP	00101931	LEO SEBASTIAO DAVID	2.200,52	5.115,64	7.739,07	251,69%
SINESP	00090808	CLAUDIO ROBERTO DINIZ STARLING	4.342,44	4.342,44	7.517,97	73,13%
SINESP	0098406X	MARIA DA CONCEICAO NOVAIS SILVA	3.960,00	7.517,97	7.517,97	89,85%
SINESP	00380296	GERALDA DA SILVA LOPES	1.629,18	5.243,69	6.320,57	287,96%
SINESP	00161683	ELMAR LUIZ KOENIGKAN	1.386,53	6.197,00	6.197,00	346,94%
SINESP	00215988	ATAHUALPA SCHMITZ DA SILVA PREGO	349,06	4.594,07	6.145,56	1660,60%
SINESP	00020710	GUATIMOZY FERNANDES DE SOUZA	1.173,22	5.506,69	5.506,69	369,37%
SINESP	00148334	HILDERVAL TEIXEIRA	1.207,91	3.555,18	4.273,01	253,75%
SINESP	00926280	MYUKI KAWAKAME	406,75	3.353,04	4.087,70	904,97%
SE	00847259	FERNANDO CORASSA	6.935,88	12.827,10	12.827,10	84,94%
SE	00005401	HELOISA LINS MARTINS	2.333,10	2.333,10	12.804,51	423,10%
SE	00761559	MARIA LUIZA DORNAS RAMOS	4.384,54	10.372,01	10.372,01	136,56%
SE	14060388	PEDRO RODRIGUES DE SOUZA	3.599,64	3.599,64	9.743,58	170,68%
SE	00760048	VATANABIO BRANDAO SOUZA	3.719,78	3.719,78	6.836,40	83,79%
SE	00773190	MARIA ELIANE CAMPELO BEZERRA	1.833,83	1.833,83	6.680,11	264,27%
SE	00960179	JOSE AHYRTON DA SILVA	1.044,04	1.094,34	5.471,46	424,07%
SE	00779083	MIGUEL RAMIREZ SOSA	3.157,29	3.157,29	5.367,89	69,70%
SE	00505390	JOSE EUDES OLIVEIRA COSTA	1.639,44	5.140,84	5.350,48	226,36%
SE	00828211	SELMA MUNDIM GUIMARES	1.813,15	5.345,98	5.345,98	194,84%
SE	00589950	CLAUDIA DENIS ALVES DA PAZ	2.881,82	2.881,82	4.389,55	51,28%
SE	14060426	DORA VIANNA MANATA	3.013,18	2.540,23	3.747,73	86,16%
SE	00915173	PEDRO ALVES DOS SANTOS	1.978,35	3.050,37	3.050,37	54,42%
SES	01001981	JOFRAN FREJAT	3.738,18	3.738,18	5.879,36	57,70%
SES	0117438X	LAURO SEABRA GUIMARAES	2.236,62	4.246,65	4.577,51	104,66%
SC	00065986	WALTER ALBUQUERQUE MELLO	3.987,15	6.506,35	6.506,35	63,18%

**III-7) Da determinação para que fosse justificado pela SEF o reajuste concedido a Sueli Borges Pereira Domingues, mat. nº 18597-3, listada no Quadro IX do Relatório de Auditoria**

36. A SEF esclareceu que o valor correto da VPNI a ser pago à servidora **Sueli Borges Pereira Domingues**, matrícula nº 00185973, seria R\$ 1.917,89, ao invés dos R\$ 19.017,89, o que foi corrigido a partir de setembro/2015. Como o abatimento aplicado aos proventos da servidora desde o início da falha até dezembro/2014 foi maior que o montante pago a maior, não haveria o que ser ressarcido ao erário nesse período. Diante disso, a jurisdicionada efetuou o cálculo dos valores pagos indevidamente no período de janeiro a agosto/2015, chegando ao montante de R\$ 1.860,30, que, corrigido, chegaria ao total de R\$ 1.943,94, tendo havido o desconto para fins de ressarcimento ao erário no contracheque de dezembro/2015 (fls. 2.029- 2.035). Assim, pode-se considerar cumprido o item III-7 da Decisão nº 6.415/2016.

**III-8) Da determinação para que fosse juntado pelo SLU demonstrativo dos cargos/funções exercidos por Napoleão Filho de Freitas, mat. nº 60829-7, com as respectivas transformações/correlações e fundamentos legais, justificando os quintos/décimos incorporados, bem como o pagamento atual da vantagem a que deram origem**

37. Das explicações apresentadas pelo SLU (fls. 2.213/2.251), observa-se que o servidor **Napoleão Filho de Freitas**, matrícula nº 00608297, incorporou inicialmente 6/10 do cargo de Assessor, DF-11, 2/10 de Gerente de Transportes e Equipamentos e 2/10 de Diretor da Divisão de Administração Geral, DF-12. Conforme demonstrativo de fl. 2.242, o primeiro cargo foi correlacionado com o de Assessor, DF14, e os dois últimos com o cargo de Diretor da



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*Diretoria de Gestão, CNE-06.*

38. O servidor apresentou pedido de reexame (fls. 2.261/2.271 e 2.273/2.274) em face do disposto no item 3, subitem 8, da Decisão nº 6.415/2016, tendo o Tribunal concedido efeito suspensivo (Decisão nº 3.532/2017, à fl. 2.295), até o julgamento do mérito.

39. A Unidade Técnica opinou pela negativa de provimento ao pedido de reexame (fls. 2.462/2.474), sendo seguida pelo MPJTCDF (fls. 2.477/2.489). O servidor solicitou cópia de manifestações do SLU e da Unidade Técnica (fls. 2.491/2.492), tendo sido atendido (fls. 2.493/2.495). Ele apresentou novas ponderações (fls. 2.546/2.551).

40. O Relator opinou por negar provimento do pedido de reexame (fls. 2.570/2.607), tendo por correta a atualização da VPNI para 4/10 do CNE-6 e 6/10 do DF-14, e, após pedido de vista (Decisão nº 5.837/2017, à fl. 2.608), o Revisor opinou pelo provimento parcial do recurso, apenas para dispensar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente a título da VPNI da Lei nº 4.584/2011 (fls. 2.609/2.619). O servidor voltou a apresentar novo documento (fls. 2.622/2.631), com vistas a ter reconhecido o direito à incorporação de 6/10 do CNE-7. O Relator aderiu à proposta do Revisor (fls. 2.632/2.673), que foi acolhida pelo Plenário (Decisão nº 2.382/2018, à fl. 2.674), tendo sido, portanto, esclarecido o item III-8 da Decisão nº 6.415/2016, sendo considerada regular a atualização da VPNI para 4/10 do CNE-6 e 6/10 do DF14, sendo dispensando de ressarcir os valores indevidamente recebidos.

41. O servidor interpôs embargos de declaração (fls. 2.686/2.688 e 2.690), que foram providos somente para determinar ao SLU que examinasse o pleito a ser apresentado pelo embargante, o que seria verificado em futura fiscalização (Decisão nº 3.534/2018, à fl. 2.698).

42. Dessa forma, deve-se considerar atendido o item III-8 da Decisão nº 6.415/2016.

**III-9) a SES/DF esclareça a razão pela qual não foi editada lei em sentido estrito para instituir as vantagens de que tratam as Portarias nºs 94, de 21/05/2014, e 112, de 13/06/2014, apresentando documentação comprobatória dos valores repassados pelo Governo Federal com vistas a custear tais vantagens;**

43. Não houve manifestação da SES, razão pela qual deve ser reiterada esta determinação.

**III-10) a CLDF, em conjunto com os órgãos cessionários (Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais; Ministério dos Transportes), abra procedimento específico**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*para quantificar os valores pagos acima do teto constitucional aos servidores **Joan Goes Martins Filho**, **José Willemann** e **Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro**, tendo em conta a percepção simultânea de remuneração em seu cargo de origem e no exercício de cargo comissionado, procedendo à restituição ao erário dos valores pagos indevidamente;*

44. Quanto aos valores que teriam sido pagos acima do teto constitucional ao servidor **José Willemann**, a Casa Civil informou que teriam sido feitos os cálculos, com a respectiva comunicação ao servidor (fls. 2.050 e 2.062/2.064). Como não ficou demonstrado o ressarcimento ao erário, cabe reiterar esta determinação.

45. A SEPLAG mencionou não ter localizado o servidor **Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro** e só ter encontrado vínculo do servidor **José Willemann** na SERIS (fls. 2.203/2.204). É que ambos são servidores efetivos da CLDF, sendo que o primeiro estava cedido ao Ministério dos Transportes e o segundo, à SERIS, não tendo qualquer relação com a SEPLAG. Relativamente ao servidor **Joan Goes Martins Filho**, a SEPLAG encaminhou a comprovação da aplicação do abate-teto (fls. 2.196, 2.203 e 2.205/2.211), mas essa informação já constava no Relatório de Auditoria. O questionamento foi em relação ao valor que estava sendo descontado, vez que, baseando-se nos dados financeiros apresentados pela CLDF nos autos do Processo nº 19.696/2014 e nos dados do SIGRH, a aplicação do teto remuneratório no mês de junho/2014 seria, s.m.j., a seguinte:

ÓRGÃO	RUBRICA	DESCRIÇÃO	ABATE-TETO	
			INCIDE	NÃO INCIDE
CLDF	1002	VENCIMENTO	R\$ 15.177,50	
CLDF	1007	GRATIF. DE ATIV. LEGISLATIVA	R\$ 455,33	
CLDF	1028	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO	R\$ 1.214,20	
CLDF	1058	GRAT. PERMANENCIA ATIVOS	R\$ 1.897,19	
CLDF	1070	ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO - ATIVOS	R\$ 2.276,62	
CLDF	1060	AUXILIO ALIMENTACAO		R\$ 1.034,00
CLDF	1063	AUXILIO ALIMENTACAO RES 229/2007		R\$ 59,84
CLDF	1008	AD. 13º SALÁRIO		R\$ 330,39
CLDF	1016	ADIANTAMENTO DE REM. DE FERIAS		R\$ 5.737,72
CLDF	SUBTOTAL JUNHO/2014		R\$ 21.020,84	R\$ 7.161,95
SEPLAG	10014	REPRESENT DFG/DFA C/VINC.ATIVO	R\$ 11.143,23	
SEPLAG	10865	1/3 FERIAS ART. 7 VII CF EST		R\$ 3.714,40
SEPLAG	10870	FERIAS - ADIANTAMENTO		R\$ 2.673,84
SEPLAG	SUBTOTAL JUNHO/2014		R\$ 11.143,23	R\$ 6.388,24
TOTAL CLDF + SEPLAG (JUNHO/2014)			R\$ 32.164,07	R\$ 13.550,19
TETO REMUNERATORIO			- R\$ 26.589,68	
ABATE-TETO A SER APLICADO			R\$ 5.574,39	
ABATE-TETO APLICADO PELA SEPLAG			- R\$ 3.062,57	
DIFERENÇA			R\$ 2.511,82	

46. Desse modo, caberia à SEPLAG e à CLDF refazer os cálculos, para justificar a diferença entre o abate-teto aplicado e aquele devido, justificando a regularidade do pagamento ou adotando as providências cabíveis com vistas ao ressarcimento ao erário, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**III-11) a Secretaria-Geral de Administração desta Corte informe o resultado do Processo nº 9810/2011, onde se apuraram os valores indevidamente pagos acima do teto constitucional ao servidor **José Augusto de Andrade Pinto**, em face da percepção simultânea de remuneração do seu cargo de origem e do cargo comissionado, para fins de restituição ao erário;**

47. Após a manifestação da SEFIPE de fls. 204/206 no Processo



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

nº 9.810/2011, com sugestão pela negativa de provimento à defesa de fls. 120/122 dos mesmos autos, houve nova notificação ao servidor **José Augusto de Andrade Pinto**, matrícula nº 561-4, para pronunciar-se sobre os cálculos de fls. 176/177 dos mesmos autos, caso tivesse interesse.

48. O servidor foi notificado (fl. 208), solicitou prorrogação de prazo para apresentar contrarrazões (fl. 215), o que ocorreu posteriormente (fls. 218/234).

49. O servidor basicamente questionou se a situação dele (cessão para exercício de cargo em comissão) seria ou não acumulação de cargos e sobre o marco temporal da aplicação do que dispôs a Decisão Administrativa nº 04/2015; argumentou que teria percebido de boa-fé os valores; também requereu que, no caso do indeferimento da aplicação do marco temporal da Decisão Administrativa nº 04/2015, que fossem desconsiderados os efeitos da Portaria nº 323/2012, bem como fossem excluídos do montante a ser ressarcido a indenização de férias não gozadas e o adicional de férias.

50. Em síntese, é o relatório.

51. Quanto à admissibilidade, entendo que não caberiam contrarrazões, posto que se trata de instrumento a ser utilizado por terceiros impactados pelo recurso interposto pelo recorrente e não por ele mesmo (artigo 283 do RITCDF), mas os argumentos apresentados pelo servidor podem ser admitidos como razões de justificativa, nos termos do artigo 126 do RITCDF, caso assim entenda o Relator.

52. A redação atual do artigo 37, inciso XI, da CRFB, que trata do teto remuneratório, foi dada pela EC nº 41/2003. Não houve inovação legislativa desde então quanto a esse aspecto.

53. Como narrado pelo recorrente nas razões de justificativa de fls. 218/234, ao assumir cargo em comissão, o servidor se afasta de suas atribuições do cargo efetivo e passa a exercer as do cargo em comissão. Nesse momento, pode optar por receber a remuneração do cargo efetivo, acrescido do valor do cargo comissionado, conforme previsto na legislação em vigor. Não haveria qualquer razoabilidade em admitir que, pelo exercício de qualquer cargo em comissão, o servidor pudesse perceber valor superior ao teto remuneratório previsto, posto que a Constituição Federal e a Lei Orgânica do DF, ao estabelecer determinadas funções como limite remuneratório, definiram que aquelas funções/atribuições deveriam ser as mais bem pagas pela Administração Pública.

54. Em relação à discussão sobre o enquadramento ou não da situação em que ele se encontrava como acumulação de cargos, como foi esclarecido na Informação de fls. 204/206, a Constituição Federal e, em consequência, a LC nº 840/2011 não consideram que





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*haja acumulação de cargos no caso de um servidor ocupante de cargo efetivo estar cedido para exercício de cargo em comissão, visto que não incluiu essa possibilidade entre as exceções à regra geral de impossibilidade de acumulação. A LC nº 840/2011 trata da acumulação no artigo 46 e da ocupação de cargos em comissão e funções de confiança no dispositivo legal seguinte, deixando claro que são coisas distintas. Esse assunto também está sendo discutido no Processo nº 12.665/2018, com indicação da Unidade Técnica no sentido de não configurar acumulação de cargos a cessão de cargo efetivo para exercício de cargo em comissão e da não aplicação do que foi decidido nos REs 602.043 e 612.975 a tais situações.*

*55. Também é importante destacar que o servidor foi cedido do TCDF para a Secretaria de Estado de Transportes do DF, onde estava em vigor a Instrução Normativa nº 01/2009-SEPLAG, que foi revogada pela Instrução Normativa nº 01/2011-SEAP. No artigo 6º de ambas as normas estava prevista a aplicação do teto remuneratório ao somatório das parcelas, em conformidade com a Constituição Federal e com a Lei Orgânica do DF, que foi aplicada a todos aqueles que estavam na mesma condição que o recorrente, inclusive a ele próprio e ao servidor **Daniel Brasileiro Ramalho**, também cedido desta Corte para o GDF, ainda que os descontos em ambos os casos tenham sido incorretos, como demonstrado no Relatório de Auditoria.*

*56. Não há, portanto, como aplicar o marco temporal da Decisão Administrativa nº 04/2015 ao caso em tela, por tratar de tema distinto (como consta na Informação de fls. 204/206, a Decisão tratou da dupla percepção de remunerações de cargos efetivos em situações previstas na CRFB, enquanto o caso em tela trata do recebimento de duas remunerações relativas à cessão de cargo efetivo para cargo comissionado) e por não ser possível negar validade à Constituição Federal, à Lei Orgânica do DF e às citadas normas infralegais.*

*57. Com relação à boa-fé do servidor, em nenhum momento foi questionada, mas, como consignado na Decisão nº 3.478/2014, isso não é suficiente para dispensar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, da mesma forma que, se o servidor receber valores pagos de boa-fé pelo Estado a menor, poderá pleitear a diferença posteriormente.*

*58. Quanto aos efeitos da Portaria nº 323/2012, que concedeu progressão funcional com efeitos retroativos, não há fundamento legal para não considerar tais valores na aplicação do teto remuneratório.*

*59. Sobre o questionamento da inclusão da indenização por férias não gozadas no cálculo do ressarcimento, entendo que deva prosperar. É que a indenização é pelo período em que deveria ter usufruído férias no cargo comissionado e não o fez. A título de*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*exemplo, um servidor efetivo cuja remuneração ultrapasse o teto remuneratório, quando desligado, também faz jus ao acerto de férias, com a percepção do valor relativo ao período não usufruído, ainda que não estivesse de férias.*

60. Por outro lado, em relação ao adicional de férias (um terço constitucional), a base de cálculo dele não poderia ser maior que o teto remuneratório constitucional. Conforme a planilha de fls. 176/177, o servidor já teria remuneração superior ao teto constitucional apenas no vínculo do TCDF, incluindo aqueles decorrentes da Portaria nº 323/2012, em todos os meses em que o servidor teria usufruído férias no órgão cessionário (dezembro/2011, novembro/2013 e maio/2014), sendo descabido, portanto, o pagamento dessa parcela pela Secretaria de Estado de Transportes.

61. Outro aspecto a ser discutido é sobre a inclusão ou não do valor retido a título de pensão alimentícia no montante a ser ressarcido ao erário pelo servidor. No demonstrativo de fls. 176/179, o Serviço de Pagamento de Pessoal deduziu a importância a título de pensão alimentícia do valor a ser ressarcido, o que implicaria em absorção do prejuízo pelo erário. Acontece que o GDF é mero responsável pela operacionalização da retenção e do repasse da pensão, não havendo transposição da obrigação do pagamento da pensão do servidor para o GDF, ainda que decorrente de decisão judicial. Então, se o GDF não tivesse essa incumbência, ao receber o pagamento a maior, o servidor teria que fazer esse pagamento da pensão alimentícia da mesma forma e, ao ter que ressarcir o erário, não caberia ao GDF absorver esse prejuízo decorrente do pagamento da PA, até porque o valor foi incorporado ao patrimônio das filhas do servidor e não do GDF. Isso posto, entendo que, da importância a ser ressarcida ao erário, deve ser descontado apenas o imposto de renda retido na fonte, visto que esse valor já foi incorporado ao patrimônio jurídico do GDF no momento da retenção.

62. Apenas a título de informação, deve-se esclarecer que, na hipótese de acatamento da presente justificativa, abrir-se-ia um precedente para outros servidores requererem o mesmo tratamento e, para ilustrar o possível impacto da medida, em 2014, a rubrica 40455 do SIGRH (teto remuneratório unificado), aplicável tanto àqueles que acumulam cargos efetivos quanto àqueles cedidos para exercício de cargo em comissão, foi da ordem de R\$ 16 milhões.

63. Assim, em consonância com a Informação de fls. 204/206, até por não terem os documentos de fls. 218/234 trazido aos autos novos elementos que pudessem alterar o entendimento desta Unidade Técnica, sugiro que as razões de justificativa possam ser admitidas, com base no artigo 126 do RITCDF, e, no mérito, sejam parcialmente providas, determinando à SEGEDAM que revise os



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*cálculos de fls. 176/179, para excluir a indenização por férias não gozadas do montante a ser devolvido e, por outro lado, para incluir os valores descontados a título de pensão alimentícia, posto que, embora seja decorrente de determinação judicial, o pagamento é obrigação do servidor e não do erário, que apenas operacionaliza o repasse ao pensionista, assegurando o contraditório e a ampla defesa ao servidor mais uma vez.*

**III-12) a SES proceda à abertura de procedimento específico para apurar a situação dos servidores Alexandre Rozenwald, Fidelia Vasconcelos de Lima e Zacarias Calil Hamu, cedidos da SES/DF, levando em consideração o disposto no art. 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014. Caso seja confirmada a ausência de prestação de serviços na SES, interrompa o pagamento e adote as medidas necessárias à restituição ao erário dos valores indevidamente pagos a partir da ciência da Decisão nº 2975/2008, sem prejuízo de observar os demais efeitos subsequentes;**

64. A SES informou sobre a abertura dos Processos GDF nos 060-002496/2017 e 060-002495/2017, que tratam das acumulações de cargos de **Alexandre Rozenwald**, matrícula nº 01283774, e **Fidelia Vasconcelos de Lima**, matrícula nº 01259083, respectivamente, comunicou sobre a aposentadoria de **Zacarias Calil Hamu**, matrícula nº 01233688, que ocorreu em 14/05/2015, e apresentou alguns documentos (fls. 2.335, 2.339/2.352, 2.434 e 2.437/2.451), mas não consta nos autos nenhuma informação sobre a questão central deste item, qual seja, a impossibilidade de o servidor se afastar de dois vínculos efetivos para um comissionado e receber a remuneração de todos eles, quando o somatório das jornadas dos vínculos efetivos seja superior a 44 horas semanais e o servidor estiver trabalhando apenas no vínculo comissionado, que é o que dispõe o artigo 156 da LC nº 840/2011 e a Decisão nº 462/2014.

65. Após consultas ao SIGRH, ao Portal da Transparência do TJDF e ao DOU, observou-se que o servidor **Alexandre Rozenwald**, matrícula nº 01283774, foi exonerado da função de confiança FC-03 para a qual estava designado no TJDF em 23/10/2017<sup>6</sup>, tendo se apresentado à SES em 02/02/2018 (telas CADHCR31 e CADHCR01 e Processo SEI nº 00060-00045904/2018-88).

66. Em face disso, cabe solicitar à SES o envio a esta Corte da documentação comprobatória de que os servidores **Alexandre Rozenwald**, matrícula nº 01283774, **Fidelia Vasconcelos de Lima**, matrícula nº 01259083, e **Zacarias Calil Hamu**, matrícula nº 01233688, tenham cumprido o somatório das jornadas dos vínculos efetivos no órgão cessionário (60 horas, 80 horas e 60 horas semanais, respectivamente) ou que tenham deixado de perceber a

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=64&data=23/10/2017>>. Acesso em: 11 out. 2018.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

remuneração de um dos vínculos efetivos, tendo em conta o disposto no artigo 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014, bem como que esclareça onde o servidor **Alexandre Rozenwald**, matrícula nº 01283774, exerceu suas atribuições no período de 23/10/2017 a 01/02/2018 em relação ao vínculo da SES, tendo em conta o interstício entre a data da dispensa da função comissionada no TJDF (23/10/2017) e o fim do período da cessão cadastrado no SIGRH (01/02/2018).

### **III-13) o SLU adote as providências que entender cabíveis em virtude do desfecho da ADI nº 2014.00.2.004230-4;**

67. A ADI nº 2014.00.2.004230-4 foi julgada procedente e, em conformidade com o Decreto nº 36.308/2015, verificou-se que, a partir de janeiro/2015, os servidores e pensionistas retornaram para a Carreira Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos. Sendo assim, pode-se considerar cumprido este item.

### **III-14) a SES/DF justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 2, 3, 5, 7 e 15 da Tabela II (fls. 109/116);**

68. O item 2, referente à acumulação da servidora **Cleusa Maria Soares**, matrícula nº 01128035, é de se dizer que a situação está sendo analisada no Ato SIRAC nº 008544-6 e no Processo nº 26763/2018-e, com indicação de ilegalidade pela Unidade Técnica, mas ainda sem deliberação plenária. Com isso e para evitar possíveis decisões concomitantes sobre o mesmo tema, sugere-se que a situação permaneça sendo tratada apenas naqueles autos.

69. Em relação ao item 3, o servidor **Edilberto Alencar Vieira**, matrícula nº 01215566, não tendo logrado êxito em ter sua acumulação considerada lícita judicialmente, renunciou à aposentadoria do Ministério da Saúde, mantendo apenas a percepção dos proventos da SES (fls. 2.368/2.394 e 2.405/2.406), tornando lícita a situação dele.

70. Sobre o item 5, a documentação juntada pela SES (fls. 2.395/2.402 e 2.405/2.406) e a análise feita no tópico III-16 permitiram concluir que a acumulação de vínculos do servidor **Elson de Souza**, matrícula nº 01272721, está de acordo com o item a.2 da Decisão nº 728/2007.

71. Nos casos dos itens 7, que trata da servidora **Idenir da Cunha e Silva**, matrícula nº 0133574X, e 15, relativo a **Sebastião Rodrigues da Silva**, matrícula nº 01236946, a SES relatou a necessidade de desarquivamento de processos para análise da situação (fls. 2.405/2.406) e de prorrogação do prazo para cumprimento (fl. 2.451). Nos Atos SIRAC nos 011798-9 e 008093-6, que tratam das respectivas concessões na SES, ainda não houve manifestação pelo Controle Externo. Posto isso, sugere-se reiterar a determinação quanto a ambos (vínculos detectados, constantes nos itens 7 e 15 da Tabela II, às fls. 109/116, replicados abaixo).



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

7 Nome: IDENIR DA CUNHA E SILVA			CPF: 008.145.471-68
Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão / Aposentadoria
AUXILIAR DE ENFERMAGEM (8010). Fonte: SIGRH	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE (552)	0133574X	05/01/1994 / 05/02/2014
AGENTE ADMINISTRATIVO (422203). Fonte: SIAPE	MINISTERIO DA SAÚDE (25000)	0527352	01/08/1974 / 05/01/1994
Análise: A inativação do vínculo do MS foi considerada legal pelo TCU em 27/03/2001 (Processo nº 854.420/1997-5), enquanto a da SESDF está para análise do Controle Interno no Sirac (Ato nº 011798-9). Assim, a SESDF deve justificar a licitude da acumulação dos cargos, nos termos do art. 37, XVI, da CRFB e do art. 11 da EC nº 20/1998.			
15 Nome: SEBASTIAO RODRIGUES DA SILVA			CPF: 042.634.051-53
Cargo	Órgão	Matrícula	Admissão / Aposentadoria
AUXILIAR DE ENFERMAGEM (8010). Fonte: SIGRH	SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE (552)	01236946	01/12/1984 / 02/08/2013
SUBTENENTE PM INATIVO (PM565). Fonte: SIGRH	POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (211)	00037907	03/04/1973 / 01/11/1994
Análise: Acumula a aposentadoria de Técnico em Saúde da SES/DF com o posto de Subtenente reformado da PMDF (ato considerado legal pela Decisão nº 2373/2005 – Processo nº 3947/2008). Sua aposentadoria está registrada no SIRAC (ato: 8093-6). Esclarecer se a situação do servidor se enquadra na exceção prevista na EC nº 77/2014 ou em algum outro dispositivo legal, apresentando justificativa e documentação comprobatória, ou, caso fique constatada a ilicitude da acumulação, adotar o procedimento previsto no artigo 48 da LC nº 840/2011.			

**III-15) a SE/DF justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 2 e 18 da Tabela II (fls. 109/116);**

72. Embora não tenha havido manifestação da SE, as análises das concessões dos servidores **Cleusa Maria Soares e Zivonildo de Souza Costa**, em relação aos vínculos dessa Secretaria, estão sendo tratadas nos Atos SIRAC nos 008544-6 (Processo nº 26763/2018) e 008820-7 (Processo nº 2996/2018), nos quais já estão sendo tratados os aspectos relativos à acumulação. Para evitar retrabalho, entendo que essas questões possam continuar sendo tratadas apenas nos mencionados atos/processos.

**III-16) o CBMDF justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 5 e 18 da Tabela II (fls. 109/116);**

73. O Corpo de Bombeiros encaminhou documentação (fl. 2.149 e CD em anexo), esclarecendo a situação dos militares **Elson de Souza** (item 5 da Tabela II) e **Zivonildo de Souza Costa** (item 18 da Tabela II).

74. Da análise da documentação e do Ato SIRAC nº 008820-7, verificou-se que o primeiro teria migrado para o Quadro Bombeiro Militar Particular de Paramédicos, de acordo com a Portaria nº 37, de 25/09/1995, o que, no entender do CBMDF, enquadraria sua acumulação naquela prevista no art. 142, § 3º, inciso II, da CRFB, com a redação da EC nº 77/2014, além de estar amparado pelas Decisões nº 5.440/2004, 6.551/2005 e 5.385/2008, bem como pelo artigo 11 da EC nº 20/1998.

75. Em relação à migração para o Quadro Bombeiro Militar Particular de Paramédicos, tal alteração não tem o condão de modificar o posto exercido pelo militar, como já decidiu o TJDF, nos seguintes termos:

SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS DE



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*PROFISSIONAL DE SAÚDE. CARGOS CIVIL E MILITAR. BOMBEIRO MILITAR. QUALIFICAÇÃO COMO PARAMÉDICO. SECRETARIA DE SAÚDE. AUXILIAR DE ENFERMAGEM. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. IMPOSSIBILIDADE. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. INEXISTÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA.*

1) - *A Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XVI, alínea c, autoriza a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, quando houver compatibilidade de horário e desde que seja respeitado o teto constitucional, conforme inciso XI do mesmo artigo.*

2) - *Nos termos dos artigos 21 e 22 da Lei n.º 7479/86, que trata do Estatuto dos Bombeiros Militares do Distrito Federal, o cargo exercido pelo apelante junto ao CBM/DF é de bombeiro-militar, não sendo ele privativo da área de saúde.*

3) - *O ato do Comandante-Geral da Corporação Militar que alterou a atividade exercida pelo autor de bombeiro-militar combatente (QBMP-0-Combatente) para bombeiro-militar paramédico (QBMP-10-Paramédico) expressamente descreve tratar-se de mudança de qualificação, obtida após aptidão analisada por comissão interna específica.*

4) - *Ainda que desempenhada as funções na área de saúde perante a Corporação Militar, permanece o autor no cargo de bombeiro-militar, no qual foi originariamente investido através de concurso público, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.*

5) - *Inexistindo o exercício de dois cargos privativos de saúde, descabida se mostra a incidência da acumulação disciplinada pelo artigo 37, inciso XVI, alínea c, da Constituição Federal, devendo ser observada a regra geral de inacumulação de cargos públicos.*

6) - *Não demonstrada foi a compatibilidade de horários, deixando a parte de comprovar o fato constitutivo de seu direito, como exigido pelo artigo 333, I, do CPC.*

7) - *Recurso conhecido e não provido.*

*(Acórdão n. 820276, 20120110005222APC, Relator: LUCIANO MOREIRA VASCONCELLOS, Revisor: SEBASTIÃO COELHO, 5ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 17/09/2014, Publicado no DJE: 23/09/2014. Pág.: -8)*

*76. Entretanto, há de se reconhecer que o caso em tela se molda à situação prevista no item a.2 da Decisão nº 728/2007, visto que, na*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*data da vigência da EC nº 20/1998, ele já estava na reserva remunerada e também havia ingressado no vínculo da SES (situação que se amolda ao previsto no artigo 11 da EC nº 20/1998).*

*77. No caso do segundo militar citado, sua acumulação está de acordo com o art. 58 da Lei nº 7.479/1986 e com a Decisão TCDF nº 728/2007. Foram feitos alguns questionamentos na Decisão nº 1148/2018, que trata da aposentadoria dele no vínculo da SEDF, mas que serão tratados naqueles autos.*

*78. Assim, no que tange exclusivamente à questão do enquadramento das acumulações naquelas hipóteses previstas na CRFB, tem-se que ambas as situações sob análise estão de acordo com os entendimentos desta Corte, em especial a Decisão nº 728/2007.*

**III-17) a Novacap preste esclarecimentos sobre o motivo pelo qual o Programa de Metas e Resultados constante no Acordo Coletivo de Trabalho 2013-2015 não está vinculado ao desempenho da Companhia, bem como informar os critérios adotados para a distribuição de dividendos aos empregados da empresa;**

*79. A Novacap apresentou o Programa de Metas e Resultados 2015 (PMR), contendo as metas e os indicadores relativos a podas de árvores, a operações de tapa buracos e a drenagem pluvial, bem como os resultados alcançados (fls. 2.313/2.331), o que permite considerar atendido o item III-17 da Decisão sob análise.*

**III-18) em relação ao Auxílio-Transporte, a SES ajuste o pagamento aos servidores que trabalham em regime de escala e que percebem o benefício em dissonância com o normativo vigente, devendo efetuar o cálculo do auxílio com base no número de dias efetivamente trabalhados e não com base no número de dias úteis do mês, como nos casos de Adonilia Maria Leite Magalhaes, Eliane Rodrigues dos Santos e Maria Alice Ferreira da Silva Gomes, matrículas SES nos 1432673-6, 1435398-9 e 143221-4, respectivamente;**

*80. Apesar de não ter havido resposta da jurisdicionada, no caso da servidora **Adonilia Maria Leite Magalhaes**, matrícula nº 14326736, o auxílio-transporte, que chegou a R\$ 2.203,20, foi ajustado para R\$ 550,80 a partir do mês de novembro/2017, R\$ 500,80 desde julho/2018 e R\$ 575,95 em setembro/2018. Já no caso da servidora **Eliane Rodrigues dos Santos**, matrícula nº 14353989, o auxílio-transporte, que chegou a R\$ 2.003,20, foi ajustado para R\$ 525,80 a partir do mês seguinte e R\$ 499,95 desde julho/2018. E a servidora **Maria Alice Ferreira da Silva Gomes**, matrícula nº 143221-4, que chegou a receber R\$ 2.440,18, passou a receber R\$ 1.903,04 em junho/2016 e parou de receber a parcela a partir do mês seguinte, não havendo novos pagamentos ao menos até setembro/2018.*





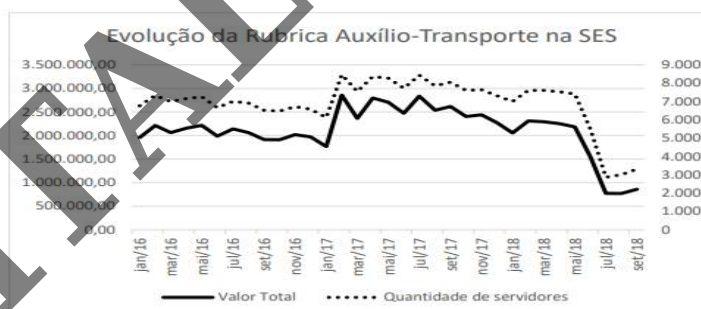
## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

81. Como as situações dos servidores supracitados eram apenas exemplificativas, também foi feita uma análise da evolução dos pagamentos da rubrica auxílio-transporte no âmbito da SES e os resultados são os seguintes:

Mês	Quantidade de servidores	Valor Total
jan/16	6.768	1.956.263,84
fev/16	7.329	2.211.980,37
mar/16	7.002	2.061.953,01
abr/16	7.165	2.154.761,41
mai/16	7.262	2.216.010,64
jun/16	6.664	1.986.658,29
jul/16	7.012	2.142.340,13
ago/16	6.918	2.061.404,80
set/16	6.528	1.914.137,22
out/16	6.482	1.912.075,15
nov/16	6.719	2.019.497,65
dez/16	6.584	1.973.880,32
jan/17	6.123	1.766.620,23
fev/17	8.464	2.858.312,71
mar/17	7.550	2.365.195,81
abr/17	8.357	2.797.478,93
mai/17	8.277	2.706.373,59
jun/17	7.733	2.474.158,58
jul/17	8.434	2.835.909,64
ago/17	7.857	2.538.679,71
set/17	8.054	2.616.718,75
out/17	7.614	2.404.758,06
nov/17	7.654	2.440.156,27
dez/17	7.310	2.272.178,40
jan/18	7.005	2.053.819,64
fev/18	7.610	2.310.058,19
mar/18	7.612	2.291.084,19
abr/18	7.533	2.254.113,03
mai/18	7.416	2.186.065,82
jun/18	5.507	1.549.204,94
jul/18	2.867	772.711,58
ago/18	3.005	769.432,29
set/18	3.315	860.459,74



82. Observa-se que houve significativa alteração entre os meses de maio e julho/2018, supostamente pela implementação das sugestões apresentadas na determinação em comento. Em face do exposto, pode-se considerar cumprido o item III-18 da Decisão nº 6.415/2016, com recomendação para que a SEFIPE verifique em futura auditoria a evolução da rubrica auxílio-transporte na jurisdição.

**IV – Da recomendação para que a SES revisasse a Portaria nº 199/2014, de modo a evitar o exercício de jornadas excessivas**

83. Esse tema foi tratado no Processo nº 27863/2015, tendo sido considerados ilegais alguns dispositivos da Portaria nº 199/2014-SES, conforme Decisão nº 3.926/2017.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

**V-1-a) Da determinação para que o IBRAM informasse a situação atualizada do Processo nº 391.001.393/2015, de interesse de Romulo Pitangui Abdalla, mat. nº 263899-1**

84. O servidor obteve decisão judicial favorável transitada em julgado (em 02/09/2016), nos autos do Processo nº 0729897-90.2015.8.07.0016-TJDFT, que o desobrigou de apresentar os recibos dos transportes coletivos interestaduais, bem como considerou ser possível a percepção de auxílio-transporte cumulativamente com a indenização de transporte (fls. 2.114/2.127 e site do TJDFT).

**V-1-b) Da determinação para que o IBRAM informasse se teria havido regularização da comprovação do direito ao Auxílio-Transporte por parte de Francinete Almeida da Cruz Silva, mat. nº 1668182-7, Jhonei Batista de Souza, mat. nº 183993-4, Paulo Henrique de Oliveira Fernandes, mat. nº 198373-3, e Sebastião V. Augusto de Oliveira, mat. nº 1668179-7**

85. Em relação ao pagamento do benefício à servidora **Francinete Almeida da Cruz Silva**, matrícula nº 16681827, consta, às fls. 2.114 e 2.128/2.134, que ela teria apresentado declaração de que a empresa de transporte coletivo não forneceria bilhetes de passagem. Embora a servidora tenha apresentado comprovante de endereço de Sobradinho e consta na declaração da empresa uma rota entre Formosa e Planaltina, considerando que a servidora foi exonerada no DODF de 29/06/2018, p. 39, o que também consta no SIGRH, pode-se considerar a perda de objeto do caso em tela.

86. Os servidores **Jhonei Batista de Souza**, matrícula nº 01839934, não atendeu à notificação administrativa e **Paulo Henrique de Oliveira Fernandes**, matrícula nº 01983733, não apresentou a segunda via do bilhete da passagem e, por isso, ambos tiveram seus benefícios suspensos, a contar de novembro e dezembro/2015, respectivamente (fls. 2.114 e 2.135/2.143). Em consulta à ficha financeira no SIGRH, verificou-se que nenhum dos benefícios foi restabelecido desde então.

87. Por último, em relação ao servidor **Sebastião Vicente Augusto de Oliveira**, matrícula nº 16681797, ele apresentou declaração de que a empresa não emitiria bilhetes na linha por ele utilizada (fls. 2.114 e 2.144/2.148). O benefício deixou de ser pago em novembro/2016 e ele se aposentou por invalidez no INSS, tendo sido desligado em 17/08/2017 no SIGRH. No caso, chamou atenção o valor de R\$ 9,42 por trecho lançado no SIGRH (tela TABBEN36, linha 0589, mês de referência 09/2015), enquanto consta no documento emitido pela VIAN no mesmo mês de referência (fl. 2.148) o valor de R\$ 3,90 para o mesmo trecho. Sendo assim, caberia solicitar ao jurisdicionado esclarecimentos sobre essa divergência nos valores, tendo em conta que é possível que haja diferenças em outras linhas, afetando um número potencialmente significativo de servidores.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

**V-2) Da determinação para que a PCDF, o DETRAN, o SLU, a SINESP e a SEPLAG esclarecessem as razões para o endereço fornecido por determinados servidores para fins de recebimento de Auxílio-Transporte divergir do constante no cadastro da Receita Federal**

88. Quanto aos servidores do DETRAN, **Karina Fernandes Oliveira**, matrícula nº 02509261, que já havia apresentado os bilhetes do transporte público utilizados (fls. 858/865), informou que o endereço informado ao DETRAN é o da casa dos pais, onde residia até o casamento (abril/2015), e que o endereço no qual de fato residiria seria o declarado à RFB, mas que ambos são na mesma cidade (Unai/MG), não tendo havido mudança da linha de transporte que utilizaria para se deslocar para o trabalho (fls. 1.820/1.822). E, à fl. 1.825, o servidor **Isaac Amaro da Silva**, matrícula nº 01941720, que também havia apresentado os bilhetes do transporte público utilizados (fls. 873/892), informou que o endereço cadastrado na RFB teria sido informado pelo contador, por equívoco, e seria o de sua genitora, enquanto que o endereço apresentado ao DETRAN seria o correto. Na primeira manifestação, o endereço informado por ele foi de Unai/MG (comprovante à fl. 872), enquanto nesta nova manifestação apresentou um novo endereço, de Valparaíso de Goiás/GO (comprovantes às fls. 1.826/1.827), tendo sido verificado no SIGRH (telas BENVLT02 e PAGMAN45) a suspensão do pagamento do referido benefício, a contar de abril/2016. Diante dos esclarecimentos prestados e da documentação apresentada, deve-se considerar cumprido o item V-2 da Decisão nº 6.415/2016 quanto aos servidores do DETRAN.

89. Em relação ao auxílio-transporte percebido pelo servidor **Ariósvaldo Rocha Vieira**, a PCDF encaminhou documentação em que ele declara que o endereço que constava no cadastro da RFB estaria alugado, tendo apresentado contrato de locação do imóvel de Brazlândia/DF, cópia do IRPF retificado, com o endereço de Mimoso de Goiás/GO, bem como comprovante deste endereço (fls. 2.167/2.176). Da análise do contrato apresentado, observa-se que data de 06/02/2012, nele constando, todavia, o telefone da inquilina com 9 dígitos, o que só foi implementado no DF e em Goiás em meados de 2016<sup>7</sup>, além de, na cópia juntada aos autos, não constar valor do contrato, data do término e assinatura dos contratantes, e, na declaração de IRPF apresentada pelo servidor, não constarem os rendimentos auferidos com o aluguel no ano de 2016. Posto isso, entendo que o documento apresentado pelo servidor não seria prova idônea para comprovar o aluguel e, não tendo sido possível obter outras evidências que ratificassem tal afirmação (na CEB e na CAESB, por exemplo, de acordo com os últimos dados aos quais o TCDF teve acesso – 06/2018 e 04/2018, respectivamente –, as

<sup>7</sup> Disponível: <<http://www.anatel.gov.br/institucional/ultimas-noticiass/1140-nono-digito-sera-implementado-em-mais-sete-unidades-da-federacao-em-29-de-maio>>. Acesso em: 20 set. 2018.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

faturas continuam sendo emitidas em nome do servidor), é prudente solicitar novos esclarecimentos à PCDF.

90. Quanto ao servidor **Lázaro Cardoso de Oliveira**, matrícula nº 00530700, ele informou que o endereço que constava na RFB era usado para fins de correspondência, uma vez que sua residência é em área rural, não atendida por agência dos Correios, o que foi confirmado pela SEPLAG. Foram apresentados os bilhetes do transporte coletivo do período de 01/02/2017 a 24/02/2017 e o endereço que consta atualmente no SIGRH é o mesmo que consta na RFB (fls. 2.181/2.195). Assim, deve-se considerar esclarecida esta situação.

91. O servidor **Silvano Ferreira da Cunha**, matrícula nº 00821241, do SLU, apresentou documentação comprovando que o endereço correto em que reside é o que consta no SIGRH (fls. 2.255/2.257), tendo se prontificado a corrigir o dado na RFB, o que ainda não ocorreu, conforme consulta ao Sistema CPF. Tendo em conta não haver obrigatoriedade de os dados de ambos os sistemas estarem idênticos e diante da documentação apresentada, entendo que pode ser considerado elucidado este caso.

92. Não houve resposta por parte da SINESP, mas observou-se que o servidor **Renato de Jesus Afonso**, matrícula nº 02613158, foi exonerado em 31/12/2014, não havendo razão para reiterar o pedido de esclarecimentos.

### **V-3) Da determinação para que a PCDF corrigisse no SIAPE o endereço de Isabel Cristina Neto de Oliveira, mat. 43843-X, de acordo com o comprovante apresentado**

93. A PCDF esclareceu que desde novembro/2009 o cadastro e o processamento da folha dos servidores das carreiras administrativas é feita no SIGRH, razão pela qual haveria a impossibilidade de alteração do endereço da servidora **Isabel Cristina Neto de Oliveira**, matrícula 0043843X, no SIAPE (fls. 2.167/2.168). Entretanto, apresentou comprovação do endereço do SIGRH (fl. 2.177), que é o mesmo que consta no Sistema CPF da RFB. Posto isso, deve-se considerar cumprida esta determinação.

### **V-4) Da determinação para que o SLU desse ciência a Moacir Ferreira da Cruz, mat. nº 82706-1, que, de acordo com o art. 30 do Decreto nº 3.000/1999 (Regulamento do Imposto de Renda), a alteração do endereço residencial deve ser comunicada às repartições competentes no prazo de 30 (trinta) dias, ou quando da entrega da declaração de IR**

94. O SLU informou que o servidor **Moacir Ferreira da Cruz**, matrícula nº 00827061, deixou de perceber o auxílio-transporte em setembro/2016 (fls. 2.213/2.216 e 2.259/2.260), mas ele ainda recebeu essa parcela no referido mês. De todo modo, como os pagamentos foram suspensos a partir de outubro/2016, pode-se



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

considerar atendido o item V-4.

**V-5) Da determinação para que a CAESB noticiasse o resultado das providências adotadas quanto ao recebimento em duplicidade do Auxílio Alimentação pela servidora Amanda R. de Camargo do Nascimento**

95. De acordo com o documento de fls. 1.792/1.805, observou-se que a servidora percebeu na SEDF vencimentos de 08/2014 a 04/2015, tendo percebido no período R\$ 3.550,50, que, corrigidos até outubro/2015 pelo SINDEC (Portaria nº 212/2002), resultou no montante de R\$ 3.675,35, que foi pago pela empregada da CAESB em 6 parcelas. Assim, pode-se considerar cumprido o item V-5 da Decisão nº 6.415/2016.

**V-6) Da determinação para que a SE/DF informasse as providências adotadas visando ao ressarcimento da quantia indevidamente percebida a título de Auxílio-Alimentação (na CAESB e na própria SE/DF) pelos servidores Hugo Alberto Gonçalves Delmondes, mat. nº 226247-9, e Rogério Jovem de Araújo, mat. nº 224552-3**

96. A SE informou que havia enviado as comunicações para o servidor **Rogério Jovem de Araújo** e, no caso da falta de contato, o caso seria encaminhado à PGDF para adoção das medidas cabíveis (fls. 2.157/2.158 e 2.164/2.166). Em consulta o Processo SICOP nº 080-014007/2016, constatou-se que teria sido criado o Processo SEI nº 00020-00023672/2017-75, para execução da cobrança extrajudicial pela PGDF. Além disso, em verificação no SIGRH, observou-se que o servidor foi exonerado em 21/03/2017.

97. No caso do ressarcimento dos valores pagos na SE e na CAESB ao servidor **Hugo Alberto Gonçalves Delmondes**, a SEDF enviou cópia do ofício solicitando informações à CAESB sobre os valores pagos naquela Companhia (fls. 2.157/2.158). Do mesmo modo que o caso anterior, constatou-se que teria sido criado o Processo SEI nº 00020-00023312/2017-73, para execução da cobrança extrajudicial pela PGDF, mas não se verificou o ressarcimento dos valores até o presente momento.

98. Sendo assim, entendo que o item V-6 da Decisão nº 6.415/2016 deve ser endereçado à PGDF, para informar a esta Corte se os Processos SEI nos 00020- 00023672/2017-75 e 00020-00023312/2017-73 tratam de ressarcimento de auxílio-alimentação pelos servidores **Rogério Jovem de Araújo** e **Hugo Alberto Gonçalves Delmondes** e, em caso positivo, comunicar sobre o andamento/desfecho de ambas as cobranças.

**VI-1) Da determinação para que todas as jurisdicionadas, em nível de rotina, exigissem comprovação da realização de despesa com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, em consonância com a**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

***natureza da Indenização de Transporte e com o disposto no art. 106 da LC nº 840/2011***

99. A SEF alegou que a comprovação da realização de despesa com a utilização de meio próprio estaria a depender de análise da Portaria instituidora pela Assessoria Jurídico-Legislativa daquele órgão, não tendo informando precisão de quando isso ocorreria (fls. 2.022/2.028).

100. A Casa Civil informou que teria implementado novas rotinas e aperfeiçoado as já existentes, para evitar pagamentos indevidos (fl. 2.050).

101. A Agefis, por sua vez, informou que a comprovação se dá mediante apresentação de relatório mensal de atividades, conforme Decretos nos 31.860/2010 e 31.861/2010 (fls. 2.090/2.091).

102. A Novacap informou ter realizado recadastramento em 2016, de modo a atender aos itens VI-1 e VI-2 (fls. 2.310/2.312).

103. O DFTRANS informou sobre a edição da Instrução nº 119, de 22/05/2017, que estabeleceu o limite de 20 dias para percepção do valor integral da indenização de transporte, além de limitar a um deslocamento indenizável por dia (artigo 10), conforme fls. 2.456/2.461.

104. A SEDESTMIDH informou que a concessão da indenização de transporte é condicionada à publicação de ato específico, nos termos do artigo 5º, inciso I, alínea “d”, da Portaria nº 140/2017, apenas os Agentes de Crédito, lotados nas Agências da Diretoria de Concessão e Recuperação de Microcrédito, fazem jus à parcela e o pagamento depende de apresentação de Mapa de Controle de Indenização de Transporte, de acordo com o Decreto nº 13.447/1991, contendo detalhadamente o trajeto e a descrição da atividade realizada, bem como sendo atestado pela chefia imediata (fls. 2.680/2.684).

***VI-2) Da determinação para que todas as jurisdicionadas, em nível de rotina, realizassem periodicamente levantamento geral dos servidores que percebem Auxílio-Transporte, confrontando as informações do domicílio existentes no SIGRH com aquelas existentes no banco de dados da Receita Federal do Brasil e com as linhas de ônibus a serem utilizadas pelos servidores***

105. O DETRAN informou que: **(1)** não teria acesso ao banco de dados da RFB, mas que tentaria verificar a possibilidade de viabilizar tal acesso, e **(2)** teria realizado um confronto das informações dos domicílios existentes com as linhas de ônibus a serem utilizadas, mas o resultado não teria sido eficiente, razão pela qual estaria realizando uma atualização geral dos endereços



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*residenciais e das linhas de ônibus utilizadas pelos servidores, de modo a assegurar que o cadastro permaneça o mais atualizado quanto possível, passando a ser adotado como procedimento padrão e periódico de verificação (fls. 1.818/1.819).*

*106. A SEF, por sua vez, informou que teria realizado comunicado convocando todos os servidores para que recadastrassem os endereços até o dia 02/03/2017 (o documento no qual consta essa informação é de 16/02/2017) e, à medida que esses dados fossem sendo atualizados, as informações iriam ser confrontadas com as declarações de renda e com o SIGRH (fls. 2.024/2.028).*

*107. A Casa Civil, do mesmo modo que foi relatado no tópico anterior, comunicou sobre a implementação de novas rotinas e o aperfeiçoamento das já existentes, para evitar pagamentos indevidos (fl. 2.050).*

*108. A Agefis informou que os auxílios são concedidos mediante apresentação de termo de responsabilidade do servidor, juntamente com o comprovante de residência atualizado, além de ser feita verificação no SIGRH e vista a possibilidade de deferimento de linhas com menor custo.*

*109. A SE comunicou que executaria periodicamente o levantamento dos servidores que trabalham em regime de escala, inclusive orientando as Regionais de Ensino a atualizarem mês a mês os dados dos auxílios-transportes e dos dias trabalhados, bem como informou que, em conjunto com as Regionais de Ensino, periodicamente faria levantamento, confrontando endereços residenciais com as linhas de transporte coletivo cadastradas. Quanto à comunicação com a RFB, enviou Ofício, mas não teria tido retorno para ter acesso aos dados informados ao Fisco Nacional. Por último, a jurisdicionada trouxe aos autos alguns questionamentos quanto à sugestão apresentada no Relatório de Auditoria sobre a necessidade de apresentação dos bilhetes das viagens interestaduais, mas o tema foi superado com a Decisão nº 2.609/2017, proferida nos autos do Processo nº 958/2016 (fls. 2.157/2.158 e 2.160/2.163). Posteriormente, a SE também apresentou detalhes sobre os novos procedimentos administrativos para a concessão do auxílio transporte aos servidores que residem na RIDE (fls. 2.302/2.307).*

*110. A Coordenadoria de Gestão de Pessoas da SEPLAG declarou utilizar a legislação vigente para fins da comprovação do endereço e que não teria acesso à base de dados da Receita Federal para fins de verificação dos endereços, tendo solicitado auxílio para viabilização do acesso (fl. 2.203).*

*111. O SLU informou que realizará recadastramento anual (mês de março), tendo juntado o texto da Circular nº 002/2017, de 23/03/2017, que convocou os servidores que recebessem o benefício para atualização cadastral (fls. 2.213/2.216).*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

112. A Novacap informou ter realizado recadastramento em 2016, de modo a atender aos itens VI-1 e VI-2 (fls. 2.310/2.312).

113. O DFTRANS, por sua vez, informou sobre a questão de ser necessário manter a compatibilidade entre o pagamento do auxílio-transporte e a escala de serviço e a efetiva utilização do transporte coletivo, tendo também apresentado algumas diligências que têm sido adotadas por aquela Autarquia (fls. 2.456/2.461).

114. A SEDESTMIDH comunicou que não tem acesso à base de dados da Receita Federal do Brasil e que a análise para fins de concessão do auxílio-transporte já incluía a verificação de dados do SIGRH e das linhas que compunham o itinerário do servidor, tendo sido incorporada rotina de atualização anual desses dados, dentro das limitações de pessoal do órgão (fls. 2.680/2.684).

**VI-3) Da determinação para que todas as jurisdicionadas, em nível de rotina, providenciassem, para os servidores com acumulação lícita de cargos públicos (ressalvados os servidores amparados por decisões judiciais, a exemplo dos médicos alcançados pelo RMS 33.100-STJ), a glosa do que excedesse ao teto remuneratório, considerada a soma das remunerações**

115. A SEF comunicou que a glosa ao valor excedente ao teto remuneratório já seria aplicada no SIGRH, pela SEPLAG, nos casos de vínculos de órgãos integrantes da administração do DF e a exceção ficaria com os vínculos de outros entes federados ou alcançados por alguma medida judicial (no caso da SEF, haveria apenas um caso, da aposentada Veridiana Bragança da Silva – Processo nº 2013.00.2.000706-8-TJDFT, às fls. 2.039-2.042).

116. A Agefis também informou que o SIGRH faria essa aplicação do teto remuneratório (fl. 2.091).

117. A SEDESTMIDH deu ciência de que não teria acesso ao somatório das remunerações (fls. 2.680/2.684).

118. Quanto ao tema, posteriormente ao entendimento adotado por esta Corte no tópico em análise, o Supremo Tribunal Federal, nos REs nºs 602043 e 612975, decidiu que, nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público. Em decorrência disso, esta Corte determinou a realização de estudos especiais (Processo nº 12.665/2018-e) para discutir os desdobramentos da decisão da Suprema Corte, em cumprimento ao item II da Decisão nº 1618/2018, exarada nos autos do Processo nº 32.101/2016-e. Isso posto, deve-se alertar os jurisdicionados para que acompanhem e adotem as determinações que vierem a ser proferidas no Processo





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

nº 12.665/2018-e.

**VII-1) Da recomendação para que a SEDF acompanhasse o desfecho dos recursos tratados no Processo nº 958/2016-e, adotando, ato contínuo, as medidas cabíveis para o controle da despesa com Auxílio-Transporte e adoção de providências com vistas a eventuais ressarcimentos**

119. Por meio da Decisão nº 2.609/2017, esta Corte deu provimento ao Pedido de Reexame interposto por servidores da SEDF, de modo a afastar a exigência de apresentação mensal dos bilhetes utilizados nas viagens interestaduais, para fins de comprovação da despesa (fl. 2.455). Em face disso, tem-se por superado o tema tratado no referido item VII-1.

**VII-2) Da recomendação a todas as empresas públicas e sociedades de economia mista do Distrito Federal que, ao firmarem acordos coletivos de trabalho, no caso de constar cláusula de distribuição de lucros e resultados, vinculem essa distribuição ao desempenho da entidade e/ou das unidades às quais os empregados estão vinculados, distribuindo aos empregados os dividendos de acordo com o desempenho individual, de modo a valorizar a meritocracia;**

120. A NOVACAP apresentou seu Programa de Metas e Resultados 2015 (fls. 2.310/2.331), que não estava contido em seu acordo coletivo de trabalho, contendo as metas empresariais globais, de melhoria da gestão empresarial, setorial de gestão administrativa e individual. Entendo que as duas primeiras estão condizentes com atribuições da Companhia, a terceira depende de um plano de ação, a ser elaborado pelas áreas, e a última parece estar em dissonância com a finalidade da empresa, vez que leva em conta apenas o número de faltas injustificadas e essa é uma obrigação do empregado e não uma meta. Entretanto, como o artigo 2º, § 1º, da Lei nº 10.101/2000, não apresenta um rol exaustivo de critérios e condições a serem utilizados pelas empresas para fins de participação em lucros e resultados, não seria possível afirmar que esse parâmetro esteja em desacordo com o citado dispositivo legal.

121. As demais empresas jurisdicionadas não se manifestaram, em que pese a matéria já ter sido objeto de análise ou estar com verificação em andamento em processos de auditoria específicos (Processos nos 11.937/2016 – Terracap, 2.036/2017 – CEB e 31.350/2018 – CAESB).

**VII-3-a) Da recomendação ao Governador do Distrito Federal para que revisse a legitimidade/regularidade das cessões dos professores e dos profissionais da área de saúde (VII-3-a-i) e para que atentasse, quando das autorizações para futuras cessões, para o que dispõe a parte inicial do caput art. 152 da LC nº 840/2011 (VII-3-a-ii)**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

122. A SEPLAG informou que teria adotado as medidas administrativas relativas aos itens VII-3-a-i e VII-3-a-ii, ao adotar o previsto na Circular nº 004/2017- GAB/SEPLAG, de 13/02/2017 (fls. 2.198/2.201), elaborada em cumprimento à Decisão nº 6.285/2016, além de noticiar a criação de grupo de trabalho para rever todos os atos de cessões de servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal do DF (Processo SEI nº 00410-00011927/2017-17).

123. Dessa forma, entendo que o item VII-3-a-i pode ser considerado cumprido, em decorrência da criação de grupo de trabalho para rever todas as cessões, assim como o item VII-3-a-ii, pelo que consta no seguinte trecho da citada Circular nº 004/2017- GAB/SEPLAG (fls. 2.199/2.201):

Além disso, nos casos de cessão, deverá constar a declaração de que o afastamento do servidor não trará prejuízo ao seu órgão de origem. Caso contrário, deve-se justificar a qual interesse público maior a autorização do servidor visa atender.

**Das recomendações ao Governador do Distrito Federal para que: (VII-3-b) encaminhasse à CLDF projeto de lei com vistas a estabelecer limite máximo das jornadas de trabalho para os servidores que acumulam lícitamente cargos públicos; (VII-3-c) editasse norma para regulamentar o disposto no art. 57, § 3º, da LC nº 840/2011; (VII-3-d-i) permitisse a majoração de VPNIs apenas quando fossem concedidos reajustes gerais para os servidores públicos, assim entendidos aqueles que se aplicam a todos, indistintamente, como ocorreu, por exemplo, por força do art. 1º da Lei nº 3.172/2003; (VII-3-d-ii) fizesse prever em lei a absorção completa das VPNIs pelos reajustes vencimentais da categoria, quando fossem criadas apenas para evitar eventual decréscimo remuneratório; (VII-3-e) quando da criação de gratificações/parcelas pecuniárias, atentasse para a relação entre o custo de implementação/controle e os benefícios advindos da diferenciação/segmentação dos servidores que farão jus a tais vantagens**

124. Compulsando os autos, não se verificou posicionamento do Governador do DF quanto às recomendações citadas. Porém, como não havia compulsoriedade, não existe razão para solicitar posicionamento quanto a esses aspectos, até porque a Decisão em tela foi levada a conhecimento da referida autoridade, conforme consta no documento de fls. 1.728.

**VIII) Da ciência ao Governador do Distrito Federal sobre o montante e o impacto dos reajustes concedidos aos militares a título de auxílio moradia (Quadro XI do Relatório de Auditoria), para que fossem avaliados os valores e prazos de implementação dos reajustes futuros**

125. Quanto a esse aspecto, também não houve, s.m.j.,



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*manifestação do Governador do Distrito Federal ou alteração no cronograma do auxílio moradia dos militares distritais e, em 2017, essa despesa, que era da ordem de aproximadamente R\$ 7 milhões para inativos (rubrica 82.228) e de R\$ 14 milhões para ativos (rubrica 82.135), passou para cerca de R\$ 315 milhões, tanto para ativos quanto para inativos, totalizando mais de R\$ 631 milhões (acréscimo de quase 2.764% em relação a 2013, exercício anterior ao início da implementação dos reajustes previstos no Decreto nº 35.181/2014).*

*126. Todavia, como o enunciado foi apenas para dar ciência ao Governador do DF e todos os reajustes previstos no decreto supracitados foram concedidos, não há novas proposições a serem feitas quanto a essa questão.*

### **Da Denúncia Anônima Relativa a Cessão de Servidor**

*127. À fl. 1.657, consta denúncia anônima relatando a cessão do servidor **Marco Aurélio de Lemos Santos**, matrícula nº 14013088, do cargo de Auditor de Atividades Urbanas da SES para o exercício de cargo em comissão no Arquivo Público do DF (matrícula nº 02691078), apesar de, segundo o autor, o GDF ter declarado estado de emergência nos órgãos da saúde do DF por 3 vezes consecutivas, além da carência de servidores nessa área e a ausência de prestação de serviços.*

*128. Embora não haja a possibilidade de conhecimento de denúncia anônima por esta Corte (artigo 229, § 7º, da Resolução nº 296/2016, que aprovou o Regimento Interno do TCDF), pela relevância do tema, entendo que o Tribunal poderá usar a prerrogativa contida na parte final do normativo citado para solicitar esclarecimentos ao GDF.*

*129. Tendo em conta que a cessão do servidor foi publicada no DODF de 28/09/2015, p. 26, com fulcro no artigo 152 da LC nº 840/2011, sugere-se que esta Corte solicite à SEPLAG esclarecimentos, com a documentação comprobatória respectiva e com cópia do Processo nº 0060-008350/2015, que comprovem que não houve prejuízo para o serviço no caso da cessão em tela.*

### **Da Cassação de Aposentadoria Decorrente Destes Autos**

*130. Por fim, deve-se apontar que o IPREV informou a esta Corte, encaminhando a documentação comprobatória (fl. 2.701 e CD em anexo), sobre a cassação da aposentadoria do servidor **João Neris de Oliveira Neto** do cargo de Agente de Vigilância da FUNASA, em face da comunicação ao TCU de possível acumulação ilícita de cargos contida no item IV-2-d da Decisão nº 3.191/2015.”*

11. Posteriormente, por meio da Informação nº 19/2019-DIFIPE1 (fls. 2.827/2.841), de 20.5.2019, a Unidade Instrutória teceu os seguintes



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

comentários sobre a documentação adicional (fls. 2.792/2.818) apresentada pelo Sr. José Augusto de Andrade Pinto:

*“5. Referido documento inicia-se com reprodução dos argumentos de fls. 218/234 do Processo 9810/2011-apenso, sobre os quais deixa-se de apresentar novas considerações, por já terem sido objeto exame a fls. 2704/2753.*

*6. No mais, assim se manifesta o requerente:*

*“Em adendo às considerações supra, colhe-se desta oportunidade para reforçar e complementar informações anteriormente prestadas, bem como para apresentação ao colendo Plenário desta Corte precedentes do eg. Tribunal de Contas da União - TCU que trataram de matéria idêntica àquela aqui versada.*

*Sob o pálio de adesão irrestrita ao comando do caput do art. 37 da Carta Magna, mormente o princípio da legalidade, observa-se um apego desmesurado ao conteúdo do caput do art. 120 da LC n.º 840/2011, em especial a locução ‘(...) ainda que ele não tenha dado causa ao erro’.*

*Todavia, os olhares apaixonados desdenham do quanto prescreve o parágrafo único do mencionado art. 120:*

*‘Parágrafo único. É vedado exigir reposição de valor em virtude de aplicação retroativa de nova interpretação da norma de regência.’*

*Deve-se ressaltar que a norma do referido parágrafo único já havia sido albergada pela Lei n.º 9.784/1999, recepcionada no Distrito Federal pela Lei n.º 2.834/2011:*

*‘Art 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.*

*Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:*

*(...)*

*XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.’ (grifou-se)*

*Para se manter o foco ajustado ao caso concreto do interessado, deve-se realçar aspectos que informam a*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*importância normativa do parágrafo único do art. 120 da LC n.º 840/2011, pois a vedação da aplicação retroativa de nova interpretação de norma legal não foi ali inserida por mera questão decorativa.*

*O pressuposto que compõe o pano de fundo em que a matéria deve ser aquilatada diz respeito a presunção de legitimidade e de veracidade dos atos administrativos. Di Pietro faz distinção entre essas duas expressões: presunção de legitimidade indica que os atos praticados pela Administração Pública são emitidos em conformidade com a lei. Por seu turno, com a presunção de veracidade, assume-se que os fatos alegados pela Administração são verdadeiros.*

*Ao menos dois corolários da presunção de legitimidade e de veracidade dos atos administrativos, no caso de pagamentos de verbas a servidor público, podem ser facilmente percebidos: i) a presunção de correção na prática dos atos e nos cálculos que ensejaram o pagamento; ii) exatidão na interpretação da norma de regência.*

*Entende-se que outro ponto deva impactar a avaliação no caso concreto: a existência, ou não, de ato personalíssimo, praticado por servidor, por movimento e desejo próprios, que eventualmente tenha dado ensejo a realização de pagamentos que desborem os esquadros da estrita previsão da lei.*

*A existência, ou não, de um pedido particular e expressamente formulado por servidor, entendese ser de suma importância para a debate acerca da pertinência, ou não, de devolução de valores ao erário, pois é um sinalizador que torna significativamente objetiva a avaliação da boa-fé.*

*Uma vez que o erro praticado pela Administração decorra direta e fundamentalmente da manifestação falsa ou inexata exarada pelo servidor em seu pedido, a alegação de boa-fé pode ter seu alcance mitigado, embora, mesmo nessa hipótese, inevitável seria perquirir-se a existência, ou não, de dolo ou culpa, para uma perfeita fixação de nexo de causalidade entre conduta e efeitos danosos supostamente observados.*

*Fica claro, neste ponto, que o debate comporta diversas ramificações e composições de possibilidades fáticas, o que tornaria muito extensa a presente abordagem.*

*No caso presente, informa o interessado que, em nenhum momento, pediu, requereu ou demandou quaisquer pagamentos em decorrência da nomeação para cargo em comissão, tampouco foi consultado ou questionado a respeito desses pagamentos, na ocasião em que foram realizados.*





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*Um adendo. Para que não seja insinuada, neste ponto, possível alegação da própria torpeza, deve o interessado ressaltar, por ser relevante, algumas questões: i) por ocasião dos pagamentos discutidos, o postulante não teve acesso aos contracheques do Tribunal, haja vista ter sido vetado acesso aos sistemas da Casa; ii) o atingimento do teto remuneratório no cargo efetivo se deu durante a cessão, em janeiro de 2013, o que não foi percebido em face das peculiaridades de descontos realizados (pensão alimentícia) em sua remuneração; iii) parte significativa do valor supostamente devido adveio de efeitos pretéritos na aplicação da Portaria 323/2012 que, em dezembro de 2012, projetou efeitos retroativos ao período inicial em que o interessado esteve cedido.*

*Isso posto, ressaltando que o interessado nada demandou à Administração quanto aos pagamentos em discussão, deve-se reconhecer que o postulante deve ser dispensado do ressarcimento em face da presunção de correção na prática dos atos e nos cálculos que ensejaram os pagamentos e da presunção de exatidão na interpretação das normas de regência (presunção de legitimidade e de veracidade dos atos administrativos), seja pela aplicação do Enunciado 79 das Súmulas de Jurisprudência desta Casa, seja pela aplicação do mandamento do parágrafo único do art. 120 da LC Nº 840/2011.*

*Por certo, não se poderia cogitar tratar o caso presente de 'erro crasso de procedimento', como excetua o mencionado Enunciado 79, haja vista nada autorizar volver a crítica para a qualidade dos serviços prestados pelos setores administrativos envolvidos nos pagamentos em tela. Essa afirmação, embora óbvia, merece ser destacada, pois a hipótese de erro crasso de procedimento ensejaria o estabelecimento de nexo de causalidade entre a conduta dos gestores que realizaram os pagamentos e os valores supostamente pagos em demasia, o que daria ensejo à solidariedade por eventual devolução de valores.*

*Apenas por mera hipótese argumentativa citou-se, aqui, a possibilidade de erro crasso de procedimento. Ressalte-se que não se está alegando a presença de tal circunstância, muito pelo contrário; a citação objetivou exatamente demonstrar que não é o caso de erro crasso e deixar patente esse entendimento.*

*Não se tratando de erro crasso de procedimento – como de fato não se trata –, resta a possibilidade mera falha administrativa ou de modificação na interpretação da norma.*

*Se o caminho apontar para a alteração na interpretação da norma de regência, o interessado está albergado pela norma*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*do multicitado parágrafo único do art. 120 da LC Nº 840/2011.*

*Se, todavia, vislumbrar-se mera falha administrativa, igualmente o interessado está desobrigado de devolver eventuais valores, por força do Enunciado 79 das Súmulas de Jurisprudência desta Corte.*

*Recorde-se, para delimitação de marco temporal e vigência das normas referidas, que o período em que o interessado esteve cedido para o Governo do Distrito Federal está adstrito a abril de 2011 a dezembro de 2014. No ponto, deve-se salientar que esta Corte, por meio da Decisão n.º 3478/2014, de 24.7.2014, dentre outras considerações, deliberou por manter o entendimento estampado no Enunciado n.º 79 das Súmulas da Jurisprudência desta Casa, não havendo, até o presente momento, qualquer manifestação em sentido contrário, ou seja, que revogue expressamente referido Enunciado.*

*Por fim, data a absoluta pertinência, pede-se a devida vênia para trazer colação o Processo n.º 31.929/2018, que nesta Casa tramita com a consulta formulada pela douta Procuradoria Geral do Distrito Federal acerca da necessidade de restituição ao erário de valores recebidos indevidamente por servidor público em boa-fé, e decorrente de erro exclusivo da Administração”.*

7. O servidor traz à colação, ainda, julgado do TCU (v. fls. 2804/2817) do qual se reproduz apenas o acórdão, conforme se segue:

*“A boa fé do servidor no recebimento de valores extra teto constitucional e da desnecessidade de devolução ao erário foi debatida pelo eg. TCU:*

*...*

*ACÓRDÃO Nº 1111/2017 - TCU – Plenário*

*(...)*

*Diante da tramitação do Processo n.º 31.929/2018, antes referido, e tendo em conta o precedente do TCU, suso indicado, parece legítimo cogitar a influência dos referidos autos na matéria aqui discutida.*

*Em face de todo o exposto, evocando os princípios do contraditório e da ampla defesa, o postulante demanda a Vossa Excelência:*

*a) tomar conhecimento desta peça aditiva às manifestações anteriores, determinando seu entranhamento nos autos do Processo n.º 560/2015;*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*b) no caso concreto deste peticionário, haja vista que não se verificou 'erro crasso de procedimento' nos atos de pagamentos efetivados pela Administração e discutidos nos autos do Processo n.º 9.810/2011 (apensado ao Processo n.º 560/2015), com fundamento no Enunciado 79 das Súmulas de Jurisprudência desta Corte e, também, no precedente do Acórdão n.º 1111/2017-TCU-Plenário, dispensar o postulante de ressarcir os valores debatidos no Processo fl.09.810/2011."*

8. Como se nota, em adendo às argumentações anteriormente apresentadas (e já refutadas), reclama o servidor, em primeiro lugar, ter havido inobservância ao ditame estatuído tanto na LC 840/2011 quanto na Lei 9784/1999, no sentido de ser vedada a aplicação retroativa de interpretação de norma, sobremais para exigir reposição de valor.

9. Ocorre que não consta ter havido nos autos nova interpretação de norma. A rigor, interpretação nova foi a inaugurada pelo requerente, segundo o qual o exercício de cargo em comissão por servidor efetivo configura acumulação de cargos nos termos constitucionais.

10. O objeto das Decisões Administrativas 4/2015 e 17/2015, proferidas no Processo 11.980/2010, não alcança a hipótese de exercício de cargo em comissão por servidor efetivo ativo. E, em que pese a ementa dos referidos julgados<sup>3</sup>, não se tratou da situação em discussão nestes autos; basta ver os julgados do colendo STF utilizados como paradigma.

11. Para afastar de vez qualquer sombra de dúvida, reproduz-se excerto do quanto deliberado na referida Decisão Administrativa 4/2015:

*II – determinar que todos os casos de acumulação de proventos/rendimentos continuem a ser verificados em autos individualizados, a fim de que: a) tendo em vista o entendimento firmado em caráter geral pelo STF no RE 609.381, o somatório dos **rendimentos/proventos** seja submetido ao teto remuneratório instituído pelo art. 37, inciso XI, da Constituição Federal; b) para aplicação das glosas decorrentes do somatório de rendimentos/proventos que ultrapassarem o teto remuneratório, **seja adotado, por simetria, o contido na Instrução Normativa n.º 01/2011, da Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal, atual Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização – SEGAD/DF, em conjunto com as***

<sup>3</sup> "Recadastramento de servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal, realizado nos exercícios de 2010 e 2011, no qual foi verificada a ocorrência de casos de acumulação de proventos/rendimentos por parte de servidores efetivos, comissionados, aposentados e pensionistas".



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*Resoluções nºs 13, 14 e 42, do Conselho Nacional de Justiça, e Resoluções nºs 9 e 10, do Conselho Nacional do Ministério Público, devendo, em qualquer caso, ser providenciada a prévia notificação dos interessados, tendo em conta os princípios da segurança jurídica, do contraditório e da proteção da confiança.*

12. A hipótese da percepção cumulativa de rendimentos com proventos objeto daqueles autos – cujo somatório deveria submeter-se ao teto, conforme consignou na ocasião o referido decisum – ainda que se tratasse de rendimento de cargo em comissão com proventos de aposentadoria de cargo efetivo, autorizada no art. 37, § 10, da CF/88, não é, por óbvio, a mesma enfrentada pelo requerente.

13. Demais disso, naquela mesma assentada determinou a Corte a adoção por simetria da IN 1/2011-SEAP. Note-se que esta IN foi posteriormente alterada, nos termos da Instrução Normativa 100/2013-SEAP, para permitir que “o somatório de que trata esta Instrução Normativa, para efeito da aplicação do teto de retribuição, não incide nas hipóteses mencionadas no art. 46, I, II, e III, e no **art. 77, I e II, ambos da LC nº 840/2011**, de 23 de dezembro de 2011, devendo o limite considerar cada retribuição individualmente”. Esse dispositivo, sim, abarcaria a situação do requerente.

14. Nada obstante, a matéria foi submetida ao colendo TJDFT que julgou incompatível com os termos constitucionais a alteração em referência (v. ADI 2013.002.017116-0 – Acórdão 795.897). Desafiado o acórdão por agravo, propugnou o e. TJDFT pelo aguardo do julgamento do Tema 377 de repercussão geral no STF (RE 612.975).

15. Julgado o paradigma em questão (RE 612975), deliberou o Pretório Excelso no seguintes termos:

O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Edson Fachin, apreciando o tema 377 da repercussão geral, negou provimento ao recurso e fixou a seguinte tese de repercussão geral: “Nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público”. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 27.4.2017.

16. O alcance da expressão “casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos” foi objeto de estudos na Casa<sup>4</sup>, consoante consta do Processo 12.665/2018,

<sup>4</sup> Autorizados pela Decisão 1618/2018, adotada no Processo 32.101/2016.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*mais uma vez sem ser considerada a situação do requerente como caso de acumulação. Veja-se os termos da Decisão 5613/2018<sup>5</sup>, proferida naqueles autos:*

*II – quanto às decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nos REs 602.043 e 612.975, considerar que: a) os Temas nºs 377 e 384, no sentido de que “a incidência do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público”, aplicam-se a todas as situações jurídicas em que a Constituição autoriza a acumulação de cargos, dentre as quais a percepção simultânea de proventos de aposentadoria e de remuneração pelo exercício de cargo eletivo ou em comissão, de livre nomeação e exoneração (art. 37, § 10, e art. 40, § 11, da CRFB), e a percepção de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo efetivo, para aqueles aposentados que reingressaram ao serviço público até 16.12.1998, nos termos do art. 11 da Emenda Constitucional n.º 20/1998;*

*17. Como se constata, o exercício de cargo em comissão por servidor efetivo não é (e nunca foi) considerado caso de acumulação de cargos, nos termos constitucionais. Com efeito, como já mencionado alhures, quando passa ao exercício do cargo comissionado, fica o servidor afastado das atribuições do cargo efetivo (art. 156 da LC 840/2011); ademais, não há dupla remuneração: sendo optante pela remuneração do cargo efetivo, perceberá a remuneração deste com 80% dos vencimentos do cargo em comissão (art. 77 da mesma LC 840/2011), montante sobre o qual incide o teto remuneratório.*

*18. De sua vez, a alegada presunção de legitimidade e de veracidade dos atos administrativos não atuam no sentido de infirmar a situação posta. Por óbvio esta presunção não é absoluta (jure et de jure), tanto que os atos administrativos podem ser objeto de revogação ou de anulação (Súmula 473-STF; art. 53 da Lei 9784/1999). Portanto, os mencionados atributos do ato administrativo não têm o condão de afastar a correção de irregularidades ocorridas no âmbito da Administração pública.*

*19. Também relatou o requerente não ter efetuado pedido expresso que tenha ensejado pagamentos indevidos, o que seria “um sinalizador que torna significativamente objetiva a avaliação da boa-fé”.*

*20. Sobre o tema já se pronunciou esta Unidade Técnica, deixando*

<sup>5</sup> Pendente de recurso a expressão: “a percepção de proventos de aposentadoria com remuneração de cargo efetivo, para aqueles aposentados que reingressaram no serviço público até 16.12.1998, nos termos da Emenda Constitucional nº 20/1998”, o que não interfere na questão ora em debate.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*assente a jurisprudência da Casa, fulcrada na Decisão 3478/2014. Este decisum manteve o entendimento anterior, lavrado nos termos da Decisão 6806/2007, no sentido de que “a simples constatação da boa-fé e de o beneficiário do erro não haver contribuído para a sua ocorrência, por si sós, não justificam a dispensa da restituição dos valores indevidamente recebidos, para não caracterizar o enriquecimento sem causa à custa do erário”, o que a propósito está alinhado com o disposto no art. 120 da LC 840/2011<sup>6</sup>.*

*21. Reporta-se, ainda, o requerente à Súmula 79 deste TCDF, segundo o qual “nos casos de valores pagos a maior, se a impugnação nada disser sobre o seu ressarcimento, a causa da ilegalidade deverá ser avaliada pela Administração, dispensando-se a restituição do indébito na hipótese de falha na interpretação da norma legal de regência, salvo se houver erro crasso de procedimento”.*

*22. Tal enunciado, contudo, também não acolhe as pretensões do interessado. A uma, porque a avaliação quanto à causa da ilegalidade pela Administração somente tem vez quando a impugnação permanecer silente quanto ao ressarcimento, o que não foi o caso. E, ainda que assim não fosse, a dispensa de repetição somente teria vez se albergada em falha na interpretação da norma, tendo em conta que erro crasso de procedimento, segundo o requerente, inocorreu na espécie.*

*23. De todo modo, também não parece ter havido falha na interpretação da norma, tendo em conta que a Administração rotineiramente procede à glosa do teto, inclusive à soma do cargo efetivo com o cargo em comissão, em atenção, entre outros, ao disposto na IN 1/2011-SEAP.*

*24. Há de ser reconhecida a existência de falha administrativa no cálculo/aplicação do teto, em face dos abatimentos a menor, no caso do servidor, o que, todavia, não dispensa a repetição do indébito, nos termos da Súmula 79.*

*25. No que se refere ao precedente colacionado, consta que o TCU dispensou o ressarcimento de valores percebidos acima do teto remuneratório por servidores do Senado Federal, contrariando praxis administrativa até então comum naquela Casa e aplicável a todos os seus servidores.*

*26. Não é a hipótese dos autos, em que se busca a correção de irregularidade perpetrada em um único caso, tendo em conta que na ocasião, para todos os servidores do Tribunal houve correta aplicação do teto remuneratório.*

*27. Por último, registra-se o trâmite do Processo 31.929/2018,*

<sup>6</sup> Art. 120. O pagamento efetuado pela administração pública em desacordo com a legislação não aproveita ao servidor beneficiado, ainda que ele não tenha dado causa ao erro.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*mentionado pelo requerente, em que se examina consulta apresentada pela Procuradoria Geral do DF “a respeito da necessidade de restituição ao erário de valores recebidos indevidamente por servidor público, ainda que o recebimento tenha ocorrido de boa-fé e decorrente de erro exclusivo da Administração”.*

*28. Em que pese o posicionamento desta SEFIPE no referido processo tenha sido no sentido de não se autorizar a dispensa de ressarcimento em casos que tais, deve-se reconhecer que o julgamento da matéria pode repercutir no caso sub examine.*

*29. Desse modo, revela-se prudente que a continuidade das providências ressarcitórias a cargo da SEGEDAM aguarde o que vier a ser decidido pelo Tribunal no mencionado Processo 31.929/2018.*

### **Outras considerações**

*30. Conforme já mencionado, retornaram os autos à Unidade Técnica para reinstrução, tendo em conta o documento de fls. 2819/2820.*

*31. Foram juntadas, posteriormente, as peças de fls. 2821/2826, por terem sido lançadas no e-TCDF na condição de vinculadas aos presentes autos.*

*32. Trata-se de denúncia anônima apresentada à Ouvidoria do TCDF, relatando irregularidades ocorridas na Secretaria de Saúde do DF, consistente no não cumprimento da carga horária pela servidora Fidélia Vasconcelos de Lima, Matrícula 01259083, ocupante do cargo de enfermeira. Pelo que foi relatado, a servidora se diz cedida ao Ministério da Saúde mas, em verdade, exerce em acumulação dois cargos de enfermeira (SES e MS), sem cumprir devidamente sua carga horária na SES.*

*33. Tratando-se de denúncia anônima, os documentos em questão não tramitarão com a chancela de sigilo.*

*34. Quanto ao mérito, frisa-se que a situação da servidora foi objeto dos presentes autos, tendo a Corte, inicialmente, determinado à Secretaria de Saúde a apresentação de justificativas (item III.12<sup>7</sup> da Decisão 6415/2016). Das informações apresentadas pela jurisdição, extrai-se que foi instaurado o Processo 060.002.495/2017 para análise da situação da servidora, havendo sugestão ao colendo Plenário para a adoção de providências*

<sup>7</sup> III) ... 12) a SES proceda à abertura de procedimento específico para apurar a situação dos servidores Alexandre Rozenwald, **Fidélia Vasconcelos de Lima** e Zacarias Calil Hamu, cedidos da SES/DF, levando em consideração o disposto no art. 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014. Caso seja confirmada a ausência de prestação de serviços na SES, interrompa o pagamento e adote as medidas necessárias à restituição ao erário dos valores indevidamente pagos a partir da ciência da Decisão nº 2975/2008, sem prejuízo de observar os demais efeitos subsequentes;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

saneadoras complementares (v. fls. 2730/2731, parágrafos 64/66).

35. Não se vislumbra, portanto, a necessidade de providências adicionais quanto ao caso.

### CONCLUSÃO e SUGESTÕES

36. Por tudo que restou exposto, as conclusões são pelo improvimento das alegações complementares apresentadas a fls. 2792/2818, ressalvada a possibilidade de mudança de entendimento do Tribunal acerca da necessidade de repetição de indébito, em estudo no Processo 31.929/2018; bem como pelo conhecimento das peças de fls. 2821/2826.

37. No mais, pugna-se pela manutenção das sugestões apresentadas a fls. 2704/2753, reproduzidas abaixo com as adaptações mencionadas no parágrafo anterior.”

12.

Ao final, a Unidade Técnica sugere ao Tribunal que:

“I) tome conhecimento:

a) do documento de fl. 1.657, bem como dos de fls. 1.751/1.827, 2.021/2.065, 2.090/2.103, 2.109/2.260, 2.298/2.454, 2.456/2.461, 2.680/2.684 e 2.701, dos CDs em anexo (apresentados pela CAESB, pelo CBMDF, pelo IBRAM e pelo IPREV) e do Processo nº 9.810/2011 (apensado a estes autos), apresentados em atendimento à Decisão nº 6.415/2016, bem assim da defesa de fls. 2792/2818 e da peça de fls. 2822/2826;

b) da decisão judicial favorável transitada em julgada obtida pelo servidor **Romulo Pitangui Abdalla**, matrícula nº 02638991, para desobrigá-lo de apresentar os recibos dos transportes coletivos interestaduais, que fora determinado no item V-1-a da Decisão nº 6.415/2016;

c) das justificativas apresentadas e dos procedimentos adotados, sem embargo de serem realizadas verificações do cumprimento em futuras fiscalizações: **(1)** pela SEF, pela Casa Civil, pela Agefis, pela Novacap, pelo DFTRANS e pela SEDESTMIDH em relação aos itens VI-1 e VI-2 da Decisão nº 6.415/2016; **(2)** pelo DETRAN, pela SE, pela SEPLAG e pelo SLU, apenas em relação ao item VI2 da Decisão nº 6.415/2016; **(3)** pela Novacap, em relação ao item VII-2 da Decisão nº 6.415/2016;

d) da cassação da aposentadoria do servidor **João Neris de Oliveira Neto** do cargo de Agente de Vigilância da FUNASA, em face da comunicação ao TCU de possível acumulação ilícita de cargos contida no item IV-2-d da Decisão nº



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

3.191/2015;

*II) tenha por cumprido o item II da Decisão nº 6.415/2016, para considerar lícito o artigo 3º da Instrução Normativa nº 72/2014, em face das alterações previstas na Instrução Normativa nº 77/2015;*

*III) considere cumpridos os itens III-2-a, III-7, III-8, III-13, III-16, III-17, III-18, V-3, V-4, V-5 e VII-3-a da Decisão nº 6.415/2016;*

*IV) tenha por superado:*

*a) o item IV da Decisão nº 6.415/2016, posto que o tema foi tratado no Processo nº 27.863/2015, que resultou na Decisão nº 3.926/2017;*

*b) o item VII-1 da Decisão nº 6.415/2016, em face do entendimento constante na Decisão nº 2.609/2017;*

*V) em cumprimento ao item VI-3 da Decisão nº 6.415/2016, alerte os jurisdicionados para que observem o teor da Decisão 5613/2018 e das demais decisões de mérito que vierem a ser proferidas no Processo nº 12.665/2018-e, que trata dos desdobramentos ao que decidiu o Supremo Tribunal Federal nos REs nos 602043 e 612975;*

*VI) determine, para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que:*

*a) a SES, a SE e o DER verifiquem a regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados no Quadro I da Informação de fls. 2704/2753, comparando o domicílio informado com as linhas de transporte coletivo a serem utilizadas, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada;*

*b) a SE e a SES tragam aos autos as justificativas para as possíveis averbações de tempo para fins de ATS em duplicidade dos servidores listados no Quadro III da Informação de fls. 2704/2753;*

*c) a Fundação Hemocentro de Brasília inclua nas planilhas de cálculos dos valores de ATS pagos a maior aos servidores **Soraya das Dores Vaz Formiga**, matrícula nº 01006665, e **Adauto José de Abreu**, matrícula nº 16556739, as importâncias pagas a título de décimo terceiro salário, decorrente da diferença do ATS, bem como esclareça sobre a implementação do ressarcimento ao erário mencionada no Memorando nº 28-GEPES/CODAG/FHB, de 01/02/2017;*

*d) a SES justifique os percentuais de ATS pagos aos servidores listados no Quadro IV da Informação de fls. 2704/2753;*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

e) a SES, a SE e o DER esclareçam os pagamentos da VPNI da Lei nº 4.584/2011 os servidores listados no Quadro V da Informação de fls. 2704/2753;

f) a Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos altere o valor da VPNI da Lei nº 4.584/2011 no cálculo da pensão instituída pelo servidor **Ruy Xavier de Almeida**, matrícula nº 0004475X, para R\$ 6.069,03 ou apresente a justificativa que demonstre que outro valor é o correto;

g) a SINESP, a SE, a SES e a SC esclareçam os reajustes da parcela VPNI da Lei nº 4.584/2011 relativas aos servidores listados no Quadro VI da Informação de fls. 2704/2753;

h) a SES envie a esta Corte a documentação comprobatória de que os servidores **Alexandre Rozenwald**, matrícula nº 01283774, **Fidelia Vasconcelos de Lima**, matrícula nº 01259083, e **Zacarias Calil Hamu**, matrícula nº 01233688, tenham cumprido o somatório das jornadas dos vínculos efetivos no órgão cessionário (60 horas, 80 horas e 60 horas semanais, respectivamente) ou que tenham deixado de perceber a remuneração de um dos vínculos efetivos, tendo em conta o disposto no artigo 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014, bem como que esclareça onde o servidor **Alexandre Rozenwald**, matrícula nº 01283774, exerceu suas atribuições no período de 23/10/2017 a 01/02/2018 em relação ao vínculo da SES, tendo em conta o interstício entre a data da dispensa da função comissionada no TJDF (23/10/2017) e o fim do período da cessão cadastrado no SIGRH (01/02/2018);

i) o IBRAM esclareça a divergência entre o valor declarado pela Viação Anapolina do custo da passagem Formosa/GO – Planaltina/DF (R\$ 3,90) e aquele cadastrado na tela TABBEN36 do SIGRH (R\$ 9,42) no mês de setembro/2015, uma vez que existe a possibilidade de haver divergências em outras linhas, afetando um número potencialmente significativo de servidores;

j) a PCDF apresente novos esclarecimentos e/ou documentos quanto às divergências entre o endereço do servidor e aquele apresentado à Receita Federal, uma vez que o contrato de locação do imóvel do servidor **Ariosvaldo Rocha Vieira** não seria prova idônea para comprovar o aluguel, visto que nele consta o telefone da inquilina com 9 dígitos, que só foi implementado no DF e em Goiás em meados de 2016<sup>8</sup>, além de, na cópia juntada aos autos, não constar valor do contrato, data do término e assinatura dos contratantes, e, na

<sup>8</sup> Disponível: <<http://www.anatel.gov.br/institucional/ultimas-noticiass/1140-nono-digito-sera-implementado-em-mais-sete-unidades-da-federacao-em-29-de-maio>>. Acesso em: 20 set. 2018.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*declaração de IRPF apresentada pelo servidor, não constarem os rendimentos auferidos com o aluguel no ano de 2016, além de não ter sido possível obter outras evidências que ratificassem as afirmações dele (na CEB e na CAESB, por exemplo, de acordo com os últimos dados aos quais o TCDF teve acesso – 06/2018 e 04/2018, respectivamente –, as faturas continuam sendo emitidas em nome do servidor);*

*k) a PGDF informe se os Processos nos 00020-00023672/2017-75 (**Rogério Jovem de Araújo**) e 00020-00023312/2017-73 (**Hugo Alberto Gonçalves Delmondes**) tratam de ressarcimento de auxílio-alimentação e, caso a resposta seja positiva, comunique sobre o andamento/desfecho das cobranças judiciais ou extrajudiciais existentes;*

*l) a SEPLAG esclareça, com o encaminhamento da documentação comprobatória respectiva e de cópia do Processo nº 0060- 008350/2015, que comprovem que não houve prejuízo para o serviço no caso da cessão do servidor **Marco Aurélio de Lemos Santos**, matrícula nº 14013088, do cargo de Auditor de Atividades Urbanas da SES para o exercício de cargo em comissão no Arquivo Público do DF (matrícula nº 02691078);*

*VII) reitere, também para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação:*

*a) o item III-2-b da Decisão nº 6.415/2016, para que a SES, a SE e a SECriança levanten, para fins de ressarcimento ao erário, os valores pagos indevidamente a título de auxílio-creche em relação a todos os servidores listados no Quadro II da Informação de fls. 2704/2753;*

*b) o item III-6 da Decisão nº 6.415/2016 à Agefis, em relação aos servidores **Vivaldo Martins Alves Filho**, matrícula nº 00182729, **Maria do Carmo de Lima Bezerra**, matrícula nº 00322121, **Sonia Maria Almeida S. da Rocha**, matrícula nº 00289604, **Paulo de Paiva Fonseca**, matrícula nº 00407097, tendo em conta que os valores questionados no Relatório de Auditoria voltaram a ser pagos em julho/2017 e não foram apresentadas informações de quais cargos são as incorporações de décimos por esses servidores;*

*c) o item III-9 da Decisão nº 6.415/2016 à SES;*

*d) o item III-10 da Decisão nº 6.415/2016, no que se refere ao servidor **José Willemann**, à CLDF e à Casa Civil, requerendo a comprovação dos trâmites com vistas ao ressarcimento ao erário;*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

e) o item III-10 da Decisão nº 6.415/2016, no que se refere ao servidor **Joan Goes Martins Filho**, à CLDF e à SEPLAG, esclarecendo à SEPLAG que as informações prestadas já constavam no Relatório de Auditoria e que consta na Informação de fls. 2704/2753 planilha contendo a diferença entre os valores aplicados pela SEPLAG e o que a equipe de auditoria entendeu ser correta;

f) o item III-10 da Decisão nº 6.415/2016, no que se refere ao servidor **Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro**, à CLDF;

g) o item III-14 da Decisão nº 6.415/2016, em relação aos itens 7 e 15 da Tabela II, com vistas a esclarecer as acumulações de cargos dos servidores **Idenir da Cunha e Silva**, matrícula nº 0133574X, e **Sebastião Rodrigues da Silva**, matrícula nº 01236946;

VIII) conheça como razões de justificativa os documentos de fls. 218/234 do Processo nº 9810/2011, com base no artigo 126 do RITCDF, aditados pelo documento de fls. 2792/2818 destes autos, e, no mérito, lhes confira parcial provimento, determinando à SEGEDAM que revise os cálculos de fls. 176/179 do Apenso nº 9810/11, para excluir a indenização por férias não gozadas do montante a ser devolvido e, por outro lado, para incluir os valores descontados a título de pensão alimentícia, assegurando o contraditório e a ampla defesa ao servidor mais uma vez, e condicionando o ressarcimento ao que vier a ser decidido no Processo 31.929/2018;

IX) autorize a SEFIPE verificar em futura auditoria a evolução da rubrica auxílio-transporte na SES, para averiguar se a significativa redução nos valores pagos na rubrica auxílio-transporte entre maio e julho/2018 decorreram do cumprimento parcial ou total do item III-18 da Decisão nº 6.415/2016;

X) autorize:

a) a remessa de cópia da Informação de fls. 2704/2753 às jurisdicionadas, para ciência das determinações e para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas;

b) a devolução dos autos em apenso aos respectivos órgãos de origem;

c) autorizar o retorno dos presentes autos à SEFIPE para os devidos fins.”



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

### MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

13. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 1.037/2019-GP1P (fls. 2755/2783), da lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, emitiu manifestação convergente com a Informação de fls. 2.704/2.752.

14. Ato contínuo, após o exame de mérito das alegações de defesa apresentadas pelo servidor José Augusto Pinto Júnior, o **Parquet** especializado complementou seu posicionamento por meio do Parecer nº 393/2019-GP1P (fls. 2.843/2.850), de 11.7.2019, aquiescendo à proposta do Corpo Técnico, com o seguinte ajuste:

*“11. No que tange ao mérito, cabe consignar que o **Parquet**, mediante o **Parecer nº 1.037/2018 – GP1P (fls. 2755/2783)**, havia aquiescido com as sugestões de encaminhamento formuladas pela Divisão de Fiscalização de Pessoal na Informação de fls. 1942/1949.*

*12. No presente momento, cabe, portanto, emissão de Parecer quanto ao mérito da manifestação trazida por servidor do e. **TCDF**, acostada às fls. 2792/2818.*

*13. Como bem destacou o Corpo Técnico, no caso do servidor, não houve alteração interpretativa por parte do c. **Tribunal** em relação à necessidade de glosa de valores excedentes ao teto constitucional, ainda que na situação de servidor em exercício de cargo em comissão, que, evidentemente, não se caracteriza acumulação prevista no art. 37, XVI, da Lei Maior.*

*14. Quanto ao ressarcimento, o art. 120 da Lei Complementar nº 840/2011 é de redação cristalina:*

*“Art. 120. O pagamento efetuado pela administração pública em desacordo com a legislação não aproveita ao servidor beneficiado, ainda que ele não tenha dado causa a erro. Parágrafo único. É vedado exigir reposição de valor em virtude de aplicação retroativa de nova interpretação da norma de regência.”*

*15. Da leitura do mencionado dispositivo, vê-se que o legislador assevera que, na hipótese de pagamento em desacordo com a legislação pela Administração, mesmo que ele não tenha dado causa, haverá a obrigação de ressarcimento aos cofres públicos, vedada, apenas, a retroação de nova interpretação da norma de regência, o que não é o caso destes autos.*

*16. Ainda sobre o tema, o e. **Supremo Tribunal Federal**, em v. Acórdão paradigmático, em julgamento plenário unânime,*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

entendeu que, para que não haja a reposição ao Erário, os seguintes requisitos devem ser cumpridos concomitantemente: (i) **boa-fé** do beneficiário, sempre esperada do servidor público, evidentemente; (ii) **ausência por parte do beneficiário de influência ou interferência** para a concessão da vantagem impugnada, porque certamente desvirtuaria a existência de boa-fé, caso houvesse; (iii) existência de **dúvida plausível** sobre a interpretação da norma pela Administração; e (iv) **interpretação razoável**, conquanto equivocada, da norma.

17. Na visão Ministerial, os itens iii e iv supra não foram cumpridos, justificando-se, assim, o ressarcimento.

18. A questão que remanesce seria a aplicação do que vier a ser decidido no Processo nº 31.929/2018. Em consulta àqueles autos, constato que ainda não houve decisão plenária definitiva. Contudo, cumpre destacar a proposta do Corpo Técnico, com a qual o Ministério Público concordou mediante o **Parecer nº 364/2018 – G3P**, no sentido de que seja esclarecido à autora da consulta que:

“a) “ (...) com o advento da LC nº 840/11, que disciplinou de forma expressa e exaustiva a questão objeto da Consulta em seus artigos 119 e 120, entende-se incabível permitir a dispensa do ressarcimento no caso de boa-fé do servidor associada a erro exclusivo da Administração Pública, em contrariedade à previsão legal; b) “a liberação do ressarcimento de quantias recebidas indevidamente por servidores distritais nos casos de boa-fé e erro exclusivo da Administração Pública deve passar necessariamente pelos artigos 119 e 120 da LC nº 840/11, quer pela via legislativa por meio de sua alteração/revogação, quer pela via judicial por meio de interpretação conforme ou do reconhecimento de sua inconstitucionalidade em sede de controle concentrado ou difuso com atribuição de efeitos erga omnes pelo Poder Legislativo (artigo 52, inciso X, CRFB e artigo 60, inciso XIX, LODF)”.

19. Deste modo, este Órgão Ministerial aquiesce com os encaminhamentos formulados pelo Corpo Técnico, ajustando, contudo, o item VIII das sugestões, uma vez que **não se mostra imprescindível condicionar o ressarcimento ao deslinde do Processo nº 31.929/2018**, sobretudo em observância ao princípio da legalidade, dado que o dispositivo constante do art. 120 da LC nº 840/2011 se encontra vigente e eficaz.

20. Ante o exposto, este **Parquet** especializado apresenta entendimento convergente com aquele manifestado na Informação de fls. 2827/2841, bem com o constante da Informação de fls. 1942/1949, com o **ajuste** acima.”

É o Relatório.



## VOTO

15. Nesta fase processual, analisam-se:
- a) as manifestações apresentadas pelos órgãos jurisdicionados em atenção à Decisão nº 6.415/16-CPT<sup>4</sup>;
  - b) os possíveis reflexos da documentação protocolada pelo servidor desta Corte<sup>5</sup>, Sr. José Augusto de Andrade Pinto;
  - c) denúncia anônima encaminhada pela Ouvidoria do TCDF<sup>6</sup>, acerca de possíveis irregularidades ocorridas na Secretaria de Estado de Saúde do DF, quanto ao cumprimento de carga horária pela servidora Fidélia Vasconcelos de Lima (Matrícula 01259083), ocupante do cargo de enfermeira.
16. O Corpo Técnico opina pelo **cumprimento parcial** da deliberação e sugere a reiteração dos itens não atendidos, acrescida de novas determinações, em face das informações prestadas.
17. O **Parquet** especializado aquiesce, **com ajuste** à redação do inciso VIII<sup>7</sup> das sugestões, de modo de excluir a condicionante que vincula o ressarcimento dos valores indevidamente recebidos por servidor do Tribunal ao deslinde do Processo nº 31.929/18<sup>8</sup>, argumentando que o art. 120<sup>9</sup> da Lei Complementar nº 840/11 se encontra vigente e eficaz.
18. Passa-se à apreciação.

<sup>4</sup> Observadas as reformas decorrentes do parcial provimento dos Pedidos de Reexame interpostos em face do citado decisum, nos termos da Decisão nº 2.382/18 – CRR (fl. 2674).

<sup>5</sup> Fls. 218/234 do Processo 9.810/11 - apenso, com aditamento às fls. 2792/2818 destes autos.

<sup>6</sup> Fls. 2819/2826.

<sup>7</sup> “VIII) conheça como razões de justificativa os documentos de fls. 218/234 do Processo nº 9810/2011, com base no artigo 126 do RITCDF, aditados pelo documento de fls. 2792/2818 destes autos, e, no mérito, lhes confira parcial provimento, determinando à SEGEDAM que revise os cálculos de fls. 176/179 do Apenso nº 9810/11, para excluir a indenização por férias não gozadas do montante a ser devolvido e, por outro lado, para incluir os valores descontados a título de pensão alimentícia, assegurando o contraditório e a ampla defesa ao servidor mais uma vez, **e condicionando o ressarcimento ao que vier a ser decidido no Processo 31.929/2018;**” (fl. 2840)

<sup>8</sup> Cuida de Consulta encaminhada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal acerca da necessidade de restituição ao Erário distrital de valores recebidos indevidamente por servidor público, ainda que o recebimento tenha sido de boa-fé e decorrente de erro exclusivo da Administração.

<sup>9</sup> Art. 120. O pagamento efetuado pela administração pública em desacordo com a legislação não aproveita ao servidor beneficiado, ainda que ele não tenha dado causa ao erro.

Parágrafo único. É vedado exigir reposição de valor em virtude de aplicação retroativa de nova interpretação da norma de regência.





## Diligências constantes da Decisão nº 6.415/16-CPT

19. Por meio da Decisão nº 6.415/16-CPT, o Tribunal assim se manifestou:

### **DECISÃO Nº 6.415/16 (CPT)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...]”*

**II – considerar ilegais:** 1) o art. 3º da Instrução Normativa nº 72/2014-AGEFIS e o art. 5º, §§1º e 2º, da Portaria nº 111/2012-SEF, dando ciência à Agência de Fiscalização do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal que o pagamento da Indenização de Transporte deve guardar consonância com os termos do art. 106 da LC nº 840/11, não se admitindo o efeito indenizatório com base em deslocamentos efetuados, mas sim em relação ao total de dias em que efetivamente houve utilização de veículo próprio para execução de trabalhos externos, por força das atribuições inerentes ao cargo; 2) o art. 2º da Portaria nº 111/2012-SEF, informando à jurisdicionada que, como regra, a Indenização de Transporte deve ser paga somente aos servidores no desempenho das atribuições do cargo efetivo, os quais deixarão de percebê-la se forem nomeados para o exercício de cargo em comissão;

**III – determinar para cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que:** 1) em relação ao Auxílio-Transporte, a PGDF, a DPDF, a SES, a SE (SIGRH 652 e 802), o DER e as Administrações Regionais de Sobradinho II, do Guará, de São Sebastião, do Sudoeste/Octogonal, do SIA e da Fercal verifiquem, providenciando as correções eventualmente necessárias, a regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados na Tabela I (fls. 103/108), comparando o domicílio informado com as linhas de transporte coletivo a serem utilizadas, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada; 2) quanto ao “Auxílio-Creche”, a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal: a) cesse o pagamento a Helicinia Giordan Espindola Peixoto, mat. 145760-8, ou a Ademario Regis de Britto Neto, mat. nº 151544-6, por perceberem indevida e simultaneamente esse benefício com relação à dependente Giovanna Peixoto de Britto; b) em relação a todos os servidores listados no Quadro V do Relatório de Auditoria (fl. 155), inclusive os citados na alínea anterior, faça o levantamento, para fins de ressarcimento ao erário, dos valores pagos indevidamente a esse título, desde o início de sua concessão até a sua exclusão, observando, conforme o caso, a prescrição quinquenal, a idade



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*limite para a percepção do benefício, e o que dispõe o inc. II do art. 7º do Decreto nº 16.409/95 - que veda o pagamento simultâneo ao servidor e ao cônjuge; 3) a SE, a SERIS e a SES justifiquem a possível averbação de tempo para fins de ATS em duplicidade nos períodos indicados pelos servidores indicados no Quadro VI do Relatório de Auditoria; 4) o DER, a SE/DF, a SEMA e a SES/DF justifiquem os percentuais de ATS pagos aos servidores listados no Quadro VII do Relatório de Auditoria, tendo em conta as possíveis divergências nele apontadas, atentando para que as situações dos servidores Vanderley Carlos Braz, mat. nº 52967-2, Marly Beltrame Faria, mat. nº 46650-6, e Eva de Barros Nogueira Carvalho, mat. nº 300763-4, todos da SE/DF, foram sanadas, na forma relatada pela Instrução de fls. 1529/1572; 5) o DER/DF, a SE/DF e a SES/DF esclareçam o pagamento da VPNI da Lei nº 4.584/2011 aos servidores listados no Quadro VIII do Relatório de Auditoria, que teriam ingressado nos quadros do Distrito Federal após fevereiro/1998; 6) a Agefis, a Casa Civil, a SC, a SE, a SEDHS, a SES e a SINESP esclareçam os reajustes concedidos aos servidores listados no Quadro IX do Relatório de Auditoria, cujos percentuais foram superiores à maioria dos percentuais definidos pela então SEAP na Circular nº 4/2011; 7) a SEF justifique o reajuste concedido a Sueli Borges Pereira Domingues, mat. nº 18597-3, listada no Quadro IX do Relatório de Auditoria, cujo percentual foi bem superior à maioria dos percentuais definidos pela então SEAP na Circular nº 4/2011; 8) o SLU junte demonstrativo dos cargos/funções exercidos por Napoleão Filho de Freitas, mat. nº 60829-7, com as respectivas transformações/correlações e fundamentos legais, justificando os quintos/décimos incorporados, bem como o pagamento atual da vantagem a que deram origem; 9) a SES/DF esclareça a razão pela qual não foi editada lei em sentido estrito para instituir as vantagens de que tratam as Portarias nºs 94, de 21/05/2014, e 112, de 13/06/2014, apresentando documentação comprobatória dos valores repassados pelo Governo Federal com vistas a custear tais vantagens; 10) a CLDF, em conjunto com os órgãos cessionários (Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Estado de Relações Institucionais e Sociais; Ministério dos Transportes), abra procedimento específico para quantificar os valores pagos acima do teto constitucional aos servidores Joan Goes Martins Filho, José Willemann e Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro, tendo em conta a percepção simultânea de remuneração em seu cargo de origem e no exercício de cargo comissionado, procedendo à restituição ao erário dos valores pagos indevidamente; 11) a Secretaria-Geral de Administração desta Corte informe o resultado do Processo nº 9810/2011, onde se apuraram os valores indevidamente pagos acima do teto constitucional ao servidor José Augusto de Andrade Pinto, em face da percepção simultânea de remuneração do seu cargo de origem e do cargo comissionado, para fins de restituição ao erário; 12) a SES proceda à abertura de procedimento específico para apurar a situação dos servidores Alexandre Rozenwald, Fidelia Vasconcelos*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

de Lima e Zacarias Calil Hamu, cedidos da SES/DF, levando em consideração o disposto no art. 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014. Caso seja confirmada a ausência de prestação de serviços na SES, interrompa o pagamento e adote as medidas necessárias à restituição ao erário dos valores indevidamente pagos a partir da ciência da Decisão nº 2975/2008, sem prejuízo de observar os demais efeitos subsequentes; 13) o SLU adote as providências que entender cabíveis em virtude do desfecho da ADI nº 2014.00.2.004230-4; 14) a SES/DF justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 2, 3, 5, 7 e 15 da Tabela II (fls. 109/116); 15) a SE/DF justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 2 e 18 da Tabela II (fls. 109/116); 16) o CBMDF justifique a licitude das acumulações de que tratam os itens 5 e 18 da Tabela II (fls. 109/116); 17) a Novacap preste esclarecimentos sobre o motivo pelo qual o Programa de Metas e Resultados constante no Acordo Coletivo de Trabalho 2013-2015 não está vinculado ao desempenho da Companhia, bem como informar os critérios adotados para a distribuição de dividendos aos empregados da empresa; 18) em relação ao Auxílio-Transporte, a SES ajuste o pagamento aos servidores que trabalham em regime de escala e que percebem o benefício em dissonância com o normativo vigente, devendo efetuar o cálculo do auxílio com base no número de dias efetivamente trabalhados e não com base no número de dias úteis do mês, como nos casos de Adonília Maria Leite Magalhaes, Eliane Rodrigues dos Santos e Maria Alice Ferreira da Silva Gomes, matrículas SES nos 1432673-6, 1435398-9 e 143221-4, respectivamente;

IV – **recomendar** à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que revise a Portaria nº 199/2014, para que não seja mais possível o exercício de jornadas excessivas naquela Pasta;

V – **determinar que, no prazo de 60 (sessenta) dias:** 1) o IBRAM informe: a) a situação atualizada do Processo nº 391.001.393/2015, de interesse de Romulo Pitangui Abdalla, mat. nº 263899-1; b) se houve a regularização da comprovação do direito ao Auxílio-Transporte por parte de Francinete Almeida da Cruz Silva, mat. nº 1668182-7, Jhonei Batista de Souza, mat. nº 183993-4, Paulo Henrique de Oliveira Fernandes, mat. nº 198373-3, e Sebastião V. Augusto de Oliveira, mat. nº 1668179-7; 2) as jurisdicionadas a seguir destacadas esclareçam, junto aos respectivos servidores, as razões para o endereço fornecido para fins de recebimento de Auxílio-Transporte divergir do constante no cadastro da Receita Federal: a) Polícia Civil do Distrito Federal: Ariosvaldo Rocha Vieira, mat. nº 31861-2; b) DETRAN: Isaac Amaro da Silva, mat. nº 194172-0, e Karina Fernandes Oliveira, mat. nº 250926-1; c) SLU: Silvano Ferreira da Cunha, mat. nº 81124-1; d) SINESP: Renato de Jesus Afonso, mat. nº 261315-8; e) SEPLAG: Lazaro Cardoso de Oliveira, mat. nº 53070-0; 3) a Polícia Civil do Distrito Federal corrija no SIAPE o endereço de Isabel Cristina Neto de Oliveira, mat. 43843- X, de acordo com o comprovante apresentado; 4) o SLU dê



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

ciência a Moacir Ferreira da Cruz, mat. nº 82706-1, que, de acordo com o art. 30 do Decreto nº 3.000/1999 (Regulamento do Imposto de Renda), a alteração do endereço residencial deve ser comunicada às repartições competentes no prazo de 30 (trinta) dias, ou quando da entrega da declaração de IR; 5) a CAESB noticie o resultado das providências adotadas quanto ao recebimento em duplicidade do Auxílio-Alimentação pela servidora Amanda R. de Camargo do Nascimento; 6) a SE/DF informe as providências adotadas visando ao ressarcimento da quantia indevidamente percebida a título de Auxílio-Alimentação (na CAESB e na própria SE/DF) pelos servidores Hugo Alberto Gonçalves Delmondes, mat. nº 226247-9, e Rogerio Jovem de Araújo, mat. nº 224552-3;

**VI – determinar, ainda, a todas as jurisdicionadas que, em nível de rotina:**

1) exijam comprovação da realização de despesa com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, em consonância com a natureza da Indenização de Transporte e com o disposto no art. 106 da LC nº 840/2011; 2) em relação ao Auxílio-Transporte, realizem periodicamente levantamento geral dos servidores que percebem o citado benefício, confrontando as informações do domicílio existentes no SIGRH: a) com aquelas existentes no banco de dados da Receita Federal do Brasil, inclusive nos casos em que o servidor declarar ter cônjuge/companheiro, cujos endereços também deverão ser confrontados, procedendo aos ajustes necessários, inclusive o ressarcimento dos valores pagos indevidamente; b) com as linhas de ônibus a serem utilizadas pelos servidores, que se encontram cadastradas no módulo BENVTL02 do SIGRH, a fim de evitar despesas indevidas; 3) haja vista o que consta das Decisões Administrativas desta Corte nºs. 4/2015 e 17/2015 e do item II, alínea “e”, da Decisão nº 5943/2015, providenciem, para os servidores com acumulação lícita de cargos públicos (ressalvados os servidores amparados por decisões judiciais, a exemplo dos médicos alcançados pelo RMS 33.100-STJ), a glosa do que exceder ao teto remuneratório, considerada a soma das remunerações;

**VII – recomendar:** 1) à Secretaria de Educação do Distrito Federal que acompanhe o desfecho dos recursos tratados no Processo nº 958/2016-e, adotando, ato contínuo, as medidas cabíveis para o controle da despesa com Auxílio-Transporte, bem como, se for o caso, para o ressarcimento dos valores porventura pagos a mais a esse título; 2) a todas as empresas públicas e sociedades de economia mista do Distrito Federal que, ao firmarem acordos coletivos de trabalho, no caso de constar cláusula de distribuição de lucros e resultados, vinculem essa distribuição ao desempenho da entidade e/ou das unidades às quais os empregados estão vinculados, distribuindo aos empregados os dividendos de acordo com o desempenho individual, de modo a valorizar a meritocracia; 3) ao Governador do Distrito Federal: a) como responsável pela





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

*autorização da cessão de servidores no âmbito do Poder Executivo (art. 152, § 2º, I, da LC nº 840/2011), que: i) reveja a legitimidade/regularidade das atuais cessões dos professores e dos profissionais da área de saúde; ii) atente, quando das autorizações para futuras cessões, para o que dispõe a parte inicial do caput art. 152 da LC nº 840/2011; b) que encaminhe à CLDF projeto de lei com vistas a estabelecer limite máximo das jornadas de trabalho para os servidores que acumulam lícitamente cargos públicos, de modo a resguardar a saúde dos servidores e a assegurar uma prestação de serviços de qualidade; c) que edite norma para regulamentar o disposto no art. 57, § 3º, da LC nº 840/2011, que cuida de jornada de trabalho em sistema de escala de revezamento, de modo a evitar jornadas excessivas em todos os órgãos distritais, a degradação do atendimento nas unidades de saúde e eventuais danos à saúde dos profissionais; d) no trato do assunto Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNIs: i) que permita a majoração dessas parcelas apenas quando forem concedidos reajustes gerais para os servidores públicos, assim entendidos aqueles que se aplicam a todos, indistintamente, como ocorreu, por exemplo, por força do art. 1º da Lei nº 3.172/2003; ii) que, sem perder de vista o contido no art. 37, inciso XV, da CRFB, bem como os precedentes do STF (MS 24580) e STJ (ROMS 200902192886), faça prever em lei a absorção completa dessas vantagens pelos reajustes vencimentais da categoria, quando forem criadas apenas para evitar eventual decréscimo remuneratório; e) que, quando da criação de gratificações/parcelas pecuniárias, atente para a relação entre o custo de implementação/controle e os benefícios advindos da diferenciação/segmentação dos servidores que farão jus a tais vantagens;*

*VIII – dar ciência ao Governador do Distrito Federal do montante e do impacto dos reajustes concedidos aos militares a título de auxílio-moradia (Quadro XI do Relatório de Auditoria), para que em sua conveniência e oportunidade avalie os valores e prazos de implementação dos próximos reajustes; [...]*

*Presidiu a sessão o Vice-Presidente, Conselheiro PAIVA MARTINS. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTCDF Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausente o Senhor Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA”*

20. Posteriormente, na Sessão de 22.5.2018, o Tribunal deliberou por reformar os **incisos II e III.8** da Decisão nº 6.415/16–CPT, haja vista o parcial provimento dos pedidos de reexame interpostos, conforme depreende-se da Decisão nº 2.382/18-CRR (fl. 2.674), assim redigida:





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

**DECISÃO Nº 2.328/18 (CRR)**

*“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu:*

*I – dar provimento aos pedidos de reexame interpostos pelo Sindicato dos Auditores da Receita do Distrito Federal – SINDIFISCO/DF (fls. 1.828/1.863), pelo Sindicato dos Funcionários Integrantes da Carreira Auditoria Tributária do Distrito Federal – SINAFITE/DF (fls. 1.864/1.949) e pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal (fls. 1.950/2.020), e, por conseguinte, **reformular o item II da Decisão nº 6.415/16, para considerar regulares os atos praticados com fundamento na Portaria nº 111/2012-SEF, editada por força do que estabeleceu o art. 11 da Lei nº 4.717/2011;***

*II – dar parcial provimento ao pedido de reexame interposto pelo ex-servidor aposentado Sr. NAPOLEÃO FILHO DE FREITAS QUEIROZ em face do item III.8 da Decisão nº 6.415/2016, para efeito de dispensá-lo de ressarcir ao erário as quantias recebidas a título de “quinto/décimos – 6/10 de Assessor CNE 7”; [...]*

*IV – dar ciência desta decisão ao Serviço de Limpeza Urbana – SLU, com o alerta e a determinação a seguir formulados: a) que esta Corte de Contas tem por regular a atualização da vantagem pessoal paga ao ex-servidor aposentado Sr. NAPOLEÃO FILHO DE FREITAS QUEIROZ (4/10 do CNE-6 e 6/10 do Distrito Federal-14), devendo o jurisdicionado observar o teor da Decisão 896/2017, bem como que a incorporação ocorreu em data anterior à Lei 1.141/1996, razão pela qual as parcelas devem ser calculadas sobre a retribuição (opção + representação mensal) dos cargos e não sobre a representação mensal somente; b) que examine a possibilidade jurídica de atender ao pedido constante dos documentos de fls. 2622/2631, que deverão ser encaminhados àquele órgão para fim de subsidiar seu exame;*

*V – autorizar a devolução dos autos em exame à SEFIPE, para os devidos fins. Parcialmente vencido o Revisor, Conselheiro PAULO TADEU, que manteve o seu voto.*

*Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram os Conselheiros RENATO RAINHA, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTCDF, Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausentes a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, e o Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO.” (grifou-se)*

21. Posto isso, segue o exame quanto ao cumprimento das determinações, adotando como razões de decidir aquelas expostas pelos Pareceres e observadas as alterações promovidas na fase recursal (Decisão



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

nº 2.382/18-CRR).

Item da Decisão:	Unidade Técnica	Parecer do MPJTCDF	Voto
II.1 e II.2	Atos praticados com fundamento na Portaria nº 111/2012 – SEF: foram considerados legais, nos termos da Decisão nº 2.382/18. • <u>Deliberação reformada.</u> IN nº 72/2014 – AGEFIS: a ilicitude deixou de existir em face das alterações promovidas pela IN nº 77/2015 – AGEFIS. • <u>Deliberação prejudicada.</u>	Convergente	Convergente
III.1	Em relação ao Auxílio-Transporte, verificou-se que algumas situações foram esclarecidas e o levantamento foi refeito: 191 casos em que a regularidade do pagamento encontra-se pendente de verificação. • <u>Item parcialmente atendido.</u> • Nova determinação: apurar situação dos casos pendentes (QUADRO I)	Convergente	Convergente
III.2-a	Quanto ao Auxílio-Creche recebido de forma simultânea por dois servidores em relação a uma mesma dependente, verificou-se que o servidor de mat. nº 01515446 deixou de perceber o benefício em outubro/2016, tendo sido exonerado, a pedido, em 06.05.2017. • <u>Deliberação atendida.</u>	Convergente	Convergente
III.2-b	Ainda quanto ao Auxílio-Creche, em que pese nenhum dos servidores listados no Quadro V do Relatório de Auditoria continuar percebendo o benefício, não foram apresentadas justificativas quanto à litude das parcelas até então pagas, nem comprovação do ressarcimento ao Erário. • <u>Deliberação não atendida.</u> • <u>Reiteração (QUADRO II)</u>	Convergente	Convergente
III.3	Em relação à averbação de tempo para fins de ATS em duplicidade, verificou-se que algumas situações foram sanadas e o levantamento foi refeito: 9 casos pendentes de justificativa quanto à contagem do mesmo tempo para fins de ATS em 2 vínculos. • <u>Item parcialmente atendido.</u> • Nova determinação: apurar situação dos casos pendentes (QUADRO III)	Convergente	Convergente
III.4	Quanto aos percentuais de ATS pagos aos servidores listados no Quadro VII do Relatório de Auditoria, verificou-se que algumas situações foram sanadas e o levantamento foi refeito: 3 casos pendentes de esclarecimentos. • <u>Item parcialmente atendido.</u> • Nova determinação: apurar situação dos casos pendentes (QUADRO IV)	Convergente	Convergente



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

III.5	<p>Quanto à VPNI da Lei nº 4.584/2011: verificou-se que algumas situações foram sanadas, restando 3 casos ainda pendentes de esclarecimentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Item parcialmente atendido.</u></li> <li>• Nova determinação: apurar situação dos casos remanescentes (QUADRO V)</li> </ul>	Convergente	Convergente
III.6	<p>Acerca dos reajustes concedidos aos servidores listados no Quadro IX do Relatório de Auditoria:</p> <p>A <b>então</b> Agefis<sup>10</sup> informou que os valores relativos aos servidores lotados naquela agência teriam sido reduzidos para aqueles que estavam sendo percebidos em junho/2011. Todavia, verificou-se que, em julho/2017, voltaram a ser pagos os valores anteriormente questionados (dezembro/2014), sem que a agência tenha informado quais décimos teriam sido incorporados.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Deliberação não atendida.</u></li> <li>• Determinar à Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal que esclareça os reajustes concedidos aos servidores Vivaldo Martins Alves Filho, Maria do Carmo de Lima Bezerra, Sonia Maria Almeida S. da Rocha, Paulo de Paiva Fonseca.</li> </ul> <p>A Casa Civil apresentou as justificativas pertinentes em relação aos seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Deliberação atendida.</u></li> </ul> <p>A <b>então</b> SEDESTMIDH<sup>11</sup> esclareceu que o servidor Ruy Xavier de Almeida faria jus a 5 quintos do CNE-5. O valor correto para a parcela VPNI da Lei nº 4.584/2011 seria R\$ 6.069,03, contudo não houve correção na tela CADPVT09, ao menos até 18.10.2018.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Deliberação parcialmente atendida.</u></li> <li>• Reiteração à <b>SETRAB e à SEDES:</b> altere o valor da VPNI da Lei nº 4.584/2011 no cálculo da pensão relativa ao servidor Ruy Xavier de Almeida para R\$ 6.069,03 ou apresente justificativa que demonstre que o valor então utilizado é o correto.</li> </ul> <p>Quanto à <b>então</b> <b>SO/DF</b>, à SE, à SES e à SC, verifica-se que as jurisdicionadas deixaram de se manifestar sobre a situação de seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Deliberação não atendida.</u> Determinar às jurisdicionadas que esclareçam as situações pendentes (QUADRO VI)</li> </ul>	Convergente	Convergente

<sup>10</sup> Atualmente Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal (Lei nº 6.302/19).



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

III.7	<p>A SEF apresentou as justificativas pertinentes em relação ao reajuste concedido a Sueli Borges Pereira Domingues, bem como informou ter efetuado o cálculo dos valores pagos indevidamente no período de janeiro a agosto de 2015, tendo o desconto do valor atualizado ocorrido no contracheque de dezembro de 2015 (fls. 2.029- 2.035).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Deliberação atendida.</u></li> </ul>	Convergente	Convergente
III.8	<p>Em relação à situação de Napoleão Filho de Freitas, o SLU apresentou as justificativas pertinentes, de modo que a atualização da VPNI para 4/10 do CNE-6 e 6/10 do DF14 foi considerada regular, sendo o beneficiário dispensando de ressarcir os valores indevidamente recebidos a título da VPNI da Lei nº 4.584/2011, nos termos da Decisão nº 2.382/2018 (à fl. 2.674), deste c. <b>TCDF</b>.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Deliberação atendida.</u></li> </ul>	Convergente	Convergente
III.9	<p>Quanto à ausência de lei em sentido estrito para instituir as vantagens de que tratam as Portarias nºs 94, de 21/05/2014, e 112, de 13/06/2014, verifica-se que a SES deixou de se manifestar.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Deliberação não atendida.</u> Reiteração à SES.</li> </ul>	Convergente	Convergente
III.10	<p>Em relação aos valores pagos acima do teto constitucional, verifica-se que, embora a Casa Civil tenha informado que teriam sido feitos os cálculos do valor devido pelo servidor José Willemann, com a respectiva comunicação ao servidor, o ressarcimento ao Erário não ficou demonstrado.</p> <p>Acerca do mesmo tema, a <b>então SEPLAG</b> informou:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- não ter localizado o servidor Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro;</li> <li>- não ter encontrado vínculo do servidor José Willemann a essa Secretaria, mas somente em relação à <b>então SERIS</b> (fls. 2.203/2.204);</li> <li>- relativamente ao servidor Joan Goes Martins Filho, a <b>jurisdicionada</b> encaminhou a comprovação da aplicação do abate-teto (fls. 2.196, 2.203 e 2.205/2.211), informação que já constava no Relatório de Auditoria, contudo não apresentou informações acerca do valor que estava sendo descontado.</li> <li>• <u>Deliberação parcialmente atendida.</u></li> </ul> <p>Determinação à SEPLAG e à CLDF para que refaçam os cálculos, de modo a aferir a diferença entre o abate-teto aplicado e aquele devido, justificando a regularidade do pagamento ou adotando as providências cabíveis com vistas ao ressarcimento ao Erário, conforme for o caso.</p>	Convergente	Convergente



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

III.11	<p>Quanto ao resultado do Processo nº 9.810/11, observa-se que, Após a manifestação da SEFIPE (fls. 204/206 no Processo nº 9.810/11), com sugestão pela negativa de provimento à defesa de fls. 120/122 dos mesmos autos, houve nova notificação ao servidor José Augusto de Andrade Pinto, matrícula nº 561-4, para pronunciar-se sobre os cálculos de fls. 176/177 dos mesmos autos.</p> <p>O servidor apresentou contrarrazões às fls. 218/234 daqueles autos), em que questionou sobre o enquadramento da sua situação (cessão para exercício de cargo em comissão) como acumulação de cargos, bem como sobre o marco temporal da aplicação do disposto na Decisão Administrativa nº 4/15. Além disso, argumentou que teria percebido os valores de boa-fé. Ao final, solicitou que, no caso do indeferimento da aplicação do marco temporal da Decisão Administrativa nº 4/15, fossem desconsiderados os efeitos da Portaria nº 323/12, bem como excluídos do montante a ser ressarcido a indenização de férias não gozadas e o adicional de férias.</p> <p>Nesse sentido, a Unidade Técnica opina pelo conhecimento do expediente como razões de justificativa, nos termos do artigo 126 do RITCDF, e, no mérito, pelo parcial provimento, de modo a excluir do montante a ser devolvido a indenização por férias não gozadas e, por outro lado, incluir os valores descontados a título de pensão alimentícia, pois trata-se de obrigação do servidor e não do Erário.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Manifestação do interessado.</u></li> </ul> <p><u>Provimento parcial:</u> Determinação à SEGEDAM para que revise os cálculos de fls. 176/179.</p>	Convergente	Convergente
III.12	<p>Quanto à possível ausência de prestação de serviços por parte de alguns servidores, a SES informou sobre a abertura dos Processos nºs 060.002.496/2017 e 060.002.495/2017, que tratam das acumulações de cargos de Alexandre Rozenwald e Fidelia Vasconcelos de Lima, ao passo que comunicou sobre a aposentadoria de Zacarias Calil Hamu.</p> <p>Em que pese as informações prestadas, verifica-se que as mesmas não foram suficientes para dar cumprimento à deliberação plenária.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Deliberação parcialmente atendida.</u></li> </ul> <p>Determinação à SES para que envie documentação comprobatória do</p>	Convergente	Convergente





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

	<p>cumprimento do somatório das jornadas dos vínculos efetivos no órgão cessionário no que tange aos servidores Alexandre Rozenwald, Fidelia Vasconcelos de Lima e Zacarias Calil Hamu, ou documentação comprobatória de que tenham deixado de perceber a remuneração de um dos vínculos efetivos (conforme Decisão nº 462/14);</p> <p>Determinação à SES para que esclareça onde o servidor Alexandre Rozenwald exerceu suas atribuições no período de 23/10/2017 a 01/02/2018.</p>		
III.13	<p>No que tange ao desfecho da ADI nº 2014.00.2.004230-4, verifica-se que a mesma foi julgada procedente e, em conformidade com o Decreto nº 36.308/2015, a partir de janeiro/2015, os servidores e pensionistas retornaram para a Carreira Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Deliberação atendida.</u></li> </ul>	Convergente	Convergente
III.14	<p>Quanto à licitude das acumulações de que tratam os itens 2, 3, 5, 7 e 15 da Tabela II (fls. 109/116), verifica-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- à acumulação da servidora Cleusa Maria Soares está sendo analisada no Ato SIRAC nº 008544-6 e no Processo nº 26.763/18-e (item 2);</li> <li>- o servidor Edilberto Alencar Vieira não obteve êxito judicial em ter sua acumulação considera lícita. Assim, renunciou à aposentadoria do MS, mantendo apenas a percepção dos proventos da SES (item 3);</li> <li>- a acumulação de vínculos do servidor Elson de Souza mostrou-se de acordo com o item a.2 da Decisão nº 728/2007 (item 5).</li> </ul> <p>Todavia, resta pendente de esclarecimentos a situação de Idenir da Cunha e Silva (item 7) e Sebastião Rodrigues da Silva (item 15).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Deliberação parcialmente atendida.</u></li> </ul> <p>Reiteração à SES quanto aos servidores: Idenir da Cunha e Silva e Sebastião Rodrigues da Silva.</p>	Convergente	Convergente
III.15	<p>Quanto à licitude das acumulações de que tratam os itens 2 e 18 da Tabela II (fls. 109/116), em que pese a ausência de manifestação por parte da SE, nota-se que, em relação aos vínculos dessa Secretaria, os aspectos relativos à acumulação estão abarcados no exame de que tratam os Atos SIRAC nºs 008544-6 (Processo nº 26.763/18) e 008820-7 (Processo nº 2.996/18).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Deliberação não atendida.</u></li> </ul> <p>Todavia, deixa-se de propor reiteração da deliberação, com vistas a evitar retrabalho no âmbito desta Corte, posto que a questão vem</p>	Convergente	Convergente



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

	sendo tratada no âmbito dos Processos nºs 26.763/18 e 2.996/18.		
<b>III.16</b>	Quanto à licitude das acumulações de que tratam os itens 5 e 18 da Tabela II (fls. 109/116), observa-se que a situação do militar Elson de Souza se amolda àquela prevista no item a.2 da Decisão nº 728/07 (item 5), ao passo que a do militar Zivonildo de Souza Costa está de acordo com o art. 58 da Lei nº 7.479/1986 e com a Decisão TCDF nº 728/07 (item 18). • <u>Deliberação atendida.</u>	Convergente	Convergente
<b>III.17</b>	Em relação ao motivo pelo qual o Programa de Metas e Resultados constante no Acordo Coletivo de Trabalho 2013-2015 não está vinculado ao desempenho da Companhia, verifica-se que a Novacap apresentou o Programa de Metas e Resultados 2015 (PMR), contendo as metas e os indicadores relativos a podas de árvores, a operações de tapa buracos e a drenagem pluvial, bem como os resultados alcançados (fls. 2.313/2.331). • <u>Deliberação atendida.</u>	Convergente	Convergente
<b>III.18</b>	Em relação ao Auxílio-Transporte pago aos servidores da SES, em que pese a ausência de manifestação da jurisdicionada, verifica-se que foram corrigidas as situações exemplificadas na deliberação. Ademais, a Instrução demonstrou ter havido significativa queda do valor total do benefício pago aos servidores da Pasta entre os meses de maio e julho de 2018, supostamente pela implementação da sugestão apresentada: cálculo do auxílio com base no número de dias efetivamente trabalhados e não com base no número de dias úteis do mês. • <u>Deliberação atendida.</u>	Convergente	Convergente
<b>IV</b>	Observa-se que o tema foi tratado no Processo nº 27.863/15, tendo sido considerados ilegais alguns dispositivos da Portaria nº 199/2014-SES, nos termos da Decisão nº 3.926/17. • <u>Deliberação superada.</u>	Convergente	Convergente
<b>V.1-a</b>	O servidor Romulo Pitangui Abdalla obteve decisão judicial favorável (Processo nº 0729897-90.2015.8.07.0016 - TJDF), que o desobrigou de apresentar os recibos dos transportes coletivos interestaduais e considerou ser possível a percepção de auxílio-transporte cumulativamente com a indenização de transporte (fls. 2.114/2.127). • <u>Deliberação superada.</u> Conhecer da decisão judicial transitada em julgada.	Convergente	Convergente
<b>V.1-b</b>	Com relação à regularização da comprovação	Convergente	Convergente



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

	<p>do direito ao Auxílio-Transporte, em que pese a ausência de manifestação por parte do IBRAM, verifica-se que as situações elencadas na deliberação encontram-se esclarecidas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Deliberação superada.</u></li> </ul> <p>Fato novo: a Unidade Técnica identificou divergência no custo da passagem Formosa/GO – Planaltina/DF, no mês de setembro/2015.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Determinar ao IBRAM que esclareça a divergência entre o valor declarado pela Viação Anapolina do custo da passagem Formosa/GO – Planaltina/DF (R\$ 3,90) e aquele cadastrado na tela TABBEN36 do SIGRH (R\$ 9,42) no mês de setembro/2015, uma vez que existe a possibilidade de haver divergências em outras linhas, afetando um número potencialmente significativo de servidores.</li> </ul>		
V.2	<p>Quanto à divergência entre o endereço fornecido por determinados servidores para fins de Auxílio-Transporte em relação ao endereço cadastrado na Receita Federal, nota-se que houve elucidação de todas as situações anteriormente identificadas, à exceção do servidor da PCDF, Ariosvaldo Rocha Vieira (alínea “a”).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Deliberação parcialmente atendida.</u></li> </ul> <p>Determinação à PCDF para que apresente novos esclarecimentos e/ou documentos quanto às divergências entre o endereço do servidor cadastrado no órgão e aquele apresentado à Receita Federal.</p>	Convergente	Convergente
V.3	<p>Quanto à correção do endereço de Isabel Cristina Neto de Oliveira, a PCDF argumentou que desde novembro/2009 o cadastro e o processamento da folha dos servidores das carreiras administrativas é centralizada no SIGRH, resultando na impossibilidade de alteração do endereço da servidora no SIAPE. Sem embargo, apresentou comprovação do endereço do SIGRH (fl. 2.177), que é o mesmo que consta no Sistema CPF da RFB.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Deliberação cumprida.</u></li> </ul>	Convergente	Convergente
V.4	<p>O SLU informou que o pagamento de auxílio-transporte ao servidor Moacir Ferreira da Cruz foi suspenso a partir de outubro/2016.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Deliberação atendida</u></li> </ul>	Convergente	Convergente
V.5	<p>Quanto ao resultado das providências adotadas acerca do recebimento em duplicidade do Auxílio-Alimentação por parte de Amanda R. de Camargo do Nascimento, verifica-se que o montante atualizado dos</p>	Convergente	Convergente



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

	valores recebidos indevidamente foi restituído ao Erário em 6 parcelas. • <u>Deliberação cumprida.</u>		
<b>V.6</b>	Em relação ao ressarcimento da quantia indevidamente percebida a título de Auxílio-Alimentação (na CAESB e na própria SE/DF) pelos servidores Hugo Alberto Gonçalves Delmondes e Rogério Jovem de Araújo, a SE informou ter instaurado procedimento administrativo com vistas à cobrança extrajudicial (Processos SEI nºs 00020-00023672/2017-75 e 00020-00023312/2017-73, respectivamente). • <u>Deliberação parcialmente atendida.</u> Determinação à PGDF para que informe se os Processos nºs 0020-00023672/2017-75 e 0020-00023312/2017-73 tratam de ressarcimento de auxílio-alimentação e, em assim sendo, comunique sobre o andamento/desfecho das cobranças judiciais ou extrajudiciais existentes.	Convergente	Convergente
<b>VI.1</b>	** Verificação do cumprimento em futuras fiscalizações.	Convergente	Convergente
<b>VI.2</b>	** Verificação do cumprimento em futuras fiscalizações.	Convergente	Convergente
<b>VII.1</b>	Por meio da Decisão nº 2.609/2017, esta Corte deu provimento ao Pedido de Reexame interposto por servidores da SEDF, de modo a afastar a exigência de apresentação mensal dos bilhetes utilizados nas viagens interestaduais, para fins de comprovação da despesa (fl. 2.455). • <u>Deliberação superada.</u>	Convergente	Convergente
<b>VII.2</b>	** Verificação do cumprimento em futuras fiscalizações.	Convergente	Convergente

22. Quanto ao **inciso II.1, parte inicial**<sup>12</sup>, da Decisão nº 6.415/16-CPT (ilegalidade do art. 3º da IN nº 72/2014-AGEFIS), nota-se que, antes mesmo da deliberação plenária em tela, a Agefis<sup>13</sup> havia publicado a IN nº 77/2015<sup>14</sup>, por meio da qual alterou o art. 3º da IN nº 72/2014, limitando os deslocamentos indenizáveis a um por dia, consoante entendimento adotado pelo Tribunal. Destarte, tem-se por **superada** a diligência, ante o saneamento

<sup>12</sup> – considerar ilegais:

1) o art. 3º da Instrução Normativa nº 72/2014-AGEFIS (...), dando ciência à Agência de Fiscalização do Distrito Federal (...) que o pagamento da Indenização de Transporte deve guardar consonância com os termos do art. 106 da LC nº 840/11, não se admitindo o efeito indenizatório com base em deslocamentos efetuados, mas sim em relação ao total de dias em que efetivamente houve utilização de veículo próprio para execução de trabalhos externos, por força das atribuições inerentes ao cargo; (...)"

<sup>13</sup> Em atendimento ao inciso V da Decisão nº 4.927/14-CRR (Processo nº 11.160/13).

<sup>14</sup> **Altera o artigo 3º da Instrução Normativa nº 72 de 29/10/2014**, que regulamenta o pagamento das Indenizações de Atividades Externas previstas nos Decretos nº 31.860 e 31.861, ambos de 1º de julho de 2010.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

da irregularidade em momento anterior ao **decisum**.

23. No que toca aos **incisos II.1, parte final, e II.2**<sup>15</sup> (ilegalidade dos arts. 2º e 5º, §§1º e 2º, da Portaria nº 111/12-SEF), a Corte, reconhecendo que a Constituição Federal defere ao órgão da Administração Tributária tratamento diferenciado em busca da eficiência na arrecadação, reformou o teor do **decisum**, passando a considerar regulares os atos praticados com base na Portaria nº 111/12-SEF, editada por força do art. 11 da Lei nº 4.717/11 (Decisão nº 2.382/18-CRR). Assim, a diligência resta **prejudicada** por perda de objeto.

24. No que tange aos **incisos III.1**<sup>16</sup> (verificação da regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados, comparando o domicílio informado às linhas de transporte coletivo utilizadas, bem como a quantidade de vales recebidos à escala de trabalho efetivamente realizada), **III.3**<sup>17</sup> (contagem do mesmo tempo para fins de ATS em 2 vínculos), e **III.4**<sup>18</sup> (possível irregularidade quanto aos percentuais de ATS) a Instrução, após verificar que algumas das situações foram devidamente esclarecidas, refee o levantamento pertinente e, assim, apresenta relação atualizada dos casos ainda pendentes de justificativa: Quadro I (fl. 2.712), Quadro III (fl. 2.719) e

<sup>15</sup> “II – considerar ilegais: 1) (...) o art. 5º, §§1º e 2º, da Portaria nº 111/2012-SEF, dando ciência (...) à Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal que o pagamento da Indenização de Transporte deve guardar consonância com os termos do art. 106 da LC nº 840/11, não se admitindo o efeito indenizatório com base em deslocamentos efetuados, mas sim em relação ao total de dias em que efetivamente houve utilização de veículo próprio para execução de trabalhos externos, por força das atribuições inerentes ao cargo; (...)

2) o art. 2º da Portaria nº 111/2012-SEF, informando à jurisdicionada que, como regra, a Indenização de Transporte deve ser paga somente aos servidores no desempenho das atribuições do cargo efetivo, os quais deixarão de percebê-la se forem nomeados para o exercício de cargo em comissão;”

<sup>16</sup> “III – determinar para cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que: 1) em relação ao Auxílio-Transporte, a PGDF, a DPDF, a SES, a SE (SIGRH 652 e 802), o DER e as Administrações Regionais de Sobradinho II, do Guará, de São Sebastião, do Sudoeste/Octogonal, do SIA e da Fercal verifiquem, providenciando as correções eventualmente necessárias, a regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados na Tabela I (fls. 103/108), comparando o domicílio informado com as linhas de transporte coletivo a serem utilizadas, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada;”

<sup>17</sup> “III – determinar para cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que:

(...)  
3) a SE, a SERIS e a SES justifiquem a possível averbação de tempo para fins de ATS em duplicidade nos períodos indicados pelos servidores indicados no Quadro VI do Relatório de Auditoria;”

<sup>18</sup> “III – determinar para cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que:

(...)  
4) o DER, a SE/DF, a SEMA e a SES/DF justifiquem os percentuais de ATS pagos aos servidores listados no Quadro VII do Relatório de Auditoria, tendo em conta as possíveis divergências nele apontadas, atentando para que as situações dos servidores Vanderley Carlos Braz, mat. nº 52967-2, Marly Beltrame Faria, mat. nº 46650-6, e Eva de Barros Nogueira Carvalho, mat. nº 300763-4, todos da SE/DF, foram sanadas, na forma relatada pela Instrução de fls. 1529/1572;”





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

Quadro IV ( fls. 2721/2722), respectivamente.

25. No que diz respeito ao **inciso III.5**<sup>19</sup> (possível irregularidade quanto a pagamentos da VPNI da Lei nº 4.584/11), em que pese a ausência de manifestação da Secretaria de Estado de Saúde, da Secretaria de Estado de Educação e do DER, a Unidade Técnica, após realizar diligência interna, constatou que alguns dos servidores indicados no Relatório de Auditoria ainda recebem a parcela em comento. Assim, deve-se determinar aos jurisdicionados que apresentem justificativas quanto às situações injustificadas remanescentes (Quadro V, fl. 2.722).

26. Sobre o **inciso III.6**<sup>20</sup> (variações representativas em reajustes concedidos aos servidores), a Agefis informou que os valores relativos aos servidores lotados naquela Agência<sup>21</sup> teriam sido reduzidos para aqueles que estavam sendo percebidos em junho/2011 (fls. 2.091/2.095). Após efetuar consulta ao SIGRH, a Instrução constatou que, em julho/2017, a entidade retomou o pagamento dos valores questionados. Tendo em conta que a Agência não informou quais décimos teriam sido incorporados, acertada a sugestão de reiterar os questionamentos à jurisdicionada.

27. Ainda sobre o **inciso III.6**, sabe-se que art. 5º da Lei nº 4.584/11 foi declarado inconstitucional no âmbito da ADI nº 2012.00.2.023636-5 – TJDFT. Em face da citada inconstitucionalidade, esta Corte, na Sessão de 9.3.2017, proferiu a Decisão nº 896/17-CIMF, em que disciplina a atualização da parcela quintos/décimos conforme a seguir:

**DECISÃO Nº 896/17 (CIMF)**

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] II – considerar procedente a Representação n.º 4/16-SEFIPE, estipulando os seguintes critérios a serem observados pela Administração Pública distrital, em razão dos efeitos jurídicos decorrentes do Acórdão TJDFT n.º 659.169, objeto da ADI n.º*

<sup>19</sup> “III – determinar para cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que:

(...)  
5) o DER/DF, a SE/DF e a SES/DF esclareçam o pagamento da VPNI da Lei nº 4.584/2011 aos servidores listados no Quadro VIII do Relatório de Auditoria, que teriam ingressado nos quadros do Distrito Federal após fevereiro/1998;”

<sup>20</sup> “III – determinar para cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que:

(...)  
6) a Agefis, a Casa Civil, a SC, a SE, a SEDHS, a SES e a SINESP esclareçam os reajustes concedidos aos servidores listados no Quadro IX do Relatório de Auditoria, cujos percentuais foram superiores à maioria dos percentuais definidos pela então SEAP na Circular nº 4/2011;”

<sup>21</sup> Vivaldo Martins Alves Filho, Maria do Carmo de Lima Bezerra, Sonia Maria Almeida S. da Rocha e Paulo de Paiva Fonseca.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

2012.00.2.023636-5, de modo a estabelecer que: **a) para a apuração da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI de que trata o art. 5º da Lei distrital n.º 4.584/2011, devem ser considerados, no que couber e em primeiro e único momento, os valores constantes dos anexos da referida lei; b) a correção da VPNI dos servidores públicos, em momento posterior a Lei distrital n.º 4.584/2011, deve observar os índices de revisão geral de remuneração instituídos em legislação específica de iniciativa do Chefe do Poder Executivo distrital ou dos órgãos detentores desta prerrogativa de iniciativa do processo legislativo; III – determinar aos órgãos e entidades que integram o Complexo Administrativo do Distrito Federal que procedam, em todos os casos em que houve eventual reajuste nas parcelas de quintos/décimos então transformadas em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, com fulcro no parágrafo único do art. 5º da Lei distrital n.º 4.584/2011, a imediata retroação dos valores (VPNI) aos níveis da época da própria lei distrital retro status quo ante, salvo edição de lei específica estabelecendo índices de revisão geral de remuneração dos seus servidores públicos, após a publicação da mencionada lei, o que será verificado em futura auditoria deste Tribunal; IV – dispensar o ressarcimento ao erário de eventual quantia recebida a mais pelos servidores/empregados públicos distritais, em razão da aplicação do parágrafo único do art. 5º da Lei distrital n.º 4.584/2011, por guardar conformidade com o Acórdão TJDFT n.º 659.169 exarado na ADI n.º 2012.00.2.023636-5, o que afasta a possibilidade de erro de procedimento da Administração; V – alertar a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão – Seplag/DF para que as orientações aos setoriais de gestão de pessoas dos órgãos e entidades da Administração Direita, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal, antes de expedidas, quando houver divergência quanto aos entendimentos esposados nos pareceres da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, sejam submetidas novamente à PGDF para reapreciação da matéria, visando à uniformização e, especialmente, à retificação ou ratificação da manifestação anteriormente externada, nos termos da Lei Complementar distrital n.º 395/2001; VI – autorizar o arquivamento do feito.**

*Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTCD, Procuradora MÁRCIA FARIAS."*

28. A Área Técnica informa que, até então, não houve correção na tela CADPVT09 do SIGRH. Embora a então SEDESTMIDH tenha informado que o servidor Ruy Xavier de Almeida faria jus a 5 quintos do CNE-5, a Instrução esclarece que, em face da declaração de inconstitucionalidade art. 5º da Lei nº 4.584/11 (ADI nº 2012.00.2.023636-5 – TJDFT), o valor base



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

da citada parcela para fins de cálculo inicial da pensão deve ser corrigido conforme disciplinou o Tribunal na supramencionada Decisão nº 896/17-CIMF.

29. A respeito dos demais casos a que relacionados no **inciso III.6**, considerando a ausência de manifestação dos jurisdicionados, deve ser acolhida a sugestão da Instrução, no sentido de determinar à Secretaria de Estado de Obras do DF, à Secretaria de Estado de Educação, à Secretaria de Estado de Saúde e à Secretaria de Estado de Cultura que prestem os devidos esclarecimentos quanto aos reajustes da parcela VPNI da Lei nº 4.584/11 ainda pendentes de justificativa (Quadro VI, fl. 2.724).

30. Referente ao **inciso III.12**, malgrado a Secretaria de Estado de Saúde tenha se manifestado nos autos, não consta informação sobre a questão central desta diligência, qual seja, a impossibilidade de o servidor se afastar de dois vínculos efetivos para um comissionado **e receber a remuneração de todos eles**. Nesse diapasão, impende ao Tribunal determinar à jurisdicionada que envie documentação comprobatória de que os seus servidores<sup>22</sup> tenham cumprido o somatório das jornadas atinentes aos vínculos efetivos no órgão cessionário (desde que não tenham feito a opção pelo valor integral do cargo em comissão) ou que tenham deixado de perceber a remuneração de um dos vínculos efetivos, observado o disposto no art. 156 da Lei Complementar nº 840/11, assim como o teor da Decisão nº 462/14-CMA<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> Alexandre Rozenwald, Fídelia Vasconcelos de Lima e Zacarias Calil Hamu.

<sup>23</sup> “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) III – rever as Decisões nºs 2.975/08 (item II.1. “a” e “b”) e 1.734/00 (item II), em razão da jurisprudência majoritária do TCU, do TJDF, do STJ e do STF, da vigência da Lei Complementar nº 840/11 e do entendimento deste Tribunal manifestado, especialmente, no Processo nº 3.979/13, deliberando, consequentemente, no sentido de que: a) a jornada laboral semanal cumulada de servidor público que acumula lícitamente cargos públicos não possui limitação legal, devendo a compatibilidade de horários ser aferida pela Administração Pública, no caso concreto, de modo a não prejudicar a eficiência na prestação do serviço público e a dignidade da pessoa humana do próprio servidor; b) nos termos do art. 46, § 3º, da Lei Complementar nº 840/11, o servidor que acumule lícitamente cargo público fica obrigado a comprovar anualmente a compatibilidade de horários; c) nos termos do art. 156, § 1º, da Lei Complementar nº 840/11, a investidura em cargo em comissão de servidor ocupante de dois cargos efetivos, acumuláveis na forma da Constituição Federal, sujeitá-lo-á ao afastamento dos cargos efetivos, com a suspensão das correspondentes remunerações, observadas, contudo, estas outras possibilidades: 1- ao servidor será facultado optar pela remuneração integral do cargo em comissão ou pela remuneração do referido cargo efetivo, acrescida de oitenta por cento dos vencimentos ou subsídio do cargo em comissão por ele exercido, salvo disposição legal em contrário; 2- caso haja compatibilidade de horários, ao servidor optante pela remuneração do referido cargo efetivo, nos termos da proposição anterior, será permitida a acumulação da remuneração do outro cargo efetivo, que continuará sendo exercido, respeitada a natureza de “acumulatividade” das funções do cargo em comissão com esse cargo efetivo, na forma estatuida na Constituição Federal; 3- também será permitida a acumulação da remuneração dos dois cargos efetivos, mesmo sem a contraprestação do serviço, desde que a soma das horas de trabalho dos cargos em regime de acumulação lícita não supere quarenta e quatro horas semanais e não tenha o servidor feito a opção pelo valor integral do cargo em comissão (...)”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

31. No que tange ao **inciso V.1.b**<sup>24</sup> (possível irregularidade quanto ao direito ao auxílio-transporte por parte de servidores do IBRAM), verificou-se que o servidor Sebastião Vicente Augusto de Oliveira deixou de receber o benefício questionado em novembro/2016. Todavia, a Instrução alerta quanto à **divergência** entre o valor por trecho lançado no SIGRH (R\$ 9,42) e aquele constante no documento emitido pela VIAN, no mesmo mês de referência, para o mesmo trecho (R\$ 3,90).

32. Considerando que não se pode afirmar com segurança que a impropriedade encontrada constitui fato isolado, entende-se prudente acolher a sugestão da Área Instrutiva no sentido de determinar ao IBRAM que esclareça sobre a divergência entre o valor do custo da passagem Formosa/GO – Planaltina/DF declarado pela Viação Anapolina (R\$ 3,90) e aquele cadastrado na tela TABBEN36 do SIGRH (R\$ 9,42) no mês de setembro/2015, uma vez que existe a possibilidade de haver divergências em outras linhas, afetando um número potencialmente significativo de servidores.

33. No que tange ao **inciso V.2**<sup>25</sup> (endereço fornecido por determinados servidores para fins de recebimento de auxílio-transporte divergente do constante no cadastro da Receita Federal), após analisar a documentação apresentada pela Polícia Civil do DF, a Unidade Instrutiva constatou incongruências entre a declaração do servidor e o contrato de locação apresentado, concluindo, assim, que o documento fornecido não constitui prova idônea, capaz de afastar a irregularidade apontada. Como não constam outras evidências aptas a corroborar a afirmação do servidor, prudente solicitar novos esclarecimentos à PCDF, para que o Tribunal possa deliberar sobre o incidente com segurança.

34. Acerca do **inciso V.6**<sup>26</sup> (determinação para que a SE/DF

---

<sup>24</sup> “V – determinar que, no prazo de 60 (sessenta) dias:

1) o IBRAM informe:

(...)

b) se houve a regularização da comprovação do direito ao Auxílio-Transporte por parte de Francinete Almeida da Cruz Silva, mat. no 1668182-7, Jhonei Batista de Souza, mat. no 183993-4, Paulo Henrique de Oliveira Fernandes, mat. no 198373-3, e Sebastião V. Augusto de Oliveira, mat. no 1668179-7”

<sup>25</sup> “V – determinar que, no prazo de 60 (sessenta) dias:

(...)

2) as jurisdicionadas a seguir destacadas esclareçam, junto aos respectivos servidores, as razões para o endereço fornecido para fins de recebimento de Auxílio-Transporte divergir do constante no cadastro da Receita Federal:

a) Polícia Civil do Distrito Federal: Ariosvaldo Rocha Vieira, mat. nº 31861-2;

b) DETRAN: Isaac Amaro da Silva, mat. nº 194172-0, e Karina Fernandes Oliveira, mat. nº 250926-1;

c) SLU: Silvano Ferreira da Cunha, mat. nº 81124-1;

d) SINESP: Renato de Jesus Afonso, mat. nº 261315-8;

e) SEPLAG: Lazaro Cardoso de Oliveira, mat. nº 53070-0 (...)

<sup>26</sup> “V – determinar que, no prazo de 60 (sessenta) dias:

(...)



informasse as providências adotadas visando ao ressarcimento da quantia indevidamente percebida a título de auxílio-alimentação por dois de seus servidores), informou-se que teriam sido autuados processos administrativos (Processo SEI nºs 00020-00023672/2017-75 e 00020-00023312/2017-73) com vistas à execução da cobrança extrajudicial pela PGDF. Como não foi possível aferir o ressarcimento dos valores até o presente momento, oportuno solicitar informações à PGDF.

35. Outrossim, tendo em conta a ausência de manifestação dos jurisdicionados quanto aos **incisos III.2.b, III.9, III.10 e III.14**<sup>27</sup> da Decisão nº 6.415/16-CPT, oportuna se faz a proposta de reiteração das determinações apresentada pelo Órgão Instrutivo.

**Deslinde do Processo nº 9.810/11 (apenso) e exame da documentação apresentada pelo servidor José Augusto de Andrade Pinto**

36. Quanto ao deslinde do Processo nº 9.810/11 – apenso (**inciso III.11**<sup>28</sup> da Decisão nº 6.415/16-CPT), verifica-se que o servidor foi notificado para se pronunciar sobre os cálculos de fls. 176/177 (fl. 208), em face do que apresentou as contrarrazões de fls. 218/234.

37. Considerando que, na oportunidade processual, o oferecimento de contrarrazões não era o instrumento próprio, a Instrução sugere o conhecimento dos argumentos apresentados como razões de justificativa, nos termos do art. 126 do RITCDF.

38. Nesse documento, o interessado questiona o Tribunal sobre a possibilidade de enquadrar sua situação (cessão para exercício de cargo em comissão) como acumulação de cargos e sobre o marco temporal de aplicação da Decisão Administrativa nº 4/15-CIMF, argumentando que teria percebido os valores de boa-fé.

39. Ao final, requer a aplicação da Decisão Administrativa nº 4/15-

6) a SE/DF informe as providências adotadas visando ao ressarcimento da quantia indevidamente percebida a título de Auxílio-Alimentação (na CAESB e na própria SE/DF) pelos servidores Hugo Alberto Gonçalves Delmondes, mat. nº 226247-9, e Rogerio Jovem de Araújo, mat. nº 224552-3;”

<sup>27</sup> Especificamente as acumulações de que tratam os itens 7 (Idenir da Cunha e Silva) e 15 (Sebastião Rodrigues da Silva) da Tabela II (fls. 109/116), visto que as demais acumulações restaram superadas ou estão sendo tratadas em outros processos deste Tribunal.

<sup>28</sup> “III – determinar, para cumprimento no prazo de 60 (sessenta) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que:

(...)

11) a Secretaria-Geral de Administração desta Corte informe o resultado do Processo nº 9810/2011, onde se apuraram os valores indevidamente pagos acima do teto constitucional ao servidor José Augusto de Andrade Pinto, em face da percepção simultânea de remuneração do seu cargo de origem e do cargo comissionado, para fins de restituição ao erário;”





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

CIMF ao seu caso e, em caso de indeferimento, que sejam desconsiderados os efeitos da Portaria nº 323/12 e excluídos do montante a ser ressarcido a indenização de férias não gozadas e o adicional de férias.

40. Em adendo aos argumentos apresentados no âmbito Processo nº 9.810/11, o servidor encaminhou novo documento (fls. 2.792/2.818), por meio do qual aponta ofensa ao parágrafo único do art. 120 da LC nº 840/11, em razão da alteração na interpretação da norma de regência. Ressalta, ainda, os corolários da presunção de legitimidade e de veracidade dos atos administrativos e afirma inexistir ato personalíssimo por ele praticado que tenha dado ensejo aos pagamentos em questão. Acrescenta que o alcance do teto remuneratório no cargo efetivo se deu durante a cessão, em janeiro de 2013, e que o valor excedente não teria sido por ele percebido, em face de descontos realizados (pensão alimentícia) em sua remuneração.

41. Ao analisar os argumentos apresentados, o Órgão Instrutivo, com aquiescência do **Parquet**, concluiu que merece provimento **unicamente** o pedido para excluir a indenização por férias não gozadas do montante a ser devolvido. Lado outro, a Instrução aponta a necessidade de incluir no cálculo os valores descontados a título de pensão alimentícia, posto que constituem obrigação do servidor, não do Erário, a quem incumbe apenas operacionalizar o repasse ao pensionista.

42. Com efeito, verifica-se que os demais argumentos apresentados pelo servidor José Augusto de Andrade Pinto não merecem provimento.

43. Como foi dito, o caso **não é de alteração interpretativa por parte desta Corte** quanto à necessidade de glosa de valores excedentes ao teto constitucional, mesmo porque o exercício de cargo em comissão por servidor cedido, evidentemente, não se enquadra nas hipóteses do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal. No mais, mesmo que o servidor não tenha dado causa ao pagamento irregular, em tese, permanece a obrigação de ressarcimento aos cofres públicos, por força do que dispõe o art. 120 da LC 840/11.

44. Feitas essas considerações, acompanho os Órgão Instrutórios no que tange à **parcial procedência** das justificativas apresentadas pelo servidor, deixando de acolher o ajuste redacional proposto pelo **Parquet**, por entender que, nesse momento processual, revela-se prudente que as providências atinentes ao ressarcimento a cargo da



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

SEGEDAM aguardem o deslinde do Processo nº 31.929/18<sup>29</sup>, haja vista sua legítima influência no caso em exame.

### Denúncia encaminhada pela Ouvidoria do TCDF

45. No que toca às denúncias anônimas juntadas aos autos, importa lembrar que, nos termos do art. 229, § 7º, do RI/TCDF, “*O Tribunal não conhecerá de denúncia anônima*”, podendo, contudo, valer-se do seu teor na realização de auditorias e inspeções de sua competência.

46. Isso posto, no que toca à possível irregularidade na cessão do servidor Marco Aurélio de Lemos Santos do cargo de Auditor de Atividades Urbanas da SES para o exercício de cargo em comissão no Arquivo Público do DF (fl. 1.657), tendo em conta que o ato foi publicado no DODF de 28.9.2015, não se vislumbram óbices à sugestão de que esta Corte solicite à SEPLAG esclarecimentos quanto à regularidade da aludida cessão, em especial.

47. Lado outro, no que tange à notícia de possível descumprimento da carga horária pela servidora Fidélia Vasconcelos de Lima (fls. 2.819/2.826), nota-se que a situação foi examinada nestes autos, tendo a Corte determinado à SES/DF a apresentação de justificativas, conforme inciso III.12 da Decisão nº 6.415/16-CPT. Em resposta, a jurisdicionada informou a abertura do Processo nº 060.002.495/17, instaurado para tratar da acumulação de cargos da servidora, em face da suposta ausência de prestação de serviços no âmbito daquela Pasta.

48. Nesta oportunidade, conforme exposto alhures, acolhe-se a sugestão da Área Técnica, no sentido de determinar à SES/DF que envie ao Tribunal documentação que comprove que a servidora Fidélia Vasconcelos de Lima cumpriu o somatório das jornadas dos vínculos efetivos no órgão cessionário (80 horas semanais) ou que tenha deixado de perceber a remuneração de um dos vínculos efetivos, tendo em conta o disposto no artigo 156 da LC nº 840/11 e na Decisão nº 462/14-CMA.

49. Ante o exposto, de acordo com a Unidade Técnica, sem o ajuste do **Parquet** e com ajustes de redação, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I) tome conhecimento:

<sup>29</sup> Que trata de Consulta formulada pela Procuradora-Geral do Distrito Federal a respeito da necessidade de restituição ao erário de valores recebidos indevidamente por servidor público, ainda que o recebimento tenha ocorrido de boa-fé e decorrente de erro exclusivo da Administração.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

a) do documento de fl. 1.657, bem como dos de fls. 1.751/1.827, 2.021/2.065, 2.090/2.103, 2.109/2.260, 2.298/2.454, 2.456/2.461, 2.680/2.684 e 2.701, dos CDs em anexo (apresentados pela CAESB, pelo CBMDF, pelo IBRAM e pelo IPREV) e do Processo nº 9.810/11 (apensado a estes autos), apresentados em atendimento à Decisão nº 6.415/16, bem assim da defesa de fls. 2.792/2.818 e da peça de fls. 2.822/2.826;

b) da decisão judicial favorável transitada em julgada obtida pelo servidor Romulo Pitangui Abdalla, matrícula nº 02638991, para desobrigá-lo de apresentar os recibos dos transportes coletivos interestaduais, que fora determinado no inciso V.1.a da Decisão nº 6.415/16;

c) das justificativas apresentadas e dos procedimentos adotados, sem embargo de serem realizadas verificações do cumprimento em futuras fiscalizações:

i) pela SEF, pela Casa Civil, pela Agefis, pela Novacap, pelo DFTRANS e pela SEDESTMIDH em relação aos incisos V.I.1 e V.I.2 da Decisão nº 6.415/16;

ii) pelo DETRAN, pela SE, pela SEPLAG e pelo SLU, apenas em relação ao inciso V.I.2 da Decisão nº 6.415/16;

iii) pela Novacap, em relação ao inciso VII-2 da Decisão nº 6.415/2016;

d) da cassação da aposentadoria do servidor João Neris de Oliveira Neto do cargo de Agente de Vigilância da FUNASA, em face da comunicação ao TCU de possível acumulação ilícita de cargos contida no inciso IV.2.d da Decisão nº 3.191/15;

II) considere atendidos os incisos III.2.a, III.7, III.8, III.13, III.16, III.17, III.18, V.3, V.4, V.5 e VII.3.a da Decisão nº 6.415/16;

III) tenha por superado:

a) o inciso II.1, parte inicial, da Decisão nº 6.415/16,



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

considerando lícito o artigo 3º da Instrução Normativa nº 72/2014, em face das alterações promovidas pela Instrução Normativa nº 77/2015;

b) o inciso IV da Decisão nº 6.415/16, posto que o tema foi tratado no Processo nº 27.863/15, que resultou na Decisão nº 3.926/17;

c) o inciso VII.1 da Decisão nº 6.415/16, em face do entendimento constante na Decisão nº 2.609/17;

IV) em cumprimento ao inciso VI.3 da Decisão nº 6.415/16, alerte os jurisdicionados quanto à necessária observância do teor da Decisão 5.613/18 e das demais decisões de mérito que vierem a ser proferidas no Processo nº 12.665/18-e, que trata dos desdobramentos advindos do que decidiu o Supremo Tribunal Federal nos REs nºs 602043 e 612975;

V) determine, para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação, que:

a) a SES, a SE e o DER verifiquem a regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores listados no Quadro I da Informação de fls. 2.704/2.753, comparando o domicílio informado com as linhas de transporte coletivo a serem utilizadas, bem como a quantidade de vales recebidos com a escala de trabalho efetivamente realizada;

b) a SE e a SES tragam aos autos as justificativas para as possíveis averbações de tempo para fins de ATS em duplicidade dos servidores listados no Quadro III da Informação de fls. 2.704/2.753;

c) a Fundação Hemocentro de Brasília inclua nas planilhas de cálculos dos valores de ATS pagos a maior aos servidores Soraya das Dores Vaz Formiga, matrícula nº 01006665, e Adauto José de Abreu, matrícula nº 16556739, as importâncias pagas a título de décimo terceiro salário, decorrente da diferença do ATS, bem como esclareça sobre a implementação do



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

ressarcimento ao erário mencionada no Memorando nº 28-GEPES/CODAG/FHB, de 1º.2.2017;

d) a SES justifique os percentuais de ATS pagos aos servidores listados no Quadro IV da Informação de fls. 2.704/2.753;

e) a SES, a SE e o DER esclareçam os pagamentos da VPNI da Lei nº 4.584/11 os servidores listados no Quadro V da Informação de fls. 2.704/2.753;

f) a SETRAB e a SEDES que alterem o valor da VPNI da Lei nº 4.584/11 no cálculo da pensão instituída pelo servidor Ruy Xavier de Almeida, matrícula nº 0004475X, para R\$ 6.069,03 ou apresente a justificativa que demonstre que outro valor é o correto;

g) a SO/DF, a SE, a SES e a SC esclareçam os reajustes da parcela VPNI da Lei nº 4.584/11 relativas aos servidores listados no Quadro VI da Informação de fls. 2.704/2.753;

h) a SES envie a esta Corte a documentação comprobatória de que os servidores Alexandre Rozenwald, matrícula nº 01283774, Fidelia Vasconcelos de Lima, matrícula nº 01259083, e Zacarias Calil Hamu, matrícula nº 01233688, tenham cumprido o somatório das jornadas dos vínculos efetivos no órgão cessionário (60 horas, 80 horas e 60 horas semanais, respectivamente) ou que tenham deixado de perceber a remuneração de um dos vínculos efetivos, tendo em conta o disposto no artigo 156 da LC nº 840/2011 e na Decisão nº 462/2014, bem como que esclareça onde o servidor Alexandre Rozenwald, matrícula nº 01283774, exerceu suas atribuições no período de 23.10.2017 a 1º.2.2018 em relação ao vínculo da SES, tendo em conta o interstício entre a data da dispensa da função comissionada no TJDF (23.10.2017) e o fim do período da cessão cadastrado no SIGRH (1º.2.2018);

i) o IBRAM esclareça a divergência entre o valor declarado pela Viação Anapolina do custo da passagem Formosa/GO – Planaltina/DF (R\$ 3,90) e aquele cadastrado na tela TABBEN36 do SIGRH (R\$ 9,42) no





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

mês de setembro/2015, uma vez que existe a possibilidade de haver divergências em outras linhas, afetando um número potencialmente significativo de servidores;

j) a PCDF apresente novos esclarecimentos e/ou documentos quanto às divergências entre o endereço do servidor e aquele apresentado à Receita Federal, uma vez que o contrato de locação do imóvel do servidor Ariosvaldo Rocha Vieira não seria prova idônea para comprovar o aluguel, visto que nele consta o telefone da inquilina com 9 dígitos, que só foi implementado no DF e em Goiás em meados de 2016, além de, na cópia juntada aos autos, não constar valor do contrato, data do término e assinatura dos contratantes, e, na declaração de IRPF apresentada pelo servidor, não constarem os rendimentos auferidos com o aluguel no ano de 2016, além de não ter sido possível obter outras evidências que ratificassem as afirmações dele (na CEB e na CAESB, por exemplo, de acordo com os últimos dados aos quais o TCDF teve acesso – 06/2018 e 04/2018, respectivamente –, as faturas continuam sendo emitidas em nome do servidor);

k) a PGDF informe se os Processos nos 00020-00023672/2017-75 (Rogério Jovem de Araújo) e 00020-00023312/2017-73 (Hugo Alberto Gonçalves Delmondes) tratam de ressarcimento de auxílio-alimentação e, caso a resposta seja positiva, comunique sobre o andamento/desfecho das cobranças judiciais ou extrajudiciais existentes;

l) a SEPLAG esclareça, com o encaminhamento da documentação comprobatória respectiva e de cópia do Processo nº 0060- 008350/2015, que comprovem que não houve prejuízo para o serviço no caso da cessão do servidor Marco Aurélio de Lemos Santos, matrícula nº 14013088, do cargo de Auditor de Atividades Urbanas da SES para o exercício de cargo em comissão no Arquivo Público do DF (matrícula nº 02691078);

VI) reitere, para cumprimento no prazo de 90 (noventa) dias, assegurando o contraditório e a ampla defesa aos servidores e apresentando a esta Corte documentação comprobatória das medidas adotadas e da regularidade de cada situação:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

a) o inciso III.2.b da Decisão nº 6.415/16, para que a SES, a SE e a SEJUS levarem, para fins de ressarcimento ao erário, os valores pagos indevidamente a título de auxílio-creche em relação a todos os servidores listados no Quadro II da Informação de fls. 2704/2753;

b) o inciso III.6 da Decisão nº 6.415/16 à Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF Legal, em relação aos servidores Vivaldo Martins Alves Filho, matrícula nº 00182729, Maria do Carmo de Lima Bezerra, matrícula nº 00322121, Sonia Maria Almeida S. da Rocha, matrícula nº 00289604, Paulo de Paiva Fonseca, matrícula nº 00407097, tendo em conta que os valores questionados no Relatório de Auditoria voltaram a ser pagos em julho/2017 e não foram apresentadas informações de quais cargos são as incorporações de décimos por esses servidores;

c) o inciso III.9 da Decisão nº 6.415/16 à SES;

d) o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor José Willemann, à CLDF e à Casa Civil, requerendo a comprovação dos trâmites com vistas ao ressarcimento ao erário;

e) o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor Joan Goes Martins Filho, à CLDF e à SEPLAG, esclarecendo à SEPLAG que as informações prestadas já constavam no Relatório de Auditoria e que consta na Informação de fls. 2.704/2.753, planilha contendo a diferença entre os valores aplicados pela SEPLAG e o que a equipe de auditoria entendeu ser correta;

f) o inciso III.10 da Decisão nº 6.415/16, no que se refere ao servidor Luiz Carlos Rodrigues Ribeiro, à CLDF;

g) o inciso III.14 da Decisão nº 6.415/16, em relação aos itens 7 e 15 da Tabela II, com vistas a esclarecer as acumulações de cargos dos servidores Idenir da Cunha e Silva, matrícula nº 0133574X, e Sebastião Rodrigues da Silva, matrícula nº 01236946;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.9/S1

Proc.: 560/15

VII) conheça como razões de justificativa os documentos de fls. 218/234 do Processo nº 9.810/11, com base no artigo 126 do RI/TCDF, aditados pelo documento de fls. 2.792/2.818 destes autos, e, no mérito, lhes confira parcial provimento, determinando à SEGEDAM que revise os cálculos de fls. 176/179 do Apenso nº 9.810/11, para excluir a indenização por férias não gozadas do montante a ser devolvido e, por outro lado, para incluir os valores descontados a título de pensão alimentícia, assegurando o contraditório e a ampla defesa ao servidor mais uma vez, e condicionando o ressarcimento ao que vier a ser decidido no Processo 31.929/18;

VIII) autorize:

a) à SEFIPE, em futura auditoria, a verificar a evolução da rubrica auxílio-transporte na SES, de modo a aferir se a significativa redução nos valores pagos na rubrica auxílio-transporte entre maio e julho/2018 decorreram do cumprimento parcial ou total do inciso III.18 da Decisão nº 6.415/2016

b) a remessa de cópia da Informação de fls. 2.704/2.753 às jurisdicionadas, para ciência das determinações e para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas;

c) a devolução dos autos em apenso aos respectivos órgãos de origem;

d) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para adoção das devidas providências.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2019.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

Distribuição antecipada.